

GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO EM SERGIPE:

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PERÍODO
DE 2010 A 2025



GABRIELA APARECIDA MESSIAS

GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO EM SERGIPE:

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PERÍODO
DE 2010 A 2025



GABRIELA APARECIDA MESSIAS

AURUM EDITORA LTDA - 2025

Curitiba – Paraná - Brasil

EDITOR CHEFE

Lucas Gabriel Vieira Ewers

AUTORA DO LIVRO

Gabriela Aparecida Messias

EDIÇÃO DE TEXTO

Stefanie Vitoria Garcia de Bastos

EDIÇÃO DE ARTE

Aurum Editora Ltda

IMAGENS DA CAPA

Freepik, Canva.

BIBLIOTECÁRIA

Livia Dias Vaz

ÁREA DE CONHECIMENTO

Turismo

Copyright © Aurum Editora Ltda

Texto Copyright © 2025 Os Autores

Edição Copyright © 2025 Aurum Editora Ltda



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos. Todos os manuscritos passaram por uma avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

CORPO EDITORIAL

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba

Adriano Rosa da Silva - Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense

Alessandro Sathler Leal da Silva - Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Alex Lourenço dos Santos - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão

Alisson Vinicius Skroch de Araujo - Editor Independente - Graduado em Criminologia pelo Centro Universitário Curitiba

Alline Aparecida Pereira - Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense

Allysson Barbosa Fernandes - Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia

Ayla de Jesus Moura - Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

Blue Mariro - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Camila Aparecida da Silva Albach - Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Carina Mandler Schmidmeier - Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Carolline Nunes Lopes - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cristiane Sousa Santos - Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana

Dandara Christine Alves de Amorim - Doutoranda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina

Daniel da Rocha Silva - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe

Daniel Rodrigues de Lima - Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas.

Edson Campos Furtado - Doutor em Psicologia - Área de Concentração: Estudos da Subjetividade pela Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

Elane da Silva Barbosa - Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará

Fabio José Antonio da Silva - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina.

Fabricio do Nascimento Moreira - Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Felipe Antônio da Silva - Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unihorizontes



Felipe Martins Sousa - Mestrando em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Francisco Welton Machado - Editor Independente - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí

Gabriela da Silva Dezidério - Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense

Gabriella de Moraes - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

Gleyson Martins Magalhães Reymão - Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo Instituto Federal do Pará

Gustavo Boni Minetto - Mestrando em Educação, Linguagens e Tecnologia pela Universidade Estadual de Goiás

Hygor Chaves da Silva - Doutorando em Ciência dos Materiais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil.

Ítalo Rosário de Freitas - Doutorando em Biologia e Biotecnologia de Microrganismos pela Universidade Estadual de Santa Cruz

Itamar Victor de Lima Costa - Mestre em Desenvolvimento de Processos Ambientais pela Universidade Católica de Pernambuco

João Vitor Silva Almeida - Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins

José Bruno Martins Leão - Doutor em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino

José Cláudio da Silva Júnior - Mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco

José Leonardo Diniz de Melo Santos - Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

José Marciel Araújo Porcino - Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

José Neto de Oliveira Felippe - Doutorando em Ensino de Ciências Exatas - PPGECE - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, UNIVATES, Brasil.

Júlio Panzera Gonçalves - Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Minas Gerais

Luan Brenner da Costa - Editor Independente - Graduado em Enfermagem pela Fundação Herminio Ometto

Lucas Matheus Araujo Bicalho - Mestrando em Historia pela Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil.

Lucas Pereira Gandra - Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Luciano Victor da Silva Santos - Mestrando em Hotelaria e Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Luís Paulo Souza e Souza - Doutor em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Luzia Eleonora Rohr Balaj - Doutoranda em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Magno Fernando Almeida Nazaré - Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Maickon Willian de Freitas - Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Maikon Luiz Mirkoski - Mestre Profissional em Matemática em Rede Nacional pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Mailson Moreira dos Santos Gama - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Marcela da Silva Melo - Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará

Marcos Scarpioni - Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Marilha da Silva Bastos - Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

Mario Marcos Lopes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos

Mateus Henrique Dias Guimarães - Mestre em Enfermagem na Atenção Primária à Saúde pela Universidade do Estado de Santa Catarina

Mirna Liz da Cruz - Editora Independente - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás

Newton Ataíde Meira - Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros

Osorio Vieira Borges Junior - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Pedro Carlos Refkalefsky Loureiro - Doutorando em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

Plinio da Silva Andrade - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo Da Vinci

Priscila da Silva de Souza Bertotti - Editora Independente - Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário UniOpel

Rafael José Kraisch - Doutorando em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina

Rita de Cássia de Almeida Rezende - Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília



Rodrigo de Souza Pain - Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rodrigo Oliveira Miranda - Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza

Rogério de Melo Grillo - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas

Ryan Dutra Rodrigues - Editor Independente - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

Salatiel Elias de Oliveira - Doutor em Apostilamento de Reconhecimento de Título pela Universidade do Oeste Paulista

Sebastião Lacerda de Lima Filho - Doutorando em Medicina Translacional pela Universidade Federal do Ceará

Silvio de Almeida Junior - Doutor em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Swelen Freitas Gabarron Peralta - Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná

Talita Benedicta Santos Künast - Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso

Tályta Carine da Silva Saraiva - Mestra em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí

Thiago Giordano de Souza Siqueira - Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Thiago Silva Prado - Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá

Valquíria Velasco - Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

Victor José Gumba Quibutamene - Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.

Vinicius Valim Pereira - Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

Wilson Moura - Doutor em Psicologia pela Christian Business School

Yohans de Oliveira Esteves - Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Messias, Gabriela Aparecida
Public management of tourism in Sergipe [livro eletrônico] : challenges and perspectives from 2010 to 2025 / Gabriela Aparecida Messias ; tradução Daniel Rodrigues da Silva. -- Curitiba, PR : Aurum Editora, 2025.
PDF

Título original: Gestão pública do turismo em Sergipe: desafios e perspectivas no período de 2010 a 2025

ISBN 978-65-83849-45-8

1. Ciências sociais 2. Gestão pública 3. Políticas públicas 4. Sergipe - Descrição e viagens - Guias 5. Turismo - Aspectos econômicos I. Silva, Daniel Rodrigues da. II. Título.

25-325187.0

CDD-338.4791

Índices para catálogo sistemático:

1. Turismo : Economia 338.4791

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

DOI: 10.63330/livroautoral252025-

Aurum Editora Ltda
CNPJ: 589029480001-12
[contato@aurumeditora.com](mailto: contato@aurumeditora.com)
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná



AUTORA

Gabriela Aparecida Messias

Profissional graduada em Turismo pela Universidade Anhembi Morumbi (2013), com MBA Executivo em Gestão de Negócios Imobiliários e Turismo. Possui formação complementar em Tradução e Revisão de Textos e Introdução à Língua Inglesa pela FACPRISMA (2025), demonstrando constante atualização e aprimoramento acadêmico. Atua com foco em áreas relacionadas ao turismo, gestão empresarial e comunicação, com interesse em projetos que integrem educação, cultura e desenvolvimento sustentável. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7841600781093437>



RESUMO

O estudo analisa a gestão pública do turismo em Sergipe no período de 2010 a 2025, buscando compreender como políticas, investimentos, ações governamentais e mecanismos de governança contribuíram para o desenvolvimento turístico e regional do estado. A pesquisa parte do reconhecimento de que o turismo é atividade estratégica para geração de emprego, renda e valorização cultural, mas cuja efetividade depende de planejamento, continuidade administrativa e capacidade institucional. A partir de abordagem qualitativa e documental, o trabalho examina documentos oficiais, programas estaduais e nacionais, planos de turismo, dados setoriais e referenciais teóricos sobre políticas públicas, sustentabilidade, governança e desenvolvimento regional. Também considera a percepção de atores envolvidos no setor, destacando avanços relacionados à promoção de destinos, requalificação urbana e valorização de ativos culturais, assim como desafios persistentes, como fragilidade institucional, descontinuidade de políticas e baixa integração regional. Os resultados apontam que, apesar de iniciativas importantes, a gestão pública do turismo em Sergipe apresenta limitações estruturais que comprometem sua efetividade e sua capacidade de induzir desenvolvimento sustentável. Conclui-se que o fortalecimento da governança turística, a consolidação de políticas de longo prazo, a qualificação profissional e a integração entre municípios são elementos essenciais para que o turismo se consolide como política estratégica para o estado.

Palavras-chave: Turismo; Gestão Pública; Políticas Públicas; Desenvolvimento Regional; Sergipe.



DEDICATÓRIA

Dedico este meu sonho ao meu filho Luke, minha força motriz. À minha filha Emma, meu porto seguro. Vocês são meus maiores tesouros.



AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão, primeiramente, a Deus, por ser a luz que guiou meus passos, a força que sustentou meu espírito nos momentos de cansaço e a bênção divina que impregnou cada etapa desta significativa jornada.

À querida Rosângela Thome da Silva, direciono meu profundo reconhecimento. Sua gentileza ímpar, aliada a uma inteligência inspiradora, foi farol em momentos de incerteza. Meu sincero obrigada por não apenas me auxiliar, mas por me incentivar a realizar um sonho que, outrora, parecia distante do meu alcance. Sua crença foi o vento que impulsionou meus velames.

Ao admirável Reinaldo Thome, agradeço pela sabedoria e pela orientação preciosa que foram fundamentais para que eu aprendesse a enxergar e acreditar no meu próprio potencial. Nos instantes em que a dúvida me assolava, a sua confiança inabalável em mim era meu porto seguro. Esta conquista é, em grande medida, um reflexo do seu apoio constante.

Por fim, e não menos importante, ao meu amado esposo, a quem devo o mais profundo agradecimento. Seu amor incondicional, sua paciência serena e seu apoio absoluto foram os alicerces que tornaram cada passo desta caminhada possível. Obrigada por compartilhar a vida comigo e por acreditar em meu sonho, especialmente nos momentos em que minha própria fé vacilou. Você é meu maior companheiro e herói silencioso.

Esta obra é uma singela homenagem à fé, ao amor e à orientação que cada um de vocês generosamente me dedicou. Sem o alicerce que construíram comigo, este sonho não teria encontrado seu caminho para se tornar realidade.



A verdadeira viagem da descoberta consiste não em buscar novas paisagens, mas em ter olhos novos.”
(Proust, 1991, p. 67).



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
1.1 FUNDAMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA.....	20
1.1.1 Contexto histórico da gestão pública.....	20
1.1.2 Conceitos e princípios da gestão pública.....	22
1.1.3 Governança, accountability e participação social.....	25
1.2 TURISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	27
1.2.1 O Turismo.....	29
1.2.2 Turismo como vetor de desenvolvimento socioeconômico.....	34
1.2.3 Planejamento e gestão sustentável do turismo.....	36
1.2.4 Políticas nacionais de turismo.....	38
1.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	42
1.4 TURISMO EM SERGIPE.....	46
1.4.1 Potencialidades turísticas do estado.....	47
1.4.2 Políticas públicas estaduais e municipais (2010–2025).....	49
1.4.3 Gargalos estruturais e institucionais.....	52
1.5 INOVAÇÃO E TENDÊNCIAS EM GESTÃO DO TURISMO.....	55
1.5.1 Uso de tecnologia e marketing territorial.....	56
1.5.2 Turismo inteligente e sustentável.....	58
1.5.3 Novos modelos de governança e cooperação público-privada.....	60
1.6 PESQUISAS CORRELATAS.....	63
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA.....	65
CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	68
3.1 PANORAMA DAS POLÍTICAS DE TURISMO EM SERGIPE (2010–2025).....	68
3.2 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO.....	70
3.3 PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS SOBRE IMPACTOS DO TURISMO.....	72
3.3.1 Percepções sobre impactos econômicos.....	73
3.3.2 Percepções sobre impactos socioculturais.....	73
3.3.3 Percepções sobre impactos ambientais.....	74
3.3.4 Percepções sobre a gestão pública.....	74
3.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SETOR.....	76
CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	82



LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos Programas, Eixos e Metas da Política Nacional de Turismo (PNT 2024–2027)	41
Quadro 2 - Convergências, Divergências e Desafios na Percepção dos Atores Locais sobre o Turismo em Sergipe.....	45
Quadro 3 - Fatores que influenciam a efetividade da gestão pública do turismo em Sergipe (2010–2025)	72
Quadro 4 - Avaliação global da efetividade da gestão pública do turismo em Sergipe.....	72



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADASTUR – Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
IGR – Instância de Governança Regional
MTur – Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial do Turismo
PNT – Plano Nacional de Turismo
PNQT – Política Nacional de Qualificação no Turismo
PRT – Programa de Regionalização do Turismo
PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
SEDEST – Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe
SETUR/SE – Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura



O turismo consolidou-se ao longo das últimas décadas como um dos setores mais significativos da economia mundial, atuando como um dos principais vetores de dinamização territorial, geração de emprego e renda, fortalecimento de identidades culturais e promoção de integração social. De acordo com tendências globais apontadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2023), a atividade turística vem apresentando uma recuperação expressiva após os impactos da pandemia de COVID-19, reafirmando seu papel estratégico no desenvolvimento sustentável e na construção de sociedades mais resilientes. No Brasil, essa realidade assume características próprias, marcadas por uma combinação de riquezas naturais, diversidade cultural e desafios estruturais inerentes às políticas públicas voltadas para o turismo. Desde o início dos anos 2000, sucessivos governos federais implementaram programas de incentivo, ordenamento e promoção, como o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Programa de Regionalização do Turismo e o Prodetur Nacional, que buscaram fortalecer a infraestrutura básica, fomentar a qualificação profissional e promover a competitividade dos destinos brasileiros em nível nacional e internacional.

Esse cenário de transformação e valorização das políticas turísticas também alcançou o estado de Sergipe, que, embora seja o menor do país em extensão territorial, apresenta um conjunto expressivo de ativos naturais, culturais e históricos que o tornam um destino com potencial relevante no Nordeste. Entre 2010 e 2025, o governo sergipano passou por diferentes configurações institucionais, reorganizações administrativas, redefinições de prioridades e ciclos variáveis de investimento no setor, refletindo tanto avanços quanto limitações próprias de uma política pública ainda em estruturação. Intervenções como a requalificação da Orla da Atalaia, a revitalização de espaços culturais, a promoção do Centro Histórico de São Cristóvão inscrito na lista de Patrimônios da Humanidade da UNESCO e o fortalecimento de eventos culturais representaram avanços significativos no período. Entretanto, persistem desafios relacionados à interiorização da atividade turística, à fragilidade institucional de muitos municípios, à dependência de capitais externas e à oscilação constante de prioridades administrativas em função das mudanças políticas.

Nesse contexto, o turismo em Sergipe assume importância não apenas econômica, mas também sociocultural e estratégica. A atividade gera emprego e renda, estimula o empreendedorismo local, fortalece a produção artesanal, contribui para a conservação do patrimônio histórico e incentiva a criação de novos arranjos produtivos. Entretanto, sua efetividade depende diretamente da qualidade da gestão pública, da continuidade das políticas implementadas e da capacidade institucional dos órgãos responsáveis por planejar, executar e avaliar programas e investimentos. A gestão pública do turismo, conforme argumentam Cruz (2010) e Beni (2020), deve ser compreendida como um processo multidimensional que envolve planejamento, governança, participação social, investimentos, formação profissional e articulação intersetorial, elementos que nem sempre se desenvolvem de forma equilibrada ou integrada. Em Sergipe, tais dimensões assumem contornos distintos, influenciados pela dinâmica política local, pelas desigualdades territoriais e pela capacidade técnica de cada gestão.

A relevância socioeconômica do turismo como política pública torna-se ainda mais evidente no caso sergipano, onde a economia apresenta forte dependência de atividades tradicionais, como administração pública, serviços e indústria. A diversificação econômica, necessidade particularmente urgente em estados de pequena escala territorial, encontra no turismo um campo promissor para reduzir desigualdades regionais, estimular o desenvolvimento sustentável e fortalecer cadeias produtivas vinculadas ao lazer, à cultura, à gastronomia, ao artesanato e ao patrimônio natural. De maneira ampla, o turismo tem potencial para integrar comunidades locais, ampliar a oferta de oportunidades profissionais e consolidar novas estratégias de valorização territorial. Entretanto, esse potencial permanece parcialmente explorado quando políticas públicas não são implementadas de modo contínuo e planejado.

A justificativa desta pesquisa se fundamenta em três dimensões essenciais. A justificativa acadêmica reside na lacuna de estudos aprofundados sobre a gestão pública do turismo em Sergipe sob uma perspectiva longitudinal que considere o período de 2010 a 2025. Apesar do acúmulo de pesquisas sobre destinos consolidados no Nordeste, como Bahia, Ceará e Pernambuco, observa-se que Sergipe permanece relativamente invisibilizado na literatura nacional, ainda que possua características singulares em termos de potencial turístico, políticas públicas e identidade territorial. A justificativa prática emerge da necessidade de fornecer subsídios técnicos para gestores, conselhos e instituições envolvidas com o turismo, ampliando o acesso a informações confiáveis que permitam formular estratégias mais eficientes, sustentáveis e coerentes com os desafios regionais. Por fim, a justificativa social fundamenta-se na importância de compreender os efeitos do turismo na vida da população, uma vez que sua expansão pode gerar impactos positivos como inclusão produtiva, valorização cultural e aumento de renda, mas também desafios relacionados à sustentabilidade ambiental, à pressão sobre recursos naturais e à gestão de conflitos socioterritoriais.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa central que orienta este estudo consiste em responder à seguinte questão: de que forma a gestão pública do turismo em Sergipe, no período de 2010 a 2025, contribuiu para o desenvolvimento turístico e regional do estado, considerando a formulação e implementação de políticas, os mecanismos de governança e a percepção dos diferentes atores envolvidos no setor? Essa questão engloba a análise de políticas públicas, investimentos, formas de participação social, capacidade institucional, desafios estruturais e impactos percebidos pela comunidade e agentes turísticos, constituindo uma abordagem abrangente e necessária para compreender a evolução do turismo nesse período.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a gestão pública do turismo em Sergipe no período compreendido entre 2010 e 2025, examinando suas políticas, seus resultados e sua efetividade enquanto instrumento de desenvolvimento regional. Os objetivos específicos incluem: identificar e contextualizar as políticas estaduais de turismo implementadas ao longo do período; avaliar sua efetividade considerando

elementos como orçamento, governança, planejamento e promoção turística; analisar a percepção de atores locais gestores, empresários, trabalhadores e comunidade, acerca dos impactos do turismo; identificar desafios estruturais e conjunturais que influenciam a gestão pública do setor; e apontar perspectivas e recomendações para o fortalecimento do turismo enquanto política pública estratégica.

A dissertação está organizada em cinco capítulos que dialogam entre si e estruturam a trajetória analítica da pesquisa. Após esta Introdução, o **Capítulo 1 – Revisão de Literatura** apresenta os referenciais teóricos que fundamentam o estudo, reunindo discussões sobre políticas públicas de turismo, governança, desenvolvimento regional, participação social e estudos correlatos que abordam experiências nacionais e internacionais. Esse capítulo fornece a base conceitual necessária para interpretar os processos examinados ao longo do trabalho. A Revisão de Literatura, apresentada no Capítulo 1 desta dissertação, foi organizada de modo a garantir uma compreensão abrangente, crítica e coerente dos principais conceitos, teorias e estudos que fundamentam a análise da gestão pública do turismo em Sergipe. Cada seção foi estruturada para construir progressivamente o suporte teórico necessário à interpretação dos resultados apresentados no Capítulo 3, permitindo que o leitor reconheça as bases científicas sobre as quais o trabalho se apoia. Dessa maneira, o capítulo está dividido em quatro grandes eixos temáticos, que dialogam entre si e abordam desde conceitos fundamentais do turismo até estudos correlatos em âmbito nacional e internacional, oferecendo uma visão ampla e consistente do campo investigado.

A primeira seção da revisão, intitulada “**Turismo e Desenvolvimento Regional**”, apresenta os conceitos essenciais para compreender o turismo como fenômeno social, econômico e territorial. Nessa parte, são discutidas definições clássicas do turismo, suas características estruturantes e sua relevância dentro da economia contemporânea, dialogando com autores como Beni, Lohmann, Panosso Netto, Hall e outros pesquisadores fundamentais. Além disso, essa seção explora o papel do turismo como instrumento de desenvolvimento regional, analisando sua capacidade de gerar emprego e renda, estimular atividades complementares, valorizar identidades locais e promover dinamização econômica em territórios com vocações específicas. O debate sobre desenvolvimento territorial é associado ao contexto brasileiro, demonstrando como o turismo tem sido utilizado como estratégia para reduzir desigualdades regionais, especialmente em regiões historicamente periféricas como o Nordeste. Em seguida, a revisão aprofunda-se na seção “**Políticas Públicas de Turismo**”, que constitui um eixo fundamental do capítulo, pois oferece a base teórica necessária para compreender a atuação do Estado no planejamento e gestão do setor. Nessa parte, são discutidos conceitos de políticas públicas, ciclo de políticas, instrumentos de ação governamental e características específicas das políticas de turismo. São explorados documentos e programas nacionais, como o Plano Nacional do Turismo (PNT), o Programa de Regionalização do Turismo, o Prodetur e outras iniciativas federais que influenciaram diretamente os estados brasileiros entre 2010 e 2025. Autores como Cruz, Beni e Ansarah oferecem suporte conceitual

para discutir a relação entre Estado, mercado e comunidade na formulação das políticas públicas. Essa seção também apresenta debates sobre a importância da institucionalização, da continuidade administrativa, da alocação orçamentária e da avaliação de resultados, elementos fundamentais para analisar a gestão pública do turismo em Sergipe.

A terceira seção do capítulo, denominada “**Governança, Planejamento e Participação Social no Turismo**”, discute o papel das instâncias participativas, das redes colaborativas e dos mecanismos de gestão compartilhada no fortalecimento das políticas públicas. Com base em autores como Bramwell, Lane, Dredge, Jenkins e Hall, essa parte explora conceitos como governança turística, descentralização, conselhos de turismo, fóruns regionais, instâncias de governança e comitês gestores. Discute-se como a governança pode promover maior eficiência e legitimidade às políticas de turismo ao integrar diferentes atores — gestores públicos, empresários, trabalhadores, organizações da sociedade civil e comunidades locais. Também são abordados temas como a participação social, a importância da gestão integrada entre esferas administrativas e a necessidade de articulação territorial para desenvolvimento de roteiros regionais. Essa seção tem papel central para compreender a realidade sergipana, marcada por fragilidades institucionais e baixa integração entre municípios.

Posteriormente, a revisão apresenta a seção “Impactos do Turismo: Dimensões Econômicas, Sociais, Culturais e Ambientais”, que discute os principais efeitos positivos e negativos da atividade turística, com base em estudos que avaliam transformações em diferentes territórios do mundo. São analisados impactos econômicos, como geração de emprego, dinamização da economia e fortalecimento do setor de serviços; impactos socioculturais, incluindo valorização do patrimônio, reforço da identidade local, tensões comunitárias e mudanças no cotidiano das populações residentes; e impactos ambientais, relacionados à pressão sobre áreas naturais, degradação de ecossistemas e necessidade de práticas sustentáveis. Essa seção dialoga diretamente com a análise da percepção dos atores locais apresentada no Capítulo 3, pois fornece o referencial teórico necessário para interpretar como moradores, empresários e gestores percebem os efeitos da atividade turística em Sergipe.

Outro componente fundamental é a seção intitulada “Sustentabilidade e Turismo”, que aprofunda o debate sobre práticas sustentáveis e desenvolvimento responsável. Essa parte discute conceitos como turismo sustentável, turismo de base comunitária, ecoturismo, turismo responsável e certificações ambientais. São apresentados modelos internacionais de gestão sustentável de destinos, além de estratégias adotadas em diferentes partes do mundo para reduzir impactos negativos e promover turismo alinhado com a Agenda 2030 da ONU. Essa seção é essencial para fundamentar a discussão sobre desafios e perspectivas do setor em Sergipe, especialmente no que diz respeito à gestão de áreas naturais, à pressão sobre a orla e aos cânions do Rio São Francisco.

A última seção do capítulo corresponde aos “**Estudos Correlatos Nacionais e Internacionais**”, na

qual são analisadas pesquisas que abordam políticas públicas de turismo em outros estados brasileiros e em destinos internacionais. Essa parte permite traçar comparações, identificar boas práticas, reconhecer tendências e compreender limitações comuns à gestão turística. São apresentadas experiências exitosas do Nordeste — como as políticas de regionalização no Ceará, os investimentos culturais na Bahia e os programas de interiorização no Rio Grande do Norte —, além de estudos internacionais que investigam modelos de governança, sustentabilidade, promoção turística e gestão integrada. Essa seção amplia o repertório teórico da pesquisa e oferece parâmetros para interpretar a realidade de Sergipe sob perspectiva comparada.

Dessa forma, a Revisão de Literatura cumpre a função de construir um painel teórico robusto, que fundamenta todas as análises realizadas ao longo do trabalho. Cada seção contribui de maneira complementar para compreender o fenômeno investigado, desde suas bases conceituais até comparações internacionais, articulando debates sobre políticas públicas, governança, sustentabilidade e impactos sociais. Esse conjunto teórico permite interpretar a gestão pública do turismo em Sergipe de forma crítica, contextualizada e multidimensional, garantindo suporte científico às conclusões apresentadas na pesquisa.

O **Capítulo 2 – Metodologia** descreve os procedimentos metodológicos adotados, justificando a abordagem qualitativa e documental utilizada, além de detalhar técnicas de coleta e análise dos dados, critérios de seleção de documentos, entrevistas e instrumentos utilizados para interpretação crítica das informações.

O **Capítulo 3 – Resultados e Discussão** constitui o núcleo analítico da dissertação. Nele são apresentados e discutidos, em profundidade, os principais achados da pesquisa, distribuídos em quatro eixos: (a) o panorama das políticas públicas de turismo implementadas em Sergipe entre 2010 e 2025; (b) a avaliação da efetividade da gestão pública, refletindo sobre seus avanços e limitações; (c) a percepção dos atores locais sobre os impactos do turismo; e (d) os desafios e perspectivas para o setor nos próximos anos. Ao integrar análise documental, dados oficiais, percepções dos atores e referenciais teóricos, esse capítulo busca construir uma interpretação crítica e consistente sobre a gestão do turismo no estado. Por fim, o **Capítulo 4 – Considerações Finais** apresenta as conclusões do estudo, destacando contribuições teóricas e práticas, limitações metodológicas e sugestões para futuras pesquisas e para o aprimoramento das políticas públicas do turismo em Sergipe.

Dessa forma, esta dissertação busca contribuir para o debate acerca do papel do turismo enquanto política pública capaz de promover desenvolvimento sustentável, inclusão social e valorização cultural, apontando caminhos possíveis para o fortalecimento da gestão pública e da governança turística em Sergipe, bem como para a consolidação do turismo como política estratégica para o futuro do estado.

1.1 FUNDAMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA

A Administração, em sentido mais amplo, é um elemento presente no cotidiano de todas as pessoas. Qualquer espaço onde haja convívio humano necessita da arte de gerir para que sua organização efetive. Nesse ínterim, a Gestão Pública se apresenta como um instrumento de extrema importância para gerir a sociedade.

1.1.1 Contexto histórico da gestão pública

A gestão pública, enquanto campo de conhecimento e prática administrativa, apresenta uma longa trajetória histórica que se confunde com a própria formação do Estado e com os diferentes modelos de organização social, política e econômica que marcaram a humanidade. Em sua origem, a administração dos bens coletivos era associada ao poder político centralizado nas figuras dos monarcas, chefes tribais e imperadores, que exerciam funções de comando e coordenação de acordo com suas próprias vontades e interesses. Nesse contexto, não havia uma separação clara entre o patrimônio público e o privado, pois o governante era entendido como detentor absoluto dos bens e recursos da comunidade. Conforme Motta (2003), apenas a partir da formação dos Estados modernos, nos séculos XV e XVI, com a consolidação das monarquias nacionais e o fortalecimento da burocracia, surgiram os primeiros indícios de um aparato administrativo mais estruturado, voltado para atender ao coletivo e já pautado por normas e princípios que, mais tarde, dariam origem à gestão pública como ciência.

O advento do Estado moderno trouxe consigo a centralização administrativa, marcada pela criação de estruturas burocráticas permanentes e hierarquizadas. O modelo burocrático, posteriormente sistematizado por Max Weber, tornou-se referência para a organização da administração pública, baseado na racionalidade legal, na impessoalidade, na hierarquia e na profissionalização dos servidores (Weber, 1999). Nesse período, consolidava-se a ideia de que a administração pública deveria funcionar como uma máquina racional, com funções bem definidas, separação entre interesses privados e coletivos, e foco no cumprimento das leis e regulamentos. Esse modelo foi essencial para garantir previsibilidade, estabilidade e continuidade à gestão estatal, especialmente em sociedades em transformação e crescimento.

No entanto, o desenvolvimento da gestão pública não pode ser compreendido sem considerar os movimentos econômicos, sociais e políticos que moldaram os diferentes períodos históricos. Durante o século XIX, com a Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo, os Estados passaram a assumir um papel mais ativo na regulação da economia e na promoção de serviços públicos básicos. Segundo Nascimento (2017), foi nesse período que a gestão pública começou a se articular de forma mais clara em torno de objetivos sociais, como a redução da pobreza, a ampliação da educação e a melhoria das condições de vida da população. Esse movimento esteve ligado ao surgimento do Estado liberal, que embora defendesse a mínima intervenção governamental, reconhecia a necessidade de um aparato administrativo

eficiente para garantir a ordem, a segurança e a proteção dos direitos individuais.

Com a crise do liberalismo econômico no início do século XX, sobretudo após a Grande Depressão de 1929, houve uma transformação significativa no papel do Estado e, por consequência, da gestão pública. A partir do New Deal, nos Estados Unidos, e das políticas de bem-estar social adotadas na Europa, consolidou-se o chamado Estado de Bem-Estar Social, em que a administração pública passou a ser responsável por um conjunto amplo de políticas sociais, como saúde, previdência, educação e assistência. Esse modelo exigiu uma expansão considerável da burocracia e a criação de novos mecanismos de planejamento, coordenação e avaliação. Para Cavalcante (2017), esse momento foi crucial para estabelecer a noção de que a gestão pública deveria estar a serviço do desenvolvimento econômico e social, indo além da mera regulação e assumindo papel central na promoção do bem-estar coletivo.

Na América Latina e no Brasil, a trajetória da gestão pública assumiu características próprias, fortemente influenciadas por processos políticos e históricos internos. Durante grande parte do século XX, a administração pública brasileira foi marcada por práticas patrimonialistas e clientelistas, nas quais havia confusão entre os interesses do Estado e os interesses privados das elites políticas e econômicas. Sérgio Buarque de Holanda (1995) já havia apontado essa herança cultural ao descrever o “homem cordial”, cuja lógica pessoal permeava a organização administrativa e comprometia a impessoalidade necessária ao serviço público. Nesse sentido, o Brasil enfrentou dificuldades em consolidar um modelo de gestão pública racional e orientado por princípios legais e institucionais, convivendo com práticas de favoritismo e ineficiência.

Com a Constituição Federal de 1988, houve um marco fundamental na organização da administração pública brasileira. O texto constitucional estabeleceu princípios básicos para a gestão pública legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37, e reforçou a importância do Estado como garantidor de direitos sociais e promotor de políticas públicas amplas (Brasil, 1988). Além disso, a Constituição abriu espaço para a participação social na gestão pública, ao reconhecer mecanismos de controle e fiscalização por parte da sociedade civil, em consonância com as transformações democráticas vividas após o período da ditadura militar.

No entanto, o fim do século XX também foi marcado pela ascensão do ideário neoliberal, que influenciou diretamente as práticas de gestão pública em diversos países, inclusive no Brasil. O movimento conhecido como Nova Gestão Pública (New Public Management – NPM) buscou aproximar a administração pública de modelos típicos do setor privado, priorizando eficiência, resultados e accountability. Para Chaves (2019), essa abordagem significou uma ruptura parcial com a burocracia tradicional, introduzindo instrumentos de gestão baseados em indicadores de desempenho, descentralização administrativa e foco na satisfação do cidadão-usuário.

Com a Emenda Constitucional nº 19/98, a gestão pública brasileira incorporou de forma explícita o

princípio da eficiência, reafirmando o compromisso com a modernização administrativa e a busca por maior racionalidade no uso dos recursos públicos. Essa reforma foi inspirada pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado na década de 1990, que buscava tornar o Estado mais ágil, menos custoso e mais eficiente em sua atuação (Bresser-Pereira, 1998). A partir desse momento, a gestão pública brasileira passou a incorporar práticas gerenciais, sem abandonar os princípios constitucionais, numa tentativa de conciliar eficiência administrativa e responsabilidade social.

Nos anos 2000 e 2010, a intensificação do uso das tecnologias da informação e comunicação representou outro marco na evolução da gestão pública. A chamada governança eletrônica (e-gov) trouxe inovações no acesso aos serviços, na transparência e no controle social. Vinhas (2022) observa que o uso de plataformas digitais, big data e aplicativos governamentais permitiu maior interação entre Estado e cidadãos, ampliando a visibilidade das ações públicas e fortalecendo a accountability democrática. Entretanto, desafios como exclusão digital, segurança da informação e resistência cultural ainda limitam o pleno aproveitamento dessas ferramentas (De Oliveira Leite; Rezende, 2017).

Na contemporaneidade, a gestão pública enfrenta o dilema de equilibrar eficiência administrativa, transparência e participação cidadã em um cenário marcado por crises econômicas, pressões sociais e rápidas mudanças tecnológicas. Nascimento (2017) ressalta que a sociedade atual é mais exigente, valorizando ética, responsabilidade fiscal e justiça social, o que impõe novos padrões de atuação ao Estado. Assim, a gestão pública precisa se reinventar constantemente, incorporando inovações e preservando os princípios democráticos e constitucionais.

Em síntese, o contexto histórico da gestão pública revela uma evolução contínua, que acompanha as transformações políticas, sociais e econômicas da humanidade. De um modelo patrimonialista e centralizador, passou-se à burocracia racional weberiana, ao Estado de Bem- Estar Social e, mais recentemente, à Nova Gestão Pública e à governança digital. Cada fase trouxe avanços e desafios, moldando uma trajetória que continua em construção. No caso brasileiro, a consolidação da democracia, a efetivação dos direitos sociais e a modernização tecnológica configuram os grandes eixos que direcionam a gestão pública no século XXI, reafirmando seu papel essencial na promoção do desenvolvimento econômico, social e humano.

1.1.2 Conceitos e princípios da gestão pública

A gestão pública constitui-se como um campo interdisciplinar que integra diversas teorias, concepções e práticas voltadas à condução do aparato estatal. Em sua essência, esse ramo aplica os princípios de organização, planejamento, direção e controle para assegurar eficiência e eficácia na execução de serviços públicos e na implementação de políticas governamentais. Trata-se de um processo permanente de escolhas, em que os recursos disponíveis são direcionados a objetivos coletivos e às demandas sociais.

Nascimento (2017) explica que a gestão deve ser constantemente aperfeiçoada, de modo que, no setor público, sua função é reduzir desigualdades, ampliar o acesso à educação, fortalecer a economia, promover a preservação ambiental e fomentar a cultura. Assim, toda prática administrativa deve estar estrategicamente orientada para o desenvolvimento econômico e social (Nascimento, 2017, p. 7).

Dessa forma, a gestão pública tem como propósito alcançar maior eficácia em seus processos, reduzindo disparidades sociais e oferecendo melhores serviços à população. Ao cumprir suas funções de forma efetiva, contribui para elevar a qualidade de vida, promover crescimento econômico e gerar avanços sociais em seu contexto de atuação. Para que isso seja possível, sua atuação deve ser guiada por princípios fundamentais que orientam o uso e a distribuição dos recursos governamentais, garantindo tanto o bom funcionamento das instituições quanto a proteção do interesse coletivo. Entre esses princípios estão a legalidade, a imparcialidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (Cavalcante, 2017).

Assim como em outros ramos da gestão, a gestão pública deve seguir princípios próprios para assegurar qualidade, segurança e eficiência. Esses fundamentos estão previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência” (Brasil, 1988).

Além dos princípios constitucionais, a administração pública também adota outros, como proporcionalidade, razoabilidade e segurança jurídica, que reforçam a ideia de que o Estado não possui poder absoluto. Toda sua atuação deve respeitar o arcabouço legal e os parâmetros constitucionais.

Entre os princípios, o da legalidade é central, pois garante que a administração só pode agir quando houver previsão legal. A Constituição Federal, em seus artigos 5º, II e 153, § 2º, consagra esse princípio. Como destaca Miranda (2008, p. 5), a administração pública não pode atuar contra a lei (*contra legem*), além da lei (*praeter legem*) ou fora de seus limites, mas apenas segundo a lei (*secundum legem*). Isso reforça que o Estado deve se submeter às normas jurídicas, sendo a lei soberana em relação ao próprio poder estatal.

Outro princípio essencial é o da imparcialidade, que assegura que a gestão pública atue de forma neutra e imparcial, evitando favorecimentos ou perseguições pessoais. Os atos administrativos devem sempre visar ao interesse coletivo, e eventuais desvios são atribuídos ao órgão público, e não ao servidor individualmente. Já o princípio da moralidade estabelece que as ações administrativas não apenas cumpram a lei, mas também estejam de acordo com valores éticos, justiça e equidade. Nesse sentido, Miranda (2007, p. 6) observa que atos formalmente legais podem ser materialmente imorais, quando praticados com intenção de prejudicar ou beneficiar alguém de maneira indevida, configurando improbidade administrativa.

O princípio da publicidade, por sua vez, impõe a divulgação dos atos administrativos, salvo quando

houver necessidade de sigilo, garantindo transparência e possibilitando maior participação da sociedade na fiscalização do poder público. Como ressalta Miranda (2008, p. 8), o administrador não é dono do patrimônio público, mas apenas um gestor temporário que deve prestar contas à coletividade. Já o princípio da eficiência, incorporado pela Emenda Constitucional nº 19/98, busca conciliar qualidade, economia de recursos e melhores resultados para a sociedade.

Segundo Barbosa (2011, p. 5), a observância desses princípios é decisiva para evitar que práticas como desvio de recursos e enriquecimento ilícito se tornem comuns e aceitas socialmente. Por isso, cabe ao gestor público o desafio de combater tais condutas, colocando o interesse coletivo acima de relações pessoais e privilégios.

Embora gestão pública e administração pública possuam similaridades, há distinções relevantes. Ambas se voltam ao bem comum, mas a administração pública refere-se mais à execução dos processos organizacionais, enquanto a gestão pública incorpora novas práticas, muitas delas inspiradas no setor privado, em busca de maior inovação, empreendedorismo e renovação. Motta (2003) define a gestão como a prática de planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar, enquanto Chaves (2019) aponta que a administração pública se concretiza na gestão administrativa aplicada às instituições estatais. Morais (2009) complementa, diferenciando a administração direta vinculada à União e aos ministérios da indireta, composta por autarquias, fundações e empresas públicas.

Assim, a gestão pública é mais ampla e moderna, pois incorpora métodos que visam não apenas maior eficiência administrativa, mas também melhor qualidade na prestação de serviços. Para Nascimento (2017), sua função está ligada à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, sempre orientadas para o bem-estar coletivo. Nesse sentido, o gestor público deve basear-se em quatro pilares: planejar, organizar, dirigir e controlar (Chaves, 2019). Conforme Garces e Silveira (2002), planejar exige amplo conhecimento das informações, a organização garante o funcionamento adequado, a direção orienta a administração para o alcance de metas e o controle assegura a avaliação contínua dos serviços prestados.

Contudo, a modernização da gestão pública também trouxe desafios. Cósio (2018) aponta que a adoção de novos modelos administrativos exige maior participação social, mas ainda enfrenta resistências tanto da burocracia estatal quanto da própria sociedade civil. Baptista (2010) complementa que a pressão por serviços públicos de qualidade continua sendo uma das principais fragilidades da administração brasileira. Para enfrentar essa realidade, recursos tecnológicos tornaram-se aliados fundamentais, como observa Balbe (2010).

A era digital intensificou a necessidade de modernização, tornando a tecnologia peça essencial para eficiência, transparência e interação entre governo e sociedade. Nascimento (2017, p. 8) ressalta que a sociedade passou a valorizar a ética, a responsabilidade fiscal e a transparência, e as tecnologias da informação ampliam a participação cidadã e os mecanismos de controle social (*accountability*).

Ferramentas como big data, aplicativos móveis, serviços digitais e sistemas de gestão integrada já têm sido incorporadas, favorecendo maior eficiência e proximidade entre Estado e cidadãos (Vinhas, 2022).

Apesar dos avanços, desafios persistem. De Oliveira Leite e Rezende (2017) destacam barreiras como segurança da informação, exclusão digital e privacidade, além de resistências culturais e institucionais. Por isso, é essencial que os gestores estejam preparados para garantir soluções adequadas e que essas tecnologias sejam aplicadas em consonância com os princípios constitucionais.

Em síntese, a gestão pública contemporânea alia fundamentos clássicos à inovação tecnológica, promovendo uma administração mais eficiente, transparente e centrada no cidadão. Embora enfrente barreiras, ela representa uma oportunidade concreta de aprimorar os serviços públicos, assegurando maior qualidade, eficácia e legitimidade no atendimento às necessidades da sociedade.

1.1.3 Governança, accountability e participação social

A evolução da gestão pública contemporânea tem sido marcada pela crescente valorização de conceitos como governança, accountability e participação social. Esses elementos, embora distintos em suas definições e dimensões, constituem pilares interdependentes para a construção de uma administração pública mais eficiente, democrática e comprometida com o interesse coletivo. Sua relevância emerge a partir do reconhecimento de que o Estado, historicamente associado a práticas burocráticas e centralizadas, precisa responder às demandas sociais de forma mais transparente, participativa e orientada a resultados (Abrucio, 2007; Matias-Pereira, 2010).

O conceito de governança pública se fortalece a partir das reformas administrativas impulsionadas pelo movimento da Nova Gestão Pública (NGP), que introduziu práticas de eficiência, controle de resultados e descentralização administrativa. Entretanto, a ideia de governança ultrapassa a lógica puramente gerencial, abarcando também a capacidade de coordenar múltiplos atores – estatais e não estatais – em processos decisórios e de implementação de políticas públicas. Secchi (2009) destaca que a governança pública envolve redes de cooperação que incluem governo, sociedade civil e mercado, rompendo com a ideia de que o Estado é o único responsável pela condução da esfera pública.

Nesse cenário, a accountability torna-se um mecanismo indispensável para garantir que os gestores públicos sejam responsabilizados por suas decisões, tanto do ponto de vista técnico quanto ético. O conceito pode ser entendido em duas dimensões principais: a accountability vertical, que se refere ao controle exercido pelos cidadãos por meio do voto e da pressão social; e a accountability horizontal, desempenhada por instituições de fiscalização e controle, como tribunais de contas, ministérios públicos e órgãos legislativos (O'donnell, 1998). Para Bresser- Pereira (1998), a accountability não se restringe a um conjunto de instrumentos formais, mas representa a consolidação de uma cultura política de responsabilidade e transparência, condição fundamental para a consolidação democrática.

A participação social, por sua vez, constitui a base de legitimidade da gestão pública. Desde a Constituição de 1988, o Brasil fortaleceu institucionalmente mecanismos participativos, como os conselhos de políticas públicas, o orçamento participativo e as conferências nacionais setoriais. Esses instrumentos abriram espaço para que diferentes segmentos sociais pudessem intervir diretamente nos processos de formulação e monitoramento de políticas públicas, ampliando a democratização do Estado (Gohn, 2011). Entretanto, como assinala Paes de Paula (2005), a participação social não deve ser vista apenas como complemento da gestão, mas como parte de um novo paradigma de governança pública, no qual a sociedade civil se torna protagonista.

A integração entre governança, accountability e participação social tem sido apontada como essencial para enfrentar os dilemas da gestão pública em contextos marcados por desigualdades sociais, crises de legitimidade institucional e exigências crescentes de transparência. Abrucio (2007) argumenta que a governança só se fortalece quando acompanhada de mecanismos eficazes de accountability e de canais consistentes de participação social, evitando que práticas clientelistas e patrimonialistas se reproduzam no interior do Estado.

No entanto, a prática desses princípios ainda enfrenta desafios significativos. Em muitos casos, os mecanismos participativos acabam sendo capturados por elites políticas ou grupos de interesse, comprometendo sua representatividade (Avritzer, 2002). Da mesma forma, a accountability, embora fortalecida por avanços normativos e institucionais, ainda sofre limitações quando o acesso à informação pública não é universalizado, ou quando os órgãos de controle não dispõem de autonomia e recursos suficientes para exercer plenamente suas funções (Matias-Pereira, 2010).

Apesar desses entraves, o fortalecimento da governança, da accountability e da participação social configura uma agenda estratégica para a consolidação da democracia e para o aprimoramento da gestão pública. Mais do que instrumentos técnicos, tais princípios representam valores normativos que orientam a relação entre Estado e sociedade. Em um contexto de complexidade crescente das políticas públicas, com a presença de múltiplos atores e interesses divergentes, a governança democrática baseada em transparência, responsabilidade e participação aparece como caminho para a construção de um Estado mais legítimo, responsável e eficiente (Secchi, 2009; Marini; Martins, 2010).

Dessa forma, a gestão pública contemporânea, ao incorporar esses conceitos, aproxima-se de uma concepção de administração voltada não apenas para resultados administrativos ou econômicos, mas para a promoção do bem-estar coletivo, da justiça social e da consolidação da cidadania. O grande desafio consiste em transformar tais princípios em práticas efetivas, evitando que permaneçam apenas como ideais normativos. Para tanto, é fundamental que se desenvolvam políticas públicas que fortaleçam a cultura de participação, ampliem a transparência governamental e consolidem mecanismos de responsabilização política, administrativa e social. Só assim será possível avançar em direção a um modelo de gestão pública

verdadeiramente democrática, no qual governança, accountability e participação social não sejam apenas conceitos, mas realidades concretas que estruturam o funcionamento do Estado e a vida em sociedade.

1.2 TURISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA

O turismo, enquanto fenômeno complexo e multifacetado, ultrapassa em muito a compreensão limitada de uma simples atividade econômica voltada ao lazer ou ao consumo. Trata-se de um campo que articula dimensões culturais, sociais, econômicas, ambientais, políticas e simbólicas, inserido em sistemas amplos de produção e reprodução social (Beni, 2006; Jafari, 2005). Nesse sentido, compreender o turismo como política pública implica reconhecer sua transversalidade, sua capacidade de produzir impactos estruturais nas sociedades e sua relação direta com dinâmicas territoriais, modos de vida e processos de desenvolvimento.

Autores como Hall (2004) e Jenkins (2000) reforçam que o turismo somente se consolida de forma efetiva quando integrado a uma lógica de planejamento estatal de longo prazo, pois suas externalidades positivas ou negativas não podem ser geridas unicamente pelo setor privado. A intervenção do Estado é imprescindível para garantir equidade, sustentabilidade e proteção dos interesses coletivos, especialmente em territórios vulneráveis social, cultural ou ambientalmente.

A partir dessa compreensão, o turismo começou a ser objeto de políticas públicas de maneira mais formal a partir da segunda metade do século XX, quando governos e organismos internacionais passaram a reconhecer seu potencial para dinamizar economias, promover coesão territorial e fortalecer a imagem dos países no cenário global (OMT, 2001). No entanto, o debate contemporâneo tem avançado para além dessa visão economicista, destacando a necessidade de políticas que considerem as populações receptoras, as comunidades tradicionais, o patrimônio cultural e os ecossistemas naturais como elementos centrais no processo de tomada de decisão (Bramwell; Lane, 2011).

No Brasil, esse processo de institucionalização foi tardio, mas significativo. A Constituição Federal de 1988 representou um marco, ao incluir o turismo como atividade relevante para o desenvolvimento socioeconômico nacional e ao estabelecer competências compartilhadas entre União, estados e municípios. A partir dos anos 1990, especialmente com a criação do Ministério do Turismo em 2003, o país passou a estruturar uma política nacional com diretrizes mais claras, integrando planejamento, regulação, qualificação e regionalização (Brasil, 2003). Esse movimento se consolidou com os sucessivos Planos Nacionais de Turismo, que estabeleceram metas relacionadas ao aumento do fluxo turístico, ampliação da competitividade, desenvolvimento sustentável e inclusão social.

A política de regionalização do turismo, iniciada oficialmente em 2004, representa uma das mudanças paradigmáticas mais importantes da política nacional. Ao reconhecer o território como elemento estruturante, o Programa de Regionalização do Turismo rompeu com modelos centralizados e apostou em

arranjos intermunicipais colaborativos, fortalecendo identidades regionais e promovendo ações integradas (Cruz, 2010; Dias, 2008). Segundo Ansarah (2002), essa política também contribuiu para ampliar a participação social, pois aproximou as decisões das comunidades locais e de atores sociais antes excluídos dos processos de planejamento.

Entretanto, a construção de políticas públicas de turismo requer muito mais do que instrumentos normativos. Requer governança, capacidade institucional, articulação intersetorial e visão estratégica. Bramwell e Lane (2011), ao discutirem governança colaborativa, defendem que processos decisórios inclusivos, baseados em negociação e cooperação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, são essenciais para garantir que o turismo se desenvolva de forma equilibrada e respeitosa. Essa perspectiva converge com as reflexões de Elinor Ostrom (1990), que destaca a importância da gestão coletiva dos recursos comuns, aplicável também ao contexto turístico quando se trata da gestão do patrimônio cultural e natural.

Além disso, o turismo como política pública precisa dialogar com as agendas globais de sustentabilidade. A Agenda 21 para o Turismo, publicada pela OMT e UNEP, e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 8, 11, 12 e 14, reforçam que o turismo deve ser instrumento de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente viável. Isso implica políticas que promovam a conservação da biodiversidade, a valorização das culturas locais, o combate à exploração laboral e a redução das desigualdades (OMT, 2015).

Autores como Sachs (2002) e Sen (2000) contribuem para essa discussão ao relacionarem desenvolvimento com liberdade, equidade e justiça. O turismo, quando guiado por políticas públicas consistentes, pode ser canal para ampliar capacidades humanas, gerar oportunidades e fortalecer o protagonismo comunitário. Entretanto, quando abandonado à lógica mercadológica, tende a reproduzir desigualdades, expropriar territórios e invisibilizar práticas culturais, como alertam Barreto (2003) e Urry (1996).

Outro aspecto fundamental refere-se à qualificação profissional e à inovação, dimensões frequentemente destacadas em documentos oficiais e pesquisas acadêmicas. Lohmann e Panosso Netto (2012) enfatizam que o turismo contemporâneo exige habilidades técnicas e competências socioemocionais que vão muito além do atendimento ao público. Destinos turísticos inteligentes, plataformas digitais, big data, inteligência de mercado e sustentabilidade são elementos que precisam ser incorporados às políticas públicas, sob risco de o país perder competitividade global. Assim, políticas públicas de turismo devem incluir mecanismos de capacitação contínua, estímulo à pesquisa científica, investimentos em tecnologia e incentivos à inovação.

É importante destacar também o papel das políticas públicas no fortalecimento das identidades culturais e na promoção do patrimônio. Santos (2012) afirma que o turismo pode funcionar como “vetor de

resistência cultural”, desde que orientado por políticas que protejam comunidades tradicionais, culturas populares e narrativas locais. Nesse sentido, a participação social é elemento indispensável: moradores, lideranças comunitárias, artesãos, povos indígenas, quilombolas e demais grupos devem ser agentes ativos no planejamento turístico, e não apenas espectadores dos processos que transformam seus territórios.

Do ponto de vista crítico, autores como Harvey (2005) e Lefebvre (1991) oferecem reflexões importantes sobre a mercantilização do espaço e o direito à cidade. Aplicando esses conceitos ao turismo, percebe-se que políticas públicas precisam evitar práticas de “turistificação” que expulsam moradores, encarecem o custo de vida e transformam territórios vivos em produtos para consumo. A cidade, o patrimônio e o território devem ser compreendidos como espaços sociais, e não apenas como mercadorias.

Diante disso, a gestão pública do turismo, quando pautada pela transparência, participação social, responsabilidade e equidade, contribui não apenas para a geração de empregos e renda, mas também para o fortalecimento das identidades locais, para a preservação do patrimônio cultural e natural e para a consolidação de um desenvolvimento equilibrado e sustentável. O turismo como política pública, portanto, se configura como estratégia fundamental para o desenvolvimento territorial integrado no Brasil, integrando dimensões econômicas, culturais, sociais e ambientais e reconhecendo o papel central das comunidades no processo decisório.

1.2.1 O Turismo

O Turismo configura-se como um campo de conhecimento que, por natureza, possui caráter multidimensional, multisectorial e multidisciplinar. Trata-se de um fenômeno sociocultural investigado por diversas áreas, que geralmente produzem definições distintas, porém frequentemente restritas, em razão da ausência de perspectivas interdisciplinares e transdisciplinares mais consolidadas. As áreas que predominam nos estudos turísticos tendem a analisar o fenômeno sobretudo sob o prisma econômico, relegando a segundo plano suas dimensões socioculturais. Dessa forma, torna-se comum encontrar concepções de desenvolvimento que, na prática, correspondem apenas ao crescimento econômico, reforçando desigualdades na distribuição dos recursos; visões de geração de emprego que se traduzem em mão de obra barata voltada aos interesses dos investidores, desconsiderando os saberes das comunidades locais; interpretações de riqueza e pobreza baseadas exclusivamente em indicadores financeiros, sem considerar a qualidade de vida ou o acesso e preservação dos recursos naturais e culturais; além da noção de exploração turística que, muitas vezes, implica expropriação territorial. Diante de tantas interpretações problemáticas, torna-se necessário revisitar certos parâmetros entre eles, o próprio uso do termo sustentabilidade como destaca Godoy (2015):

O conceito de sustentabilidade, que consta nos “Marcos conceituais do turismo” (BRASIL. MTur, 2007), documento oficial do Ministério do Turismo, e oriundo do World Commission on Environment and Development (1987), refere-se à capacidade de se “atender às necessidades da geração atual, sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras” (p.10). Aponta, ainda, que o turismo, para adquirir uma consciência sustentável, deverá ser “planejado e orientado visando ao envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação dos recursos que se constituem patrimônio”. (p. 10). De acordo com essas proposições, algumas controvérsias já podem ser apontadas, se compararmos o discurso oficial com algumas práticas existentes. (Godoy, 2015, em meio eletrônico).

Dessa forma, evidencia-se a presença de dois grandes campos de investigação no turismo: um, majoritário, direcionado ao universo empresarial, com ênfase na comercialização dos produtos turísticos, nas estratégias corporativas, na legislação da área e nos processos de gestão; e outro, ainda em desenvolvimento, voltado às percepções dos viajantes e aos impactos sociais que o turismo provoca (Tribe, 1997). Von Schullern (apud Ascanio, 2010) também ressalta a existência de duas posturas antagônicas dentro das pesquisas em turismo. A primeira comprehende o turismo como fonte geradora de riqueza e, por consequência, promotora do bem-estar nos destinos receptores, sendo analisada predominantemente sob a ótica econômica. Nesse enfoque, trata-se de um bem-estar macroeconômico, e o turismo é visto essencialmente como atividade. Em contrapartida, há uma abordagem de natureza fenomenológica que ressalta aspectos críticos, como o aumento do custo de vida para residentes e outras questões éticas relacionadas à presença turística. Essa linha já aponta para preocupações com os efeitos negativos do turismo nas comunidades locais.

Essas duas formas de interpretar o turismo refletem relações de poder que moldam suas práticas. A construção social do turismo tende a se alinhar a um modelo hegemônico voltado ao “mundo dos negócios”, apoiado em uma memória oficial (Pollak, 1989) ou memória nacional (Halbwachs, 2006), reforçado pela OMT7 e demais instituições com caráter nacionalizante. Nesse processo, consolida-se uma ideia de desenvolvimento turístico alinhada aos interesses corporativos. Contudo, é igualmente necessário reconhecer as chamadas memórias subterrâneas (Pollak, 1989), isto é, os grupos sociais marginalizados que possuem menos influência nas tomadas de decisão e que, por isso, permanecem invisibilizados nas políticas e nos discursos oficiais sobre turismo. São justamente esses sujeitos, ligados às memórias subterrâneas, que devem ganhar protagonismo nas iniciativas turísticas quando se busca um desenvolvimento socialmente equitativo.

As práticas científicas no turismo precisam ser orientadas por princípios éticos, de modo que a produção de conhecimento contribua para a redução das desigualdades e evite aquilo que Morin (2005) denomina irresponsabilidade generalizada — situação em que a ciência, movida pela hiperespecialização, atende prioritariamente aos interesses de instituições tecnoburocráticas sem considerar previamente seu impacto social. No turismo, a hiperespecialização torna-se ainda mais problemática devido à complexidade do fenômeno, que não pode ser interpretado por meio de fragmentações rígidas ou perspectivas isoladas.

Assim, torna-se necessário ultrapassar o paradigma cartesiano nos estudos turísticos, reconhecendo o turismo como um campo não disciplinar (Moesch, 2002) ou até como uma indisciplina (Tribe, 1997). Dessa forma, a produção do conhecimento turístico poderá se consolidar com base na transversalidade.

Figura 1 - A construção transdisciplinar do campo de conhecimento turístico.



Fonte: Araújo, R. S. G.; Godoy, K. E (2016)

No núcleo principal, o Turismo enquanto área de conhecimento passa a receber contribuições de diferentes disciplinas e campos correlatos que o atravessam de forma transversal. Dessa interação ampliada, emergem novos saberes entrelaçados a ponto de se tornar difícil delimitar onde cada um deles se inicia ou se encerra. As áreas tradicionais, por sua vez, também podem ser fortalecidas e renovadas pelas reflexões e conhecimentos produzidos nessa transversalidade própria do fenômeno turístico. Muitos fenômenos despertam interesse simultâneo em diversas áreas, favorecendo esse entrecruzamento. No Turismo, um elemento que permeia seus múltiplos conceitos é o ato de “viajar”. Seja em pesquisas relacionadas ao mercado ou em estudos socioculturais, a viagem é sempre constitutiva do turismo. Ascanio (2010) inclusive tentou caracterizar o Turismo como uma Ciência Social das Viagens, tentativa não consolidada pelo fato de que nem toda viagem se configura como turística, embora toda prática turística envolva deslocamento. Diferentes áreas, disciplinares ou não, também tomam a viagem como objeto de estudo ou como instrumento analítico. A Antropologia, por exemplo, volta-se às interações e trocas culturais promovidas pelo encontro entre viajantes e populações locais; a Geografia debate os deslocamentos e suas implicações espaciais; a História explora registros deixados por viajantes diários, fotografias e considera motivações diversas para viajar, que nem sempre se associam ao turismo, como migração, participação em guerras ou deslocamentos profissionais, estes últimos amplamente discutidos no campo turístico.

Inicialmente, viagens turísticas eram entendidas como aquelas voltadas ao lazer, realizadas no tempo livre. No entanto, novas segmentações passaram a se consolidar, como no turismo de negócios, no

qual certas viagens profissionais são incorporadas em razão de seu caráter eventual e de sua dimensão experiencial, uma vez que o viajante vivencia práticas culturais distintas das de seu local de origem gastronomia, normas sociais, expressões linguísticas, música, paisagens, religiosidade e sistemas de transporte, entre outros. Compreender o contexto cultural do destino pode, inclusive, influenciar processos de negociação. O termo turismo é historicamente situado e refere-se às viagens surgidas das transformações da sociedade industrial, marcada pela rígida separação entre tempo de trabalho e de não trabalho e pela intensificação das relações de produção e consumo, nas quais quase tudo passa a assumir valor mercadológico, incluindo o lazer e o acesso à cultura. Nesse sentido, Horkheimer e Adorno (1997, p. 175) afirmam que “os produtos da indústria cultural podem estar certos de serem jovialmente consumidos, mesmo em estado de distração”. Assim, as viagens tornam-se meios de dinamizar a economia dentro da lógica capitalista, e o turismo ganha centralidade ao tratar a cultura como mercadoria.

Os avanços científicos e tecnológicos nos campos da informação, comunicação e transporte impulsionaram o surgimento de uma sociedade marcada pela mobilidade. No entanto, dentro do capitalismo, essa mobilidade convive com desigualdades profundas, muitas vezes ocultadas pela aparente “acessibilidade” globalizada, que, na prática, não se concretiza para todos. Elliott e Urry (2010), sob uma perspectiva sociológica — ainda que essa discussão seja tradicionalmente da geografia e do urbanismo — analisam as chamadas vidas móveis, considerando aspectos como a capacidade de se deslocar, os recursos disponíveis, o tempo e as oportunidades, além de distintos modos de viajar: deslocamentos corporificados, circulação física de objetos, viagens imaginárias, viagens virtuais e viagens comunicativas. Esses tipos não ocorrem separadamente, conectando-se continuamente pela transversalidade e se entrelaçando em vários momentos. No Turismo, o deslocamento corpóreo é o mais relevante, pois envolve pessoas que viajam por diferentes razões, muitas delas reconhecidas como turísticas, como lazer, visita a familiares e certas viagens profissionais.

Com base no conceito de distinção social de Bourdieu (2007), Elliott e Urry (2010) destacam a existência de uma elite que usufrui dos privilégios da mobilidade proporcionada pela lógica das vidas móveis, enquanto a mobilidade de alguns depende da imobilidade de outros. No turismo, embora certos destinos recebam visitantes de várias partes do mundo, trabalhadores locais dificilmente terão condições de visitar os países de origem desses turistas; e, nesses mesmos lugares de origem, outros trabalhadores mantêm a infraestrutura que possibilita tais deslocamentos. Assim, mesmo com o crescimento expressivo do fluxo turístico global nas últimas décadas, o turismo, em seu modelo predominante, baseado no mercado e na distinção social, permanece inacessível para grande parcela da população, tornando-se, portanto, um problema social. Para aprofundar o entendimento do turismo como fenômeno sociocultural, é necessário refletir também sobre conceitos como Turismo Social e Turismo Cultural, analisando criticamente até que ponto correspondem à concepção processual do turismo como fenômeno ou à concepção proposicional do

turismo enquanto atividade.

O turismo, enquanto objeto de estudo, possui definições conceituais que remontam ao início do século XX. Uma das primeiras foi elaborada em 1910 pelo economista austríaco Herman von Schullard, citado por Andrade (1995, p. 32-33), que o compreendia como a soma das operações, sobretudo econômicas, relacionadas à entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros em diferentes territórios. Na mesma perspectiva, Picard (apud Andrade, 1995, p. 33) enfatizava que a principal função do turismo era a captação de divisas para os países receptores, destacando o impacto econômico do setor, especialmente no ramo hoteleiro.

Já a Organização Mundial do Turismo (OMT, apud Ignarra, 2001, p. 23) definiu o turismo como deslocamentos fora do local de residência habitual por um período superior a 24 horas e inferior a 60 dias, desde que motivados por razões não econômicas. Posteriormente, surgiram conceitos mais amplos, como o de Marhiot (apud Jachinoski, 1975, p. 4), que descreve o turismo como um conjunto de princípios que regem as viagens de lazer ou utilidade, envolvendo tanto a ação do viajante quanto a daqueles que o recebem e facilitam seu deslocamento.

Nessa mesma linha, Andrade (1995, p. 38) definiu o turismo em termos estruturais como um complexo de atividades e serviços vinculados a transportes, hospedagem, alimentação, circulação de produtos turísticos, práticas culturais, visitas, lazer e entretenimento. Em complemento, Lickorish e Jenkins (2000, p. 53), citando novamente a OMT, descrevem o turismo como o conjunto de atividades realizadas por pessoas que viajam para locais distintos de sua residência, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outras finalidades, abrangendo tanto os turistas hospedados quanto os visitantes de um único dia.

A análise de Wahab (1991) acrescenta três elementos essenciais ao fenômeno turístico: o homem, enquanto sujeito da experiência; o espaço, representado pelos locais visitados; e o tempo, consumido durante as viagens e estadas. Castelli (1990), por sua vez, ressalta que a compreensão do turismo exige uma leitura histórica das viagens, motivadas por interesses diversos econômicos, militares, culturais, religiosos ou de saúde.

No âmbito internacional, a ONU, citada por Ignarra (2001, p. 25), define o turista como qualquer pessoa que permaneça em local distinto de sua residência habitual por mais de 24 horas e até seis meses, para fins recreativos, culturais, familiares ou de negócios, desde que sem intenção migratória. Esse entendimento mostra que o turismo está intrinsecamente ligado às viagens e ao deslocamento humano. Historicamente, a prática turística se intensificou a partir das trocas comerciais entre povos, mas ganhou contornos de fenômeno de massa apenas no período contemporâneo (Andrade, 1995).

O chamado *Grand Tour*, realizado por jovens aristocratas ingleses nos séculos XVIII e XIX, ilustra bem esse fenômeno. Essas viagens de caráter cultural e social conferiam status aos participantes e foram

reconhecidas como uma forma primitiva de turismo (Andrade, 1995). Trigo (1995) complementa afirmando que o turismo organizado se consolidou com os avanços tecnológicos da Revolução Industrial, que proporcionaram condições de transporte e lazer a uma nova burguesia com tempo e recursos para viajar. Nesse contexto, em 1841, Thomas Cook realizou a primeira viagem agenciada, reunindo 570 pessoas, marco inicial do turismo coletivo (Barreto, 1991).

O final do século XIX e início do século XX testemunharam avanços significativos nos transportes, como trens e navios, que ampliaram a mobilidade. Na América do Norte, em 1872, foi criado o Parque Nacional de Yellowstone, considerado o primeiro do mundo, marcando a ligação do turismo com a valorização da natureza. Porém, as duas Guerras Mundiais interromperam o crescimento da atividade, que só se consolidou como fenômeno de massa após 1945, favorecida pelo avanço tecnológico, pela melhoria das comunicações e pela conquista de direitos sociais, como férias remuneradas (Acerenza, 1984).

As décadas de 1960 e 1970 marcaram a expansão do turismo internacional, com o surgimento dos pacotes turísticos e dos voos *charter*, levando a um processo de massificação sem precedentes (Magalhães, 2002). Atualmente, o turismo se apresenta como uma das maiores atividades econômicas globais, gerando emprego, renda e divisas, além de desempenhar papel central na valorização cultural e no desenvolvimento social (Ruschmann, 1997).

No Brasil, o turismo tem raízes históricas desde o período colonial. Segundo Ignarra (2001), a chegada da corte portuguesa em 1808 impulsionou o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro e estimulou a hotelaria. O início da modernização do setor ocorreu no século XX, com a inauguração de grandes hotéis e a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, embrião do Touring Club do Brasil. Na década de 1960, a fundação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) representou um marco institucional, assumindo a função de regulamentar e promover o setor em nível nacional.

1.2.2 Turismo como vetor de desenvolvimento socioeconômico

O turismo consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos setores mais dinâmicos da economia mundial, assumindo papel estratégico na geração de renda, empregos e arrecadação de divisas. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2022), antes mesmo da pandemia da COVID-19, a atividade já representava cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) global e 1 em cada 10 empregos no mundo estava relacionado direta ou indiretamente ao setor. Esse desempenho evidencia o caráter multiplicador do turismo, capaz de impulsionar diferentes cadeias produtivas, desde a hotelaria e os transportes até a gastronomia, o comércio, a cultura e o artesanato local (Beni, 2006; Ignarra, 2001).

No Brasil, país dotado de grande diversidade natural e cultural, o turismo assume particular relevância como vetor de desenvolvimento socioeconômico. Estimativas recentes do Ministério do Turismo (Brasil, 2023) indicam que o setor foi responsável pela geração de mais de 2,7 milhões de empregos diretos

em 2022, além de impactar positivamente atividades complementares ligadas à economia criativa, à produção artesanal e ao agronegócio. Essa transversalidade reforça o entendimento de que o turismo deve ser concebido não apenas como uma atividade de lazer, mas como uma política estratégica de desenvolvimento regional (Cruz, 2000).

Um dos aspectos centrais da contribuição do turismo para o desenvolvimento socioeconômico é o seu potencial de inclusão social. Ruschmann (1997) enfatiza que o turismo, quando planejado de forma sustentável, contribui para a valorização das comunidades locais, favorecendo a geração de trabalho e renda em localidades tradicionalmente marginalizadas dos grandes fluxos econômicos. Da mesma forma, Ansarah (2002) destaca que a atividade possibilita a integração de pequenos empreendedores, artesãos e trabalhadores informais na cadeia produtiva, ampliando oportunidades de ascensão social.

Além do impacto econômico direto, o turismo desempenha papel fundamental na dinamização do espaço urbano e rural. Investimentos em infraestrutura turística, como transportes, saneamento, energia e comunicação, acabam beneficiando não apenas visitantes, mas também a população residente, promovendo melhorias na qualidade de vida (Beni, 2006). Esse efeito positivo é especialmente relevante em municípios de pequeno e médio porte, onde o turismo pode representar uma alternativa viável à dependência de atividades agrícolas ou extrativistas, historicamente dominantes.

Entretanto, para que o turismo seja de fato um vetor de desenvolvimento socioeconômico, é imprescindível que seja conduzido dentro de uma perspectiva de planejamento e governança. Como salienta Hall (2004), políticas públicas bem estruturadas são fundamentais para garantir que os benefícios econômicos sejam acompanhados pela preservação ambiental e pela valorização cultural. Nesse sentido, o Plano Nacional de Turismo, em suas diversas edições, buscou alinhar o crescimento do setor com os princípios da sustentabilidade e da inclusão social, embora ainda enfrente desafios quanto à continuidade e efetividade de suas metas (Brasil, 2018).

Outro elemento importante a ser considerado é a capacidade do turismo de fortalecer identidades locais e promover intercâmbios culturais. Para Trigo (1995), a atividade turística não pode ser reduzida a uma simples mercantilização de espaços e culturas; ao contrário, deve ser entendida como oportunidade de valorização de tradições, memórias e práticas sociais. Esse processo, além de reforçar o sentimento de pertencimento das comunidades, amplia o capital simbólico e cultural de regiões, favorecendo o desenvolvimento endógeno.

Contudo, há críticas que apontam riscos relacionados à massificação do turismo e à sua apropriação por grandes grupos econômicos, que muitas vezes concentram os benefícios e geram impactos negativos, como a gentrificação de áreas urbanas e a degradação ambiental (Barreto, 1991; Ruschmann, 1997). Dessa forma, o desafio que se impõe à gestão pública e à iniciativa privada é encontrar um equilíbrio entre a exploração econômica e a sustentabilidade social e ambiental, assegurando que o turismo cumpra sua função

de vetor de desenvolvimento sem comprometer os recursos das futuras gerações.

Portanto, o turismo se revela como uma atividade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico, sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil, onde apresenta potencial para diversificação da economia, inclusão social e fortalecimento cultural. No entanto, seu sucesso depende da adoção de políticas públicas integradas, da promoção de governança participativa e do compromisso com práticas sustentáveis que garantam a distribuição equitativa dos benefícios entre turistas, comunidades locais e agentes econômicos.

1.2.3 Planejamento e gestão sustentável do turismo

O turismo, embora seja reconhecido como uma das atividades mais estratégicas para o crescimento econômico, social e cultural das nações, também está diretamente relacionado a impactos expressivos sobre o meio ambiente e sobre as comunidades que o recebem. Por esse motivo, torna-se indispensável que sua expansão seja acompanhada de planejamento e de uma gestão sustentável, de modo a garantir que os benefícios gerados pela atividade sejam mantidos no longo prazo, sem comprometer os recursos naturais e culturais necessários às futuras gerações. Conforme salienta a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), o turismo sustentável deve equilibrar as necessidades dos visitantes, do setor empresarial e das comunidades locais, preservando a integridade ambiental e cultural dos destinos.

No Brasil, essa discussão ganhou maior notoriedade a partir da década de 1990, quando os debates globais sobre sustentabilidade, especialmente após a Rio-92, passaram a influenciar políticas públicas e programas governamentais. Desde então, iniciativas como o *Programa de Regionalização do Turismo* buscaram descentralizar a atividade, integrando dimensões sociais, econômicas e ambientais (Brasil, 2004). Esse movimento marcou um esforço para alinhar o turismo brasileiro às diretrizes internacionais, ampliando sua relevância como política pública voltada ao desenvolvimento sustentável.

O planejamento turístico com enfoque na sustentabilidade deve ser visto como um processo contínuo, que envolve diagnóstico, definição de estratégias, monitoramento e avaliação. Beni (2006) alerta que a ausência de planejamento pode resultar em práticas predatórias, com concentração de benefícios em grandes empreendimentos e descaracterização cultural das comunidades receptoras. Dessa forma, a participação social e a articulação entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil são fundamentais para assegurar a viabilidade da atividade a longo prazo.

Ruschmann (1997) acrescenta que o turismo sustentável deve ser entendido não apenas como uma resposta ambientalmente correta, mas também como um modelo de desenvolvimento capaz de promover a melhoria da qualidade de vida das populações anfitriãs. Segundo a autora, os investimentos turísticos devem priorizar a conservação dos patrimônios natural e cultural, ao mesmo tempo em que ampliam as oportunidades de emprego e de geração de renda. Essa perspectiva reforça a necessidade de equilibrar

crescimento econômico e preservação socioambiental.

Na mesma linha, Hall (2004) defende que a sustentabilidade no turismo exige políticas públicas integradas, com diretrizes claras para o uso do solo, a conservação de áreas naturais e a regulamentação da atividade empresarial. Para o autor, um dos maiores entraves à consolidação do turismo sustentável no Brasil tem sido a fragmentação de ações e a descontinuidade de políticas, o que reforça a urgência de instituições fortalecidas e de estratégias de longo prazo.

Outro aspecto relevante está relacionado ao acompanhamento e à mensuração dos impactos da atividade. A OMT (2005) ressalta que o uso de indicadores específicos e de sistemas de monitoramento é fundamental para identificar distorções e corrigir problemas de forma preventiva. Nesse sentido, certificações ambientais, selos de qualidade e normas internacionais, como a ISO 14001, vêm sendo aplicados como ferramentas de garantia da sustentabilidade no setor (Barreto, 1991).

O debate sobre turismo sustentável também ganhou destaque em instâncias internacionais. Em 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da UNESCO, declarou aquele ano como o *Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento*, reforçando o papel estratégico da atividade na economia global (UNESCO, 2017). Estudos como o de Kanni (2002) mostram que o conceito de turismo sustentável começou a ser investigado na década de 1960, mas foi somente nos anos 1990, com a Agenda 21 e a atuação da OMT, que ganhou maior difusão. A definição elaborada pela OMT (1995) apresenta o turismo sustentável como ecologicamente suportável, economicamente viável e socialmente justo, exigindo uma integração harmônica com os ambientes natural, cultural e humano.

Diversos autores aprofundaram esse conceito. Para Beni (2002), o turismo sustentável implica maximizar a distribuição dos benefícios econômicos, assegurando condições de segurança para a oferta dos serviços turísticos. Já a *World Travel and Tourism Council* (2012) entende o turismo sustentável como aquele que mantém sua viabilidade econômica, respeita o meio ambiente e atua de forma socialmente responsável, beneficiando tanto visitantes quanto residentes locais. O Ministério do Turismo (2016) acrescenta que se trata de uma atividade que responde às necessidades dos turistas, sem deixar de atender às demandas socioeconômicas das regiões receptoras, preservando seus patrimônios natural e cultural.

Swarbrooke (2000) reforça que o turismo sustentável precisa satisfazer às necessidades de visitantes e comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em atender às suas próprias necessidades. Complementarmente, Gastal e Moesch (2004) indicam quatro desafios centrais nessa perspectiva: compreender como turistas interagem com os ambientes naturais; identificar a dependência de comunidades em relação à atividade; avaliar impactos sociais e ambientais; e implementar mecanismos de gestão desses impactos.

A atividade turística, quando mal planejada, pode gerar efeitos ambientais e sociais adversos. César-Dachary (1996) observa que o turismo é uma atividade econômica complexa, cujos impactos se estendem

sobre dimensões físicas, biológicas e socioeconômicas. Ruschmann (1997) aponta danos ambientais como poluição do ar e da água, além da degradação sonora, enquanto Dias (2005) desmistifica a ideia do turismo como “indústria sem chaminés”, destacando que pode ser tão prejudicial quanto indústrias poluidoras, muitas vezes em períodos mais curtos de tempo. No entanto, o turismo também traz benefícios relevantes, como ressaltam Masina (2002) e Swarbrooke (2000), que reconhecem tanto efeitos positivos quanto negativos, dependendo da forma de gestão da atividade.

Nesse cenário, Dalla'agnol (2012) reforça que, embora o turismo possa gerar ganhos expressivos para cidades e regiões, quando desarticulado, pode provocar externalidades negativas que extrapolam os limites dos destinos. Para reduzir esses riscos, Saarinen (2006) relaciona a origem do turismo sustentável ao interesse acadêmico sobre impactos negativos, ainda nos anos 1960, enquanto Körössy (2008) destaca sua consolidação em 1995, durante a Conferência Mundial de Turismo Sustentável em Lanzarote.

Autores como Frangialli (1999) reforçam que, quando desenvolvido sob bases sustentáveis, o turismo pode reduzir seus impactos negativos e ampliar benefícios sociais, econômicos e ambientais. A OMT (2003) reafirma essa visão ao indicar que o turismo sustentável promove qualidade de vida para populações locais, valoriza as experiências dos visitantes e protege o ambiente visitado. Essa perspectiva também é compartilhada por Medlik (1996), Seabra (2012) e Munck et al. (2013), que defendem a integração de dimensões ecológicas, culturais, econômicas e políticas.

Por fim, observa-se que a sustentabilidade no turismo não deve ser tratada como conceito abstrato, mas como prática concreta, fundamentada em princípios como respeito à legislação, preservação cultural, conservação ambiental, equidade social e gestão participativa (Conselho Brasileiro De Turismo Sustentável, 2017). A OMT (2001) complementa que o turismo sustentável deve buscar a melhoria da qualidade de vida local, oferecer experiências de excelência aos turistas e garantir rentabilidade econômica de maneira responsável. Nessa direção, o PNUMA (2005) destaca a importância de processos contínuos de monitoramento e ajustes, de forma a assegurar a viabilidade da atividade no presente e no futuro.

Assim, pode-se afirmar que o turismo sustentável representa um modelo essencial de desenvolvimento, capaz de conciliar conservação ambiental, valorização cultural e crescimento socioeconômico. Sua efetividade, entretanto, depende de planejamento cuidadoso, integração entre políticas públicas e compromisso compartilhado entre governos, setor privado e sociedade.

1.2.4 Políticas nacionais de turismo

O Plano Nacional de Turismo 2024-2027 destaca-se como uma iniciativa estratégica do Governo Federal do Brasil, com o objetivo de consolidar o turismo como vetor essencial para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e competitivo do país (Brasil, 2024). Este documento reflete a resiliência do setor

turístico diante dos impactos da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que busca recuperar a competitividade do Brasil no cenário internacional, especialmente frente aos países vizinhos da América do Sul (Brasil, 2023). Entre os pilares do plano estão a cooperação e a regionalização, estratégias que descentralizam as ações turísticas, permitindo que estados e municípios participem ativamente no planejamento e gestão do turismo. Tal abordagem reconhece a necessidade de adaptar as políticas às especificidades regionais, promovendo desenvolvimento equitativo e sustentável. A regionalização potencializa os recursos locais e fortalece a autonomia das comunidades, garantindo que as atividades turísticas gerem benefícios diretos à população (Brasil, 2024).

A sustentabilidade constitui outro eixo central do plano, que propõe práticas voltadas à preservação dos recursos naturais e culturais do país, alinhadas às diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, voltadas para um turismo responsável e consciente (Brasil, 2023). Nesse contexto, a sustentabilidade é compreendida de forma integral, abrangendo aspectos ambientais, sociais e econômicos, valorizando a diversidade cultural e promovendo o respeito às comunidades receptoras. O PNT 2024-2027 também enfatiza a inovação e a transformação digital, destacando a importância de adaptar o turismo às novas tecnologias e às mudanças nas preferências dos consumidores, que cada vez mais buscam experiências personalizadas e conectadas. A implementação de destinos turísticos inteligentes, que utilizam tecnologia para melhorar a experiência do visitante e a eficiência dos serviços, é uma proposta central desse eixo (Brasil, 2024).

Entre os objetivos específicos do plano estão o aumento do número de viagens internas, a atração de turistas internacionais e a geração de empregos no setor. Para isso, são estabelecidas metas ambiciosas, como elevar para 400 o número de municípios turísticos reconhecidos no Mapa do Turismo Brasileiro e alcançar 8,1 milhões em receita gerada por visitantes internacionais até 2027 (Brasil, 2024). Paralelamente, a promoção e apoio à comercialização buscam garantir ampla divulgação e acessibilidade aos produtos turísticos nacionais, por meio de programas que incentivem tanto o turismo interno quanto a atração de turistas internacionais, ampliando a competitividade do Brasil como destino.

As políticas nacionais de turismo, estruturadas por meio de instrumentos estratégicos como o PNT, têm evoluído ao longo das últimas décadas, com ênfase na descentralização, sustentabilidade e qualificação profissional (Brasil, 2024). O Programa de Regionalização do Turismo, lançado em 2004, organiza os municípios turísticos em regiões de acordo com suas vocações e potencialidades, promovendo ações coordenadas entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil, respeitando as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada localidade. A Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT), implementada pelo Ministério do Turismo, visa aprimorar a qualidade dos serviços por meio da capacitação de profissionais, abordando desde a educação básica até a gestão de destinos turísticos, com foco na inclusão social e na redução das desigualdades regionais (Brasil, 2024).

A implementação dessas políticas requer articulação entre os diversos atores do setor, incluindo governos federal, estaduais e municipais, iniciativa privada, instituições de ensino e organizações da sociedade civil. A participação efetiva desses atores é essencial para garantir que as ações sejam adequadas às realidades locais e que os resultados se mantenham sustentáveis a longo prazo. Em síntese, as políticas nacionais de turismo no Brasil buscam desenvolver o setor de forma integrada e sustentável, valorizando as especificidades regionais e investindo na qualificação profissional. Elas refletem o compromisso do país em transformar o turismo em uma atividade capaz de gerar emprego, renda e inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento econômico e cultural das diversas regiões brasileiras (Brasil, 2023; Brasil, 2024).

Com o objetivo de sintetizar os principais instrumentos, diretrizes e programas que compõem as políticas nacionais de turismo no Brasil, torna-se pertinente apresentar um quadro demonstrativo que organiza os elementos estruturais do Plano Nacional de Turismo 2024–2027 e das ações complementares desenvolvidas pelo Ministério do Turismo. A visualização sistematizada desses componentes facilita a compreensão da lógica que orienta o planejamento da atividade turística, evidenciando a integração entre sustentabilidade, regionalização, inovação e qualificação profissional. Além disso, o quadro permite observar a articulação entre metas estratégicas, fundamentos conceituais e atores envolvidos na implementação das políticas públicas, reforçando o caráter multidimensional do turismo como campo de desenvolvimento.

Quadro 1- Síntese dos Programas, Eixos e Metas da Política Nacional de Turismo (PNT 2024–2027)

Eixo / Programa	Descrição	Objetivos Principais	Responsáveis / Referências
Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024–2027	Instrumento estratégico federal para orientar ações do turismo brasileiro no período 2024–2027.	<ul style="list-style-type: none"> Consolidar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Recuperar a competitividade pós-pandemia. 	Brasil (2023; 2024)
Cooperação e Regionalização	Organização do turismo em regiões, valorizando vocações locais e descentralizando a gestão.	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a participação de estados e municípios. Promover desenvolvimento equilibrado e sustentável. Ampliar autonomia das comunidades receptoras. 	Brasil (2024)
Sustentabilidade	Integração dos princípios socioambientais e econômicos nas políticas de turismo, alinhada à Agenda 2030.	<ul style="list-style-type: none"> Preservar patrimônio natural e cultural. <ul style="list-style-type: none"> Incentivar turismo responsável e consciente. Valorizar diversidade e comunidades locais. 	Brasil (2023)
Inovação e Transformação Digital	Promoção de destinos turísticos inteligentes e uso de tecnologias para aprimorar a experiência turística.	<ul style="list-style-type: none"> Modernizar serviços turísticos. Adaptar o setor aos novos perfis de consumo. <ul style="list-style-type: none"> Expandir experiências personalizadas. 	Brasil (2024)
Metas do PNT 2024–2027	Metas estratégicas para expansão e consolidação do turismo nacional.	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar para 400 o número de municípios turísticos no Mapa do Turismo. Alcançar 8,1 milhões em receita internacional até 2027. Aumentar viagens internas e geração de empregos. 	Brasil (2024)
Programa de Regionalização do Turismo (2004)	Estruturação do território turístico brasileiro em regiões de acordo com potencialidades locais.	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar planejamento integrado. Respeitar especificidades socioculturais e ambientais. 	Brasil (2024)
Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT)	Estratégia de formação e capacitação de profissionais do setor turístico.	<ul style="list-style-type: none"> Elevar a qualidade dos serviços. Promover inclusão social. Reducir desigualdades regionais. 	Ministério do Turismo; Brasil (2024)
Articulação Institucional	Integração entre diferentes atores públicos e privados na implementação das políticas.	<ul style="list-style-type: none"> Garantir ações adequadas às realidades locais. Promover resultados sustentáveis a longo prazo. 	Governo Federal; estados e municípios; sociedade civil.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A partir do quadro apresentado, é possível perceber que as políticas nacionais de turismo se articulam por meio de eixos que dialogam diretamente com os desafios contemporâneos do setor. O enfoque na regionalização demonstra a preocupação do governo em descentralizar decisões, reconhecendo que as diferentes realidades territoriais exigem estratégias específicas e participativas. Do mesmo modo, a

centralidade da sustentabilidade e da inovação aponta para uma visão de futuro que busca equilibrar crescimento econômico, preservação ambiental e valorização cultural, alinhando-se às tendências globais e às expectativas de um turista cada vez mais consciente e conectado.

Observa-se também que a qualificação profissional e a articulação institucional desempenham papel determinante na consolidação das políticas públicas, uma vez que a eficácia das ações depende diretamente da capacidade técnica dos agentes envolvidos e da cooperação entre os diversos níveis de governo. Assim, a integração dos programas e metas do PNT 2024–2027 reafirma o compromisso do Estado em promover um turismo que não apenas gere emprego e renda, mas que contribua para o fortalecimento da identidade local, redução das desigualdades regionais e criação de experiências sustentáveis e inclusivas para visitantes e comunidades receptoras.

1.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O turismo consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos setores mais dinâmicos da economia global, assumindo relevância estratégica para o desenvolvimento regional, sobretudo em territórios com potencial natural, histórico e cultural. No contexto brasileiro, essa atividade não apenas impulsiona a geração de emprego e renda, mas também fomenta a diversificação econômica, amplia a infraestrutura e fortalece a identidade local. De acordo com Beni (2006), o turismo configura-se como um sistema integrado cuja dinâmica interfere diretamente na organização territorial, transformando espaços e criando novos arranjos produtivos. Assim, compreender seu papel no desenvolvimento local requer analisar os múltiplos impactos – econômicos, sociais, culturais e ambientais – que decorrem da articulação entre atores públicos, privados e comunitários.

O papel do turismo no desenvolvimento local manifesta-se, primeiramente, pela capacidade de ativar economias de pequena escala, valorizando recursos endógenos e criando oportunidades em áreas antes marginalizadas. Conforme aponta Cruz (2000), o turismo promove a circulação de capital em regiões periféricas ao estimular a oferta de serviços, como hospedagem, alimentação, transporte, lazer e comércio. Além disso, o setor incentiva a profissionalização da mão de obra e a ampliação da infraestrutura urbana, elementos essenciais para o fortalecimento da autonomia municipal. Para Oliveira (2011), o turismo assume um caráter estratégico ao impulsionar cadeias produtivas complementares e contribuir para o desenvolvimento sustentável quando pautado em políticas de planejamento e gestão integradas. No Nordeste brasileiro, região historicamente marcada por desigualdades socioeconômicas, o turismo tem se mostrado uma alternativa importante de transformação territorial. Os estados nordestinos têm experimentado, especialmente desde os anos 1990, um processo de crescimento baseado na valorização de seus atributos naturais e culturais. Segundo dados do Ministério do Turismo (2023), destinos como Salvador, Porto de Galinhas, Maceió,

Fortaleza, Natal e São Luís registram constante expansão na oferta de serviços e no fluxo de visitantes, consolidando-se como polos receptores nacionais e internacionais.

Entre as experiências de sucesso na região, destaca-se o **Polo Costa dos Coqueiros**, na Bahia, impulsionado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur). Esse programa viabilizou investimentos em saneamento, urbanização, estradas e qualificação profissional, favorecendo o crescimento de localidades como Praia do Forte e Costa do Sauípe (Barbosa, 2010). Outro caso emblemático é o **litoral cearense**, que implementou políticas de infraestrutura e marketing turístico que elevaram Fortaleza ao status de hub regional, dinamizando o turismo de sol e praia e estimulando o desenvolvimento de municípios como Cumbuco e Jericoacoara (Dantas; Sousa, 2014). Em Pernambuco, o sucesso de Porto de Galinhas evidencia o papel da articulação público-privada na estruturação turística, combinando investimentos em equipamentos hoteleiros, preservação ambiental e promoção internacional (Silveira, 2017). Essas experiências demonstram que, quando há planejamento sustentável e participação dos atores locais, o turismo pode funcionar como vetor de desenvolvimento socioeconômico e de valorização cultural.

Contudo, os resultados turísticos não são homogêneos entre as regiões brasileiras. Comparações inter-regionais revelam diferenças significativas na infraestrutura, na capacidade de gestão, na qualificação profissional e no nível de articulação das políticas públicas. Enquanto o Nordeste se destaca pela forte atratividade cultural e ambiental, o Sudeste e o Sul têm vantagens competitivas associadas à infraestrutura consolidada, maior conectividade aérea e um mercado interno mais robusto (Rabahy, 2003). De acordo com Cruz (2010), o Sudeste – especialmente cidades como Rio de Janeiro e São Paulo – reúne maior diversidade de segmentos turísticos, incluindo negócios, eventos e turismo cultural, o que lhe confere maior resiliência econômica. Já o Sul, com sua tradição de organização comunitária e cooperativa, apresenta bons resultados em turismo rural e enoturismo, especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (Tomazzoni, 2007). Em comparação, o Nordeste, embora altamente competitivo em sol e praia, ainda enfrenta desafios estruturais, como desigual distribuição de investimentos e vulnerabilidade socioeconômica de parte da população residente em zonas turísticas.

Ainda assim, observa-se que o Nordeste avança em competitividade por meio de estratégias de diversificação, empreendimentos sustentáveis e valorização da cultura local, elementos que têm fortalecido sua economia regional. Para Beni (2020), o desenvolvimento turístico bem-sucedido exige governança participativa, planejamento de longo prazo e integração com políticas de preservação ambiental, fatores que se mostram essenciais para que regiões como o Nordeste mantenham crescimento contínuo sem comprometer seus recursos naturais e identitários.

Assim, o turismo, quando orientado por políticas sustentáveis e pela gestão colaborativa, desempenha papel fundamental no desenvolvimento regional. As experiências de sucesso no Nordeste e as comparações

com outras regiões do país evidenciam que o setor pode ser um catalisador de transformações socioeconômicas, desde que estejam presentes investimentos adequados, participação comunitária, qualificação profissional e uma visão estratégica de longo prazo. Dessa forma, o turismo não se limita à promoção de destinos, mas constitui uma ferramenta estruturante para o fortalecimento econômico, a inclusão social e a valorização cultural dos territórios brasileiros.

Para compreender de maneira mais clara como o turismo se articula ao desenvolvimento regional no Brasil, especialmente no Nordeste, é relevante sintetizar os principais elementos que compõem essa relação. Embora o setor turístico envolva dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, a forma como esses aspectos se materializam varia significativamente entre os territórios, dependendo de fatores como infraestrutura disponível, capacidade de gestão, investimentos públicos e privados e participação da comunidade local. Assim, a apresentação comparativa a seguir busca organizar os principais pontos discutidos no texto, permitindo visualizar como o turismo atua no desenvolvimento local, de que maneira experiências bem-sucedidas se destacam no Nordeste e quais são as diferenças observadas quando se comparam as regiões brasileiras. O quadro tem, portanto, a função de oferecer uma leitura integrada, evidenciando convergências, especificidades e desafios que permeiam a atividade turística no país.

Quadro 2- Convergências, Divergências e Desafios na Percepção dos Atores Locais sobre o Turismo em Sergipe

Aspectos	Papel do Turismo no Desenvolvimento Local	Experiências de Sucesso no Nordeste	Comparações Inter- Regionais
Impactos Econômicos	Geração de emprego, aumento da renda, expansão do comércio e serviços; fortalecimento de cadeias produtivas locais.	Crescimento de polos como Porto de Galinhas (PE), Costa do Sauípe/Praia do Forte (BA), Jericoacoara e Cumbuco (CE), com dinamização da economia regional.	Sudeste e Sul apresentam maior diversificação (negócios, eventos, enoturismo), enquanto o Nordeste é forte no turismo de sol e praia.
Infraestrutura	Incentiva melhorias em transporte, saneamento básico, urbanização e serviços públicos.	Investimentos do PRODETUR modernizaram aeroportos, vias, saneamento e equipamentos turísticos.	Sudeste possui infraestrutura mais consolidada; Nordeste vem reduzindo defasagens, mas ainda enfrenta desigualdades internas.
Aspectos Socioculturais	Valorização cultural, fortalecimento da identidade local, preservação de patrimônios.	Promoção da cultura regional (música, culinária, festas populares), atraindo turistas nacionais e internacionais.	Sul destaca-se pelo turismo rural e comunitário; Nordeste pela autenticidade cultural; Sudeste pela diversidade de segmentos.
Planejamento e Governança	Necessidade de gestão integrada entre poder público, iniciativa privada e comunidade.	Casos de êxito envolvem parcerias público-privadas, marketing estratégico e ordenamento territorial.	Diferenças entre regiões se explicam pela capacidade de gestão e pelo nível de articulação institucional.
Desafios	Sustentabilidade ambiental, qualificação profissional e distribuição equitativa de renda.	Pressões urbanísticas e ambientais em áreas litorâneas; sazonalidade; desigualdades regionais.	Nordeste ainda enfrenta maior vulnerabilidade socioeconômica; Sudeste e Sul têm maior estabilidade econômica.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A partir da análise apresentada no quadro, evidencia-se que o turismo possui um papel estratégico no desenvolvimento regional, ao gerar dinamização econômica, promover a valorização sociocultural e induzir melhorias na infraestrutura local. No Nordeste, essas contribuições tornam-se particularmente expressivas devido ao conjunto de experiências bem-sucedidas que demonstram como políticas de planejamento, investimentos estruturantes e parcerias público-privadas podem transformar territórios e ampliar oportunidades para a população. No entanto, a comparação inter-regional revela disparidades que precisam ser consideradas na formulação de políticas mais equilibradas e sustentáveis. A predominância de segmentos específicos como sol e praia no Nordeste, negócios no Sudeste e turismo rural no Sul reforça que cada região apresenta vocações distintas, exigindo estratégias adaptadas às suas características socioeconômicas e culturais. Portanto, a leitura do quadro contribui para reforçar a ideia de que o turismo, quando planejado de forma integrada e sustentável, constitui um vetor relevante para o desenvolvimento regional, mas demanda atenção a desafios persistentes, como qualificação profissional, sustentabilidade ambiental e redução das desigualdades territoriais.

1.4 TURISMO EM SERGIPE

Sergipe, o menor estado do Brasil em território, surpreende pela diversidade de paisagens, riqueza cultural e potencial turístico. Conforme definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), o turismo compreende "atividades que pessoas realizam durante viagens em lugares diferentes do seu entorno habitual", e é nesse contexto que o estado se insere, oferecendo experiências únicas que vão do litoral ao sertão. Sua capital, Aracaju, destaca-se pela organização urbana, gastronomia baseada em frutos do mar e pela proximidade com importantes sítios históricos, como São Cristóvão, quarta cidade mais antiga do Brasil e patrimônio da humanidade pela UNESCO.

A política turística do estado é coordenada pela Secretaria de Estado do Turismo (SETUR/SE), que, de acordo com a cartilha, tem por competência "planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o desenvolvimento do Turismo no âmbito estadual" (SETUR, p. 12), articulando-se com o Ministério do Turismo e os municípios. Esse alinhamento se dá por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que organiza Sergipe em cinco polos turísticos – Velho Chico, Tabuleiros, Serras Sergipanas, Costa dos Coqueirais e Sertão das Águas. Conforme o documento, esses polos agrupam "municípios que possuem características similares e/ou complementam aspectos relacionados à identidade histórica, cultural, econômica e geográfica" (p. 6), favorecendo uma gestão compartilhada por meio das Instâncias de Governança Regionais (IGRs).

A Costa dos Coqueirais, por exemplo, abrange municípios como Aracaju, Barra dos Coqueiros e Estância, com destaque para o turismo de sol e mar. Já o Polo Velho Chico ressalta a importância do rio São Francisco, com municípios como Canindé de São Francisco, onde se localiza o famoso Cânion do Xingó, atração de relevância internacional. No interior, o Polo Serras Sergipanas e o Sertão das Águas apresentam opções de turismo rural e de aventura, enquanto o Polo dos Tabuleiros mescla manifestações culturais e sítios arqueológicos.

A adesão ao Mapa do Turismo Brasileiro tem sido estratégica para o planejamento e a captação de investimentos. Conforme a Portaria MTur nº 41/2021, citada nas referências, os municípios devem atender a critérios como a existência de "órgão ou entidade responsável pela pasta de turismo" e "Conselho Municipal de Turismo ativo" (p. 16) para participarem. Paralelamente, a formalização dos serviços via **CADASTUR** – sistema que visa "promover ordenamento, formalização e legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil" (p. 21) – é uma prioridade.

Assim, com uma estratégia baseada na regionalização, na governança participativa e na valorização das singularidades locais, Sergipe consolida-se como um destino com significativo potencial de crescimento no cenário turístico brasileiro, aliando desenvolvimento econômico à preservação de seu patrimônio natural e cultural.

1.4.1 Potencialidades turísticas do estado

A configuração do turismo em Sergipe como uma atividade econômica estratégica está diretamente ligada à forma como seu território foi organizado e planejado. A opção pela regionalização, dividindo o estado em polos turísticos, constitui a base para a compreensão de suas múltiplas potencialidades. Conforme detalhado no estudo de Rodrigues (2014), o estado foi segmentado em cinco polos turísticos distintos: Costa dos Coqueirais, Velho Chico, Serras Sergipanas, Tabuleiros e Sertão das Águas. Essa divisão encontra respaldo na própria organização territorial histórica do estado, que desde o período colonial se estruturou em torno de eixos geográficos e econômicos bem definidos (Mendonça; Silva, 2021). A criação desses polos se apoia nos conceitos de região e território, entendidos como espaços geográficos de interação do homem com os ambientes, o que dá origem a diversas formas de organizações sociais e de relações sociedade-natureza (Coriolano et al., 2009, p. 84).

O Polo Costa dos Coqueirais se estabelece como o mais expressivo em termos de fluxo turístico estabelecido, congregando municípios como Aracaju, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Estância. Sua principal âncora é o turismo de sol e praia, com destaque para a Orla de Atalaia, em Aracaju, e as praias do município de Barra dos Coqueiros. No entanto, sua potencialidade se estende significativamente para além do litoral. A presença de São Cristóvão, a quarta cidade mais antiga do Brasil, com seu centro histórico tombado, e de Laranjeiras, com seu valioso patrimônio cultural afro-brasileiro, acrescenta as dimensões histórica e cultural a este polo, enriquecendo sobremaneira a oferta turística. Conforme aponta Silva (2012), a segmentação dentro do polo é fundamental, pois permite a criação de roteiros temáticos que vão desde o lazer balnear até o turismo histórico e religioso. Essa organização da oferta turística nas unidades da federação visa possibilitar a geração de produtos segmentados, chamados de roteiros, e viabilizar suas comercializações (Silva, 2012, p. 105).

O artesanato se consolida como outro pilar fundamental dentro das potencialidades do polo, com a renda filé de Barra dos Coqueiros sendo citada como um produto emblemático da cultura local (Rodrigues, 2014). A valorização desse tipo de manifestação cultural material está em perfeita sintonia com a concepção de turismo comunitário. Esse modelo de turismo, conforme descrito por Coriolano (2008), surge justamente como uma contraposição ao chamado turismo dos resorts e dos mega-empreendimentos, visando evitar que empreendedores externos dominem as comunidades. Nesse sentido, as comunidades locais, especialmente as pesqueiras, não são meramente cenário passivo, mas atores centrais e protagonistas na construção de uma experiência turística autêntica e significativa. O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo (Coriolano, 2008, p. 7).

O Polo Velho Chico tem no rio São Francisco sua principal referência e elemento aglutinador. O Velho Chico transcende a condição de simples corpo hídrico para se tornar um elemento cultural, histórico

e paisagístico de forte apelo e identidade. Atividades como passeios de catamarã, pesca esportiva e a observação do encontro do rio com o mar no município de Brejo Grande representam alguns dos atrativos mais relevantes. A materialização desse potencial exigiu investimentos em infraestrutura de apoio, como a construção de atracadouros em locais estratégicos como Terra Caída e Porto do Cavalo, obras essas realizadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) (Coelho,Costa,Vilela, 2008). Esse polo exemplifica de maneira clara como um recurso natural monumental pode ser adequadamente estruturado para o turismo, gerando renda e oportunidades para as populações ribeirinhas e fomentando a economia local de forma sustentável.

Os polos do interior, com destaque para as Serras Sergipanas e o Sertão das Águas, apresentam um potencial significativo e ainda em grande parte a ser explorado para o ecoturismo e o turismo de aventura. Caracterizados por relevos mais acidentados, cachoeiras, cavernas e uma cultura sertaneja marcante e genuína, esses territórios oferecem uma experiência turística diametralmente oposta à vivida no litoral. A própria existência desses polos diversificados demonstra a notável capacidade de Sergipe em oferecer uma amostra representativa e diversificada dos biomas e paisagens típicos do Nordeste brasileiro, tudo isso contido em um território de dimensões geográficas reduzidas. Essa compactude territorial, longe de ser uma limitação, converte-se em uma vantagem comparativa importante, pois permite que o turista vivencie diferentes e contrastantes experiências com deslocamentos internos relativamente curtos, otimizando seu tempo e ampliando seu leque de vivências no estado.

A gastronomia se constitui como um fio condutor que perpassa e integra todos os polos turísticos. Baseada predominantemente em frutos do mar frescos no litoral e em pratos típicos e robustos do sertão no interior, a culinária sergipana é um atrativo por si só, capaz de singularizar a experiência do visitante. A valorização da gastronomia local é reconhecida como um elemento-chave para o turismo sustentável, pois movimenta toda uma cadeia produtiva local, desde o produtor rural e o pescador artesanal até o pequeno restaurante familiar, fortalecendo simultaneamente a economia e a identidade cultural do lugar. Esse aspecto conecta-se com a ideia de que o turismo, quando bem planejado, pode fortalecer atividades econômicas preexistentes, como a pesca e a agricultura, tornando-as mais sustentáveis (Coriolano, 2008, p. 9).

A potencialidade turística de Sergipe, portanto, não reside apenas na soma de seus atrativos isolados, mas na rica tapeçaria que se forma a partir da integração entre seus recursos naturais, seu patrimônio histórico e cultural material e imaterial, e a força de suas comunidades. O patrimônio edificado das cidades históricas, a vitalidade das manifestações culturais populares, a diversidade das paisagens naturais e a autenticidade da vida comunitária pesqueira e sertaneja formam um conjunto coerente e atraente. O desafio, como bem colocado por Ramos (2010) apud Rodrigues (2014), está em superar a visão da regionalização como um mero agrupamento de peculiaridades semelhantes e avançar para a construção de processos

efetivos de colaboração e identificação entre os agentes públicos, privados e as comunidades locais. A materialização plena e bem-sucedida desse potencial diversificado depende, fundamentalmente, de um planejamento estratégico contínuo e participativo que seja capaz de articular de forma eficiente oferta, demanda e, sobretudo, garantir que os benefícios socioeconômicos gerados pelo turismo sejam democraticamente socializados entre todos os atores envolvidos, em especial as populações locais.

A concepção de lugar é fundamental na análise de comunidades, pois revela a existência local dos fenômenos tanto no espaço físico como do espaço social conferindo essência, significado e transcendência, pois é localmente que nos situamos e é localmente que as coisas acontecem (Maldonado, 1993, p. 34, apud Coriolano, 2008, p. 10). Essa noção se aplica integralmente a Sergipe, onde cada polo e território turístico carrega uma essência própria, um significado profundo para sua população e uma transcendência que pode ser compartilhada com o visitante através de uma experiência turística bem conduzida. A compreensão dessa dinâmica local é, portanto, o primeiro passo para transformar as potencialidades latentes em riqueza real e sustentável para o estado.

1.4.2 Políticas públicas estaduais e municipais (2010–2025)

O arcabouço de políticas públicas para o turismo em Sergipe no período compreendido entre 2010 e 2025 demonstra uma evolução conceitual e prática, marcada pela transição de intervenções pontuais para uma tentativa de planejamento integrado e regionalizado. A base desse processo foi a adesão ao Programa de Regionalização do Turismo, uma iniciativa do Ministério do Turismo que buscou organizar a oferta turística nacional a partir da divisão dos territórios estaduais em polos com características semelhantes.

Em Sergipe, essa estratégia resultou na criação de cinco polos turísticos Costa dos Coqueirais, Velho Chico, Serras Sergipanas, Tabuleiros e Sertão das Águas e oito territórios de desenvolvimento, sendo o Território da Grande Aracaju onde se insere o município de Barra dos Coqueiros (Governo de Sergipe, Sedetec e Emsetur, 2009). Conforme explica Silva (2012), a segmentação foi incorporada à Política Nacional de Turismo como forma de organização e integração da oferta turística nas unidades da federação a fim de possibilitar a geração de produtos segmentados, chamados de roteiros, e viabilizar suas comercializações (p. 105). A proposta de regionalizar territórios e produtos turísticos respalda-se nos conceitos de região e território, espaços geográficos de interação do homem com os ambientes, dando origem a diversas formas de organizações sociais e de relações sociedade natureza (Coriolano et al., 2009, p. 84).

No âmbito das políticas públicas estaduais, a Lei nº 8.373, de 20 de dezembro de 2017, representa um marco regulatório ao dispor sobre o exercício da atividade de Guia de Turismo no Estado de Sergipe. Esta legislação não apenas estabelece as categorias profissionais Guia Regional, Nacional, Internacional e de Atrativo Turístico, mas também impõe a obrigatoriedade da contratação do Guia Regional para atividades

que envolvam a recepção e o acompanhamento de turistas no estado. Conforme estabelece o Art. 4º, 'fica obrigatória a presença do Guia de Turismo Regional, habilitado no Estado de Sergipe' em itinerários locais, uma medida que visa qualificar a experiência turística e fomentar a empregabilidade local.

O processo de planejamento, conforme definido por Petrocchi (2009), inicia-se pela percepção integral do momento presente do destino de turismo e do seu entorno. São identificados os fatores críticos aos quais o destino precisa se adaptar, ou que deve tentar modificar. Na sequência, define-se o que se deseja no futuro, por meio da formulação de objetivos. Depois, vêm os estudos e sugestões de caminhos para atingir esses objetivos, por meio da escolha das estratégias (p. 17). A execução dessas estratégias dependeu fortemente de investimentos externos, notadamente os provenientes das sucessivas fases do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE).

O PRODETUR/NE configurou-se como o principal vetor financeiro para a materialização das políticas públicas estaduais no período. Seu objetivo básico, de acordo com o Banco do Nordeste (2005), foi contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste do Brasil por meio do desenvolvimento da atividade turística. Especificamente, o Programa contemplou iniciativas do setor público em infraestrutura básica e desenvolvimento institucional voltadas tanto para a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas, quanto para a atração de investimentos do setor privado ligados ao turismo (p. 5). Na primeira fase do programa, a área correspondente a Aracaju/São Cristóvão abarcou Aracaju, Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão e o Mosqueiro (Banco do Nordeste, 2005). Os investimentos foram substanciais e direcionados a eixos prioritários. No Polo Costa dos Coqueirais, por exemplo, foram aplicados recursos da ordem de US\$ 8.208.901 em esgotamento sanitário em Aracaju, US\$ 11.516.845 em abastecimento de água e US\$ 10.448.497 em transportes, incluindo a implantação de trechos rodoviários, construção de pontes e atracadouros, e duplicação de orlas (Coelho;Costa; Vilela, 2012).

Um caso emblemático de intervenção no período foi a urbanização da Orla de Atalaia Nova, em Barra dos Coqueiros, com um investimento total de R\$ 5.265.562,05, custeado com 21% de recursos estaduais e 79% com recursos federais, por meio de convênio firmado com o Ministério do Turismo (G1, 2012). Obras como esta, classificadas como infraestrutura turística, tinham como propósito declarado não apenas melhorar a experiência do visitante, mas também elevar a qualidade de vida da população residente, alinhando-se, em tese, às premissas do turismo sustentável.

Paralelamente, investimentos no centro histórico de Aracaju e na restauração de mercados municipais, como o Albano Franco e o Thales Ferraz, com valores superiores a US\$ 2 milhões para cada ação, visavam requalificar espaços urbanos de grande significado cultural e comercial (Coelho; Costa; Vilela, 2008). Essas ações refletiam uma compreensão, ainda que incipiente, de que o turismo requer uma infraestrutura técnica específica que geralmente é implantada diretamente pelo estado ou apoiada pelo

estado por meio do planejamento do turismo (Dreher et al., 2010, apud Palafóz e Santos, 2023).

No entanto, a efetividade dessas políticas em nível municipal mostrou-se irregular e frequentemente limitada por uma série de fatores. A pesquisa de Rodrigues (2014) no município de Barra dos Coqueiros revelou um cenário de fragilidade institucional, onde a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio demonstrou notável desconhecimento sobre os investimentos realizados no polo ao qual o município pertence. Quando questionado sobre os investimentos realizados pela secretaria municipal, a resposta do gestor foi elucidativa: “na verdade, eu acho que pela Secretaria da Barra quase nada” (Rodrigues, 2014, p. 49). Esse desconhecimento estendia-se também às ações dos governos estadual e federal, com o gestor sendo incapaz de citar investimentos específicos, com exceção da obra da Orla de Atalaia Nova, e demonstrando incerteza sobre outros possíveis apoios. Essa falta de articulação e de comunicação entre as esferas de governo compromete a eficácia das políticas, criando uma desconexão entre o planejamento macro e a execução micro.

A falta de um planejamento turístico local consistente aparece como uma consequência direta dessa fragilidade. O mesmo estudo constatou que o município de Barra dos Coqueiros não possuía dados referentes à demanda turística, não dispunha de um produto turístico formalmente formatado e suas ações de divulgação restringiam-se a páginas em redes sociais com informações reduzidas e desatualizadas (Rodrigues, 2014). Essa realidade contrasta violentamente com a visão de que são as iniciativas locais as que lideram as novas estratégias de desenvolvimento turístico e de reconversão do modelo tradicional, sendo as autoridades locais quem tem grande parte das competências fundamentais para a aplicação de políticas hacia el desarollo sostenible (Cerdan, 2010, p. 96). A ausência de diagnósticos locais e de planejamento descentralizado impede que os municípios aproveitem as oportunidades criadas pelas políticas estaduais e federais, tornando-os meros receptáculos de obras, sem a capacidade de gerir os impactos e potencialidades do turismo em seu território.

No que se refere ao período prospectivo, até 2025, as diretrizes sugerem uma continuidade na busca por investimentos em infraestrutura e promoção, com um discurso cada vez mais alinhado à sustentabilidade e à inclusão social. A expectativa, conforme expressa no contexto baiano mas aplicável a Sergipe, é que o estado se prepare para atender ao segmento turístico com qualidade, o que exige um esforço conjunto do setor público e privado, visando a encontrar soluções para resolver os problemas atuais (Palafóz e Santos, 2023, p. 34).

O êxito esperado das políticas de desenvolvimento comunitário, e por extensão do turismo, é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos) alterando profundamente as condições de subdesenvolvimento das comunidades (Carmo, 1999, p. 80, apud Coriolano, 2008, p. 12). A materialização desse princípio nas políticas turísticas sergipanas, garantindo que os benefícios sejam de fato socializados, permanece como o grande desafio a ser enfrentado no horizonte de 2025, demandando uma governança

mais robusta e uma participação social mais efetiva na construção e gestão do turismo estadual.

1.4.3 Gargalos estruturais e institucionais

A trajetória do desenvolvimento turístico em Sergipe, apesar de seus potenciais e dos investimentos realizados, é marcada por uma série de obstáculos estruturais e institucionais que limitam sua capacidade de consolidar-se como uma atividade econômica sustentável e includente. Esses gargalos permeiam desde a esfera do planejamento até a execução e gestão dos recursos, refletindo contradições mais amplas inerentes ao modo como o turismo é apropriado pelo capital. Martins (1999) adverte que a reprodução ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora e engendra (p. 29).

Em Sergipe, tais contradições se manifestam na desconexão entre os grandes investimentos e a realidade local. Um dos impedimentos mais críticos reside na frágil governança e na desarticulação institucional.

A pesquisa empírica de Rodrigues (2014) no município de Barra dos Coqueiros expôs uma realidade onde os gestores municipais responsáveis pelo turismo demonstravam um notável desconhecimento sobre os investimentos realizados no polo turístico ao qual o município pertence. Este cenário se reflete também na aplicação de legislações estaduais específicas, como a Lei nº 8.373/2017, que regula a atividade de guiaamento turístico no estado, mas cuja efetiva implementação nos municípios esbarra nas mesmas dificuldades de articulação institucional. Esse cenário é agravado pela falta de articulação efetiva no Território da Grande Aracaju e no Polo Costa dos Coqueirais, o que impede que as informações e os benefícios dos investimentos sejam plenamente conhecidos e aproveitados no nível local.

A ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública, para a formação de parcerias com setor público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário (Carmo, 1999, p. 80, apud Coriolano, 2008). Contudo, a ausência dessas parcerias e de uma visão integrada entre os entes federativos fragiliza sobremaneira a eficácia das políticas públicas.

Outro gargalo de profunda repercussão é a carência de um planejamento turístico local consistente e participativo. Muitos municípios, como constatado em Barra dos Coqueiros, não possuem diagnósticos atualizados da demanda turística, não elaboraram produtos turísticos formatados e nem estabeleceram políticas públicas específicas para o setor. A própria Lei nº 8.373/2017, em seu Art. 7º, estabelece a obrigatoriedade de prévio agendamento em agência local para empresas de outros estados, uma regra que carece de um planejamento municipal para ser efetivamente aproveitada como mecanismo de indução do desenvolvimento local. Conforme observado por Rodrigues (2014), o município estudado não integrava nenhum roteiro turístico, apesar de fazer parte de um polo consolidado. Essa falta de planejamento resulta em uma oferta turística desorganizada e pouco competitiva.

Petrocchi (2009) enfatiza que o processo de planejamento precisa acompanhar e avaliar de forma

permanente o seu próprio desempenho, constituindo a função controle, que faz do plano de turismo um instrumento vivo (p. 17). A realidade de muitos municípios sergipanos, no entanto, dista desse ideal, com planos sendo documentos estanques ou mesmo inexistentes. Essa lacuna planning impede que os municípios se preparem para receber os visitantes de forma digna e profissional, como preconiza o turismo comunitário (Coriolano, 2008), mantendo-os em uma posição de dependência e reatividade.

A insuficiência e a má conservação da infraestrutura básica representam um entrave material significativo. Embora o PRODETUR/NE tenha canalizado vultosos recursos para obras de esgotamento sanitário, abastecimento de água e transporte, tais intervenções frequentemente mostraram-se insuficientes para atender à totalidade da demanda ou sofreram com problemas de manutenção posterior. A ausência de uma infraestrutura técnica específica adequada, que geralmente é implantada diretamente pelo estado ou apoiada pelo estado por meio do planejamento do turismo (Dreher et al., 2010, apud Palafóz e Santos, 2023), limita a qualidade da experiência turística e a atração de investimentos privados de maior porte. Problemas como saneamento precário, sinalização turística deficiente e acessibilidade insuficiente em equipamentos públicos e privados são comuns em diversos destinos do interior do estado, afastando um turismo mais exigente e de maior poder aquisitivo.

No campo da comercialização e divulgação, os gargalos também são evidentes. Verifica-se uma fraca divulgação e comercialização dos destinos, mesmo daqueles integrantes de polos turísticos consolidados. Rodrigues (2014) constatou que o site de turismo de Sergipe, à época de sua pesquisa, não apresentava referência direta ao município de Barra dos Coqueiros, e o site do Ministério do Turismo trazia informações reduzidas ou inexistentes sobre os destinos sergipanos além de Aracaju. Essa invisibilidade midiática dificulta a atração de fluxos significativos e diversificados de visitantes.

A falta de uma marca turística estadual forte e de estratégias de marketing digital eficazes condena muitos atrativos a uma posição periférica no competitivo mercado turístico nacional. O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias (Coriolano, 2016, p. 268, apud Palafóz e Santos, 2023). Sem uma estratégia de comercialização que conte com os pequenos empreendimentos e as comunidades, a lógica excludente do capital tende a se perpetuar.

A baixa capacitação técnica dos gestores e empreendedores locais constitui-se em um obstáculo de natureza institucional e humana. Muitas secretarias municipais de turismo não são compostas por profissionais com formação específica na área, o que limita sua capacidade de elaborar projetos, captar recursos e gerir os equipamentos turísticos de forma eficiente. Essa deficiência se estende à compreensão e aplicação de instrumentos legais, como a Lei nº 8.373/2017, cuja fiscalização e pleno aproveitamento dependem de um corpo técnico qualificado nos municípios.

Esse cenário contribui para um ciclo vicioso de baixa institucionalidade e de políticas descontínuas,

sujeitas a mudanças a cada gestão política. A capacitação é um elemento fundamental para o princípio da auto-sustentação, onde os processos de transformações econômicas e sócio espaciais precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários (Carmo, 1999, p. 80, apud Coriolano, 2008). Sem investimento em capital humano, torna-se praticamente inviável construir um turismo verdadeiramente comunitário e sustentável.

Por fim, mas não menos importante, destaca-se a limitada participação social nos processos de planejamento e gestão do turismo. As comunidades locais, detentoras do conhecimento sobre o território e os saberes tradicionais, são frequentemente tratadas como meras espectadoras das modificações impostas de fora para dentro. Rodrigues (2014) alerta que a população tem sido tratada como mera espectadora das modificações locais e regionais para/pelo turismo. Nota-se que mesmo em leis estaduais, como a 8.373/2017, que em seu Art. 10 assegura assento permanente para o guia de turismo no Conselho Estadual de Turismo, a participação das comunidades locais nos processos decisórios mais amplos permanece limitada. Essa exclusão do processo decisório gera um distanciamento entre a população e a atividade turística, podendo levar à descaracterização cultural e a conflitos socioambientais.

Coriolano (2008) já salientava que o turismo, nas comunidades, tem sido uma atividade ariscada, desagregadora às vezes das atividades tradicionais e nem sempre seus resultados são satisfatórios (p. 6). A não observância do princípio da participação, que requer haver envolvimento profundo da população residente no processo de construção de um processo que assim pode ser considerado como um desenvolvimento (Carmo, 1999, p. 80, apud Coriolano, 2008), é talvez o maior gargalo institucional, pois impede que o turismo seja, de fato, um vetor de desenvolvimento endógeno e de fortalecimento das identidades locais. A superação desses entraves complexos e interligados exige, portanto, não apenas mais investimentos, mas uma mudança profunda no modelo de governança, priorizando a integração, o planejamento de longo prazo, a capacitação e, sobretudo, a voz ativa das comunidades.

A fragilidade institucional identificada por Rodrigues (2014) no município de Barra dos Coqueiros não constitui um caso isolado, mas sim a manifestação de um padrão recorrente na gestão turística sergipana. A desconexão entre os vultosos investimentos realizados via PRODETUR/NE – que, conforme Coelho, Costa e Vilela (2008), ultrapassaram US\$ 30 milhões apenas em infraestrutura básica no Polo Costa dos Coqueirais – e a capacidade de absorção e gestão municipal evidencia uma lacuna crítica no modelo de governança. Esta lacuna se reflete na dificuldade de implementação de instrumentos legais importantes, como a Lei nº 8.373/2017, que, apesar de estabelecer com clareza as atribuições dos guias de turismo, carece de fiscalização e aplicação uniforme nos municípios do interior.

A insuficiência de planejamento local, já diagnosticada por Petrocchi (2009) como um dos fatores críticos para o sucesso de destinos turísticos, agrava-se pela descontinuidade administrativa característica dos mandatos municipais. O planejamento turístico, que deveria ser 'um instrumento vivo' de

acompanhamento e avaliação permanente (Petrocchi, 2009, p. 17), frequentemente se resume a documentos estáticos, quando existe. Essa realidade contrasta violentamente com a visão de Ramos (2010) para quem a regionalização turística deve analisar 'os processos de colaboração e identificação entre os agentes' de forma contínua e integrada.

A carência de infraestrutura adequada, mesmo após pesados investimentos, aponta para problemas na fase de planejamento e manutenção. Dreher et al. (2010), apud Palafóz e Santos (2023) já alertavam que a infraestrutura técnica específica para o turismo 'geralmente é implantada diretamente pelo estado ou apoiada pelo estado', porém, a sustentabilidade desses equipamentos a longo prazo depende da capacidade de gestão local. Obras como a urbanização da Orla de Atalaia Nova em Barra dos Coqueiros, que consumiu R\$ 5,2 milhões conforme a matéria do G1 (2012), enfrentam desafios de manutenção que comprometem sua perenidade e eficácia como atrativo turístico.

No campo da comercialização, os gargalos persistem apesar das potencialidades. A 'fraca divulgação e comercialização dos destinos' (Rodrigues, 2014) mantém muitos atrativos sergipanos em situação de invisibilidade perante o mercado turístico nacional. Esta realidade é particularmente paradoxal considerando a riqueza e diversidade de atrativos descritos por Silva (2012) no Polo Costa dos Coqueirais, que vai do turismo de sol e praia ao turismo histórico e cultural em São Cristóvão e Laranjeiras.

A capacitação técnica insuficiente emerge como um obstáculo transversal que impacta todos os demais gargalos. A ausência de profissionais com formação específica nas secretarias municipais de turismo limita não apenas a elaboração de projetos e captação de recursos, mas também a compreensão e aplicação de instrumentos legais como a Lei 8.373/2017. Como salienta Coriolano (2008), a capacitação é fundamental para que os processos de transformação econômica e socioespacial sejam 'susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários' (Carmo, 1999, p. 80, apud Coriolano, 2008).

Por fim, a limitada participação social nos processos decisórios perpetua um modelo de desenvolvimento turístico exógeno. Rodrigues (2014) constatou que a população de Barra dos Coqueiros era 'mera espectadora das modificações locais', um cenário que inviabiliza o princípio da participação, considerado por Carmo (1999) como essencial para qualquer processo de desenvolvimento comunitário autêntico. Esta exclusão do processo decisório não apenas fragiliza a sustentabilidade política dos projetos turísticos, mas também representa um desperdício do capital social e do conhecimento tradicional das comunidades locais, elementos fundamentais para a construção de um turismo verdadeiramente autêntico e sustentável.

1.5 INOVAÇÃO E TENDÊNCIAS EM GESTÃO DO TURISMO

A gestão do turismo contemporâneo exige a constante adaptação a novas tecnologias, mudanças de comportamento do consumidor e a busca por modelos de desenvolvimento mais sustentáveis.

Uma tendência central é a transformação digital. A cartilha menciona a importância do "Sistema de Informações Turísticas" (p. 14) como um dos módulos do Programa de Regionalização. Hoje, isso se materializa no uso de plataformas de dados para criar Destinos Turísticos Inteligentes. Para Sergipe, isso significaria integrar dados de fluxo turístico, oferta de serviços cadastrados no CADASTUR e percepção dos visitantes em um painel único, permitindo que gestores públicos e IGRs tomem decisões baseadas em evidências e otimizem a experiência do turista desde o planejamento da viagem até sua conclusão.

Outro pilar é a forte ênfase na sustentabilidade e no turismo de experiência. Os turistas buscam, progressivamente, autenticidade, conexão com a comunidade local e práticas ambientais responsáveis. Os polos turísticos sergipanos, como o Velho Chico e as Serras Sergipanas, têm enorme potencial para desenvolver o turismo de base comunitária, o ecoturismo e a valorização da gastronomia local. Inovar, nesse caso, significa criar roteiros temáticos (já previstos no módulo de "Roteirização Turística") que integrem os atrativos naturais e culturais a uma rede de negócios locais, garantindo que a renda do turismo seja efetivamente redistribuída, um dos objetivos primordiais da atividade conforme destacado na cartilha (p. 4).

A personalização e o marketing digital também se tornaram indispensáveis. As agências de turismo e os gestores públicos precisam estar presentes nos canais digitais onde os turistas planejam suas viagens, utilizando ferramentas de segmentação para promover os destinos de forma mais assertiva. A criação de conteúdos em vídeo para redes sociais, a oferta de tours virtuais 360º para os cânions do São Francisco ou pelo centro histórico de São Cristóvão são exemplos de inovações que podem captar a atenção de novos públicos.

Por fim, a inovação na gestão passa pelo fortalecimento da colaboração em rede. As Instâncias de Governança Regional (IGRs), citadas como instrumentos de "gestão compartilhada" (p. 5), podem evoluir para fóruns de inovação aberta, conectando o poder público, empresas cadastradas no CADASTUR, universidades e startups para cocriar soluções para desafios específicos do turismo local, como mobilidade, sinalização e comercialização de pacotes. Dessa forma, Sergipe pode não apenas acompanhar as tendências, mas posicionar-se como um estado pioneiro na gestão moderna, inovadora e colaborativa do turismo no Nordeste.

1.5.1 Uso de tecnologia e marketing territorial

A incorporação de tecnologias digitais e estratégias sofisticadas de marketing territorial representa uma fronteira indispensável para a gestão turística contemporânea, especialmente em contextos como o sergipano e o baiano, onde se observa uma lacuna significativa entre o potencial existente e a capacidade de divulgação e comercialização. A realidade de municípios como Barra dos Coqueiros, onde Rodrigues (2014) constatou que a divulgação se restringia a páginas em redes sociais com informações reduzidas e

desatualizadas, serve como um diagnóstico claro da necessidade de inovação.

Essa situação é agravada pela constatação de que o site oficial de turismo de Sergipe, em 2013, não apresentava referência direta ao município, e o sítio eletrônico do Ministério do Turismo trazia informações igualmente escassas, quando não inexistentes, sobre destinos da capital Aracaju.

Esse cenário de invisibilidade digital constitui um obstáculo formidável num momento em que, conforme apontam as tendências globais, os meios eletrônicos são utilizados em alta escala para adquirir informações dos destinos, podendo inclusive influenciar a escolha dos turistas e a quantidade de pernoites. O marketing territorial, portanto, deixa de ser uma mera ferramenta promocional para se tornar o cerne de uma estratégia competitiva. Ele deve ser compreendido como um processo contínuo de construção e comunicação da identidade de um lugar, utilizando-se de canais digitais para atingir públicos-alvo específicos de maneira eficiente e mensurável.

Os dados detalhados sobre o perfil do turista na Bahia, coletados pela SETUR-BA em 2022, oferecem uma base empírica valiosa para fundamentar estratégias de marketing territorial inteligente e baseado em dados. A pesquisa revelou, por exemplo, que a faixa etária entre 25 e 31 anos concentra a maior quantidade de turistas internacionais (30,7%), enquanto os turistas domésticos se concentram na faixa de 32 a 40 anos (23,7%). Informações como essas são cruciais para a segmentação de mercado, permitindo a criação de mensagens publicitárias, roteiros e experiências customizadas que dialoguem diretamente com as expectativas e comportamentos de cada grupo.

Saber que o gasto médio por capita/dia é surpreendentemente semelhante entre turistas domésticos (R\$ 108,9) e internacionais (R\$ 118,0), mas que o gasto total do turista internacional é significativamente maior devido a uma estadia mais longa, direciona esforços de marketing para prolongar a permanência de todos os visitantes. A constatação de que 75,5% dos turistas internacionais têm como principal atividade ir à praia, enquanto 42,1% buscam visitas a cidades e monumentos com interesse histórico, e 31,0% frequentam mercados e feiras tradicionais, indica a possibilidade de se criar pacotes e roteiros temáticos que combinem esses interesses, promovendo uma visão mais integrada e diversificada do destino.

A criação e a comercialização de roteiros turísticos, como já preconizava Silva (2012) ao discutir a segmentação no Polo Costa dos Coqueirais, podem ser radicalmente potencializadas pelas ferramentas digitais. Silva (2012) afirmava que a segmentação foi incorporada à Política Nacional de Turismo por meio do Programa de Regionalização do Turismo como forma de organização e integração da oferta turística nas unidades da federação a fim de possibilitar a geração de produtos segmentados, chamados de roteiros, e viabilizar suas comercializações (p. 105). No contexto atual, essa comercialização pode ser realizada através de plataformas online especializadas, aplicativos móveis que oferecem audioguias e mapas interativos, e sistemas de reserva integrados que conectam diretamente o turista aos pequenos empreendedores locais.

Essa abordagem tecnológica permite sair do modelo genérico de promoção do "sol e praia" para

uma oferta nichada, capaz de atrair, por exemplo, turistas interessados no turismo de base comunitária. Conforme descrito por Coriolano (2008), o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais. A tecnologia pode ser o elo que falta para que esses arranjos ganhem escala e visibilidade, através de marketplaces virtuais que comercializem a experiência autêntica do turismo comunitário, a renda filé de Barra dos Coqueiros ou os passeios de catamarã no Velho Chico, diretamente para um público global.

A própria noção de lugar, tão cara ao turismo, é ressignificada pela tecnologia. Maldonado (1993) apud Coriolano (2008) já salientava que a noção de lugar é fundamental na análise de comunidades, pois revela a existência local dos fenômenos tanto no espaço físico como do espaço social conferindo essência, significado e transcendência (p. 10). As ferramentas de geolocalização, realidade aumentada e storytelling digital permitem comunicar essa essência e significado de maneira imersiva, enriquecendo a experiência do visitante antes, durante e depois da viagem.

O marketing territorial inteligente, portanto, não se limita a vender um destino; ele conta uma história, constrói uma narrativa que valoriza os atributos únicos do lugar, sua cultura, sua gente e sua história, conforme registrado nos inventários turísticos e nos planos de desenvolvimento integrado como o PDITS. A superação do desafio da sazonalidade, outro gargalo histórico, também pode ser enfrentada com ferramentas de revenue management e campanhas de marketing direcionadas para períodos de baixa procura, aproveitando os dados sobre a procedência dos turistas.

O fato de a Bahia ser um estado predominantemente receptor, com 54,4% dos turistas domésticos sendo do próprio estado, indica uma oportunidade para campanhas de "turismo local" e "feriados prolongados", utilizando canais de comunicação de massa e mídias sociais para estimular viagens internas. Em última análise, o uso estratégico da tecnologia e do marketing territorial configura-se como um imperativo para transformar potenciais turísticos, como os abundantes em Sergipe e Bahia, em vantagens competitivas reais, garantindo que os destinos não apenas atraiam visitantes, mas construam com eles relacionamentos duradouros e mutuamente benéficos.

1.5.2 Turismo inteligente e sustentável

A evolução do conceito de sustentabilidade no turismo culmina na concepção do turismo inteligente, que integra a gestão eficiente de recursos através da inovação tecnológica com um compromisso inegociável com a equidade social e a preservação ambiental. Essa tendência encontra ressonância profunda nas lições extraídas das experiências de turismo comunitário e das críticas ao modelo de turismo de massa. O turismo comunitário, tal como definido por Coriolano (2008), surge como contraposição ao chamado turismo dos resorts e dos mega-empreendimentos e como forma de evitar que empreendedores externos dominem as comunidades (p. 4).

Esse modelo é, em sua essência, um precursor do turismo inteligente e sustentável, pois prioriza o controle local, a valorização da cultura e a distribuição mais justa dos benefícios econômicos. Nele, a sustentabilidade não é um apêndice marketológico, mas a base da operação. As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo mais sustentável (Coriolano, 2008, p. 9). Um turismo verdadeiramente inteligente amplifica essa lógica, utilizando tecnologia de baixo custo para monitorar a capacidade de carga de atrativos naturais, promover a eficiência energética em pousadas familiares e rastrear a origem dos insumos utilizados na gastronomia local, garantindo a rastreabilidade e valorizando os produtores regionais.

No contexto sergipano, a legislação estadual já incorpora formalmente essa visão de corresponsabilidade ambiental ao estabelecer, de forma detalhada, as atribuições do Guia de Turismo como um agente ativo da sustentabilidade. Art. 8º Constituem atribuições do Guia de Turismo:

[.....]VI - promover a cultura, o artesanato, a gastronomia, os festejos juninos e locais, a arte e o patrimônio histórico regional; VII - evitar que joguem lixo nos locais visitados, devendo recolher os dejetos encontrados, dando destino final adequado; VIII - conscientizar os turistas sobre as normas de proteção ao meio ambiente e a importância sobre o desenvolvimento sustentável; (Sergipe, 2017).

Esta disposição legal transforma o profissional em um educador ambiental em movimento, atribuindo-lhe funções que vão desde a promoção da cultura local até a fiscalização informal contra o lixo e a conscientização ativa dos visitantes. Dessa forma, o arcabouço legal estadual já prevê a atuação de um agente-chave para a implementação prática do turismo sustentável.

Os princípios do desenvolvimento comunitário, elencados por Carmo (1999), fornecem a espinha dorsal ética e operacional para o turismo sustentável. Princípios como o da auto-sustentação que preconiza que os processos de transformações econômicas e sócio espaciais precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários e o da participação que requer o envolvimento profundo da população residente são fundantes para qualquer iniciativa que se pretenda inteligente e sustentável (Carmo, 1999, p. 80, apud Coriolano, 2008).

Um turismo inteligente, portanto, é aquele que é gerido com e para a comunidade, utilizando ferramentas digitais para facilitar a tomada de decisão coletiva, a prestação de contas e a comunicação transparente entre todos os atores. A filosofia do trabalho comunitário, que almeja apenas a segurança do necessário para uma vida digna, a tranquilidade no relacionamento social, o sentimento de participar criativamente das coisas que acontecem (Dowbor, 1998, p. 9, apud Coriolano, 2008), encontra no turismo sustentável um campo fértil para sua realização, desde que a tecnologia seja posta a serviço desses valores e não da mera acumulação.

A necessária conciliação entre atividade turística e conservação ambiental, frequentemente

tensionada nos modelos convencionais, é um dos pilares do turismo sustentável. O trabalho de Palafóz e Santos (2023), baseada no World Travel and Tourism Council (WTTC, 2020), explicita essa dualidade: o turismo pode tanto promover a preservação e conservação dos recursos naturais através de políticas e práticas de turismo sustentável, quanto representar uma ameaça à biodiversidade e aos ecossistemas frágeis devido à pressão do turismo desordenado.

A gestão inteligente do território, apoiada em sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto, pode ajudar a prevenir esses impactos negativos, zoneando áreas de uso intensivo e definindo corredores de conservação, tal como a gestão de unidades de conservação já sinalizada por Coriolano (2008) como uma das lutas do turismo comunitário. A promoção da conscientização ambiental, também destacada na mesma tabela como uma necessidade, pode ser potencializada por aplicativos que gamifiquem práticas sustentáveis, recompensando turistas por reduzirem seu lixo, usarem transporte não poluente ou consumirem produtos locais.

A crítica de que o turismo globalizado, por vezes, explora a força de trabalho de homens e mulheres remunerando mal, e com jornadas de trabalho pesadas (Coriolano, 2008, p. 8), aponta para a dimensão social da sustentabilidade, que o turismo inteligente não pode ignorar. Um modelo verdadeiramente sustentável precisa garantir condições de trabalho dignas, a valorização dos saberes tradicionais e a proteção de grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes, cuja exploração no setor do turismo internacional foi duramente criticada por Castells (1999).

A tecnologia, neste contexto, pode servir como ferramenta de transparência, com plataformas que certifiquem empreendimentos que adotem práticas trabalhistas justas e de comércio, permitindo ao turista fazer escolhas conscientes. O turismo inteligente e sustentável, portanto, não é uma mera atualização terminológica, mas uma reorientação estratégica fundamental. Ele representa a convergência entre os anseios por um desenvolvimento local mais justo e participativo, expressos no turismo comunitário, e as possibilidades abertas pela inovação tecnológica para operacionalizar os princípios da sustentabilidade de forma eficiente, transparente e inclusiva, assegurando que o turismo cumpra seu potencial como vetor de conservação ambiental e de melhoria da qualidade de vida das populações residentes.

1.5.3 Novos modelos de governança e cooperação público-privada

A superação dos gargalos históricos que impedem o pleno desenvolvimento turístico em estados como Sergipe e Bahia passa, inevitavelmente, pela adoção de novos modelos de governança que transcendam a atuação fragmentada do poder público e fomentem arranjos de cooperação sólidos e permanentes entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. A crítica contundente de Rodrigues (2014) sobre a falta de articulação no Território da Grande Aracaju e no Polo Costa dos Coqueirais, onde os gestores municipais demonstraram desconhecimento sobre investimentos realizados em

sua própria região, expõe as limitações de uma governança centralizada e pouco colaborativa.

Esse cenário demanda uma reestruturação da forma de gestão do turismo, alinhando-se à visão de Ramos (2010) para quem a regionalização não deve ser vista apenas como o nexo de peculiaridades parecidas, mas deve analisar os processos de colaboração e identificação entre os agentes, de forma que englobe o setor público, o privado, o terceiro setor e as comunidades. Esta visão ampliada de governança em rede é o antídoto para a desarticulação institucional e a chave para construir uma visão estratégica compartilhada para o desenvolvimento turístico.

Os princípios do desenvolvimento comunitário, tal como formulados por Carmo (1999), já continham em seu cerne a semente dessa nova governança. O princípio da cooperação estabelece que a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com setor público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário (Carmo, 1999, p. 80, apud Coriolano, 2008). Na prática, isso se materializaria na criação de consórcios intermunicipais para a gestão de polos turísticos, onde prefeituras, trade turístico local, associações comunitárias e instituições de ensino poderiam atuar de forma coesa no planejamento, financiamento e execução de projetos. A gestão integrada dos arranjos produtivos, que passam a ser comunitários, facilita os enfrentamentos, como observado por Coriolano (2008) no contexto do turismo comunitário. Um modelo de governança baseado nessa lógica poderia gerir de forma coletiva questões complexas como a sinalização turística de um roteiro que atravessa vários municípios, a comercialização conjunta de pacotes ou a implementação de um sistema único de monitoramento da qualidade dos serviços.

Conforme aponta Dreher et al. (2010), apud Palafóz e Santos (2023), as ações no turismo carecem de uma governança da atividade turística de forma institucionalizada, capaz de defini-las e implementá-las com legitimidade. Neste contexto, o Estado deve desempenhar um papel na regulação da atividade, mediação de conflitos, organização e regularização do uso do território.

Em vez de ser o único executor, o Estado atua como um indutor, um facilitador e um garantidor do jogo limpo, criando um ambiente favorável para que os investimentos privados dos grandes resorts aos pequenos negócios familiares floresçam de maneira ordenada e alinhada ao interesse coletivo. Os investimentos maciços em infraestrutura realizados pelo PRODETUR/NE, documentados pelo Banco do Nordeste (2005), mostram a capacidade do poder público em alavancar recursos e realizar obras estruturantes. No entanto, a governança moderna exige que essas obras sejam concebidas e mantidas de forma participativa, evitando o que ocorreu em Barra dos Coqueiros, onde a população, segundo Rodrigues (2014), era mera espectadora das modificações locais.

A cooperação público-privada (CPP) emerge como um instrumento fundamental para viabilizar essa governança, especialmente diante da limitação de recursos públicos. A CPP pode assumir diversas formas, desde parcerias para a construção e operação de equipamentos turísticos (como centros de visitantes

ou mirantes) até contratos de gestão para a operação de serviços como a limpeza e a segurança de orlas urbanizadas. O essencial é que esses arranjos sejam transparentes, tecnicamente sólidos e orientados por uma clara definição de metas de desempenho social, ambiental e econômico. O princípio da universalidade, de Carmo (1999), que preconiza que o êxito esperado é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos), deve ser a bússola dessas parcerias (Carmo, 1999, p. 80, apud Coriolano, 2008).

A governança inovadora, portanto, não é um fim em si mesma, mas um meio para se alcançar um turismo que efetivamente altere profundamente as condições de subdesenvolvimento das comunidades, distribuindo melhor os resultados do trabalho social e fazendo valer os valores comunitários, tal como aspirava Coriolano (2008) em sua definição de turismo comunitário. A construção desses novos arranjos é, sem dúvida, complexa e demanda um esforço persistente de diálogo e construção de confiança, mas é o caminho mais promissor para conferir resiliência, eficiência e legitimidade social à gestão do turismo no cenário contemporâneo.

A implementação bem-sucedida desses novos modelos de governança depende crucialmente do estabelecimento de sistemas eficazes de monitoramento e avaliação. Petrocchi (2009) enfatiza que o processo de planejamento precisa incorporar 'a função controle, que faz do plano de turismo um instrumento vivo' (p. 17). No contexto da governança colaborativa, este controle deve ser exercido de forma compartilhada, com a participação ativa de todos os atores envolvidos, desde o poder público até as comunidades locais.

A experiência internacional, documentada pela Organização Mundial do Turismo (2022), demonstra que os destinos mais bem-sucedidos são aqueles que conseguem institucionalizar mecanismos permanentes de avaliação de resultados e ajuste de rumos. No contexto sergipano, a criação de observatórios turísticos regionais, vinculados às Instâncias de Governança Regional, poderia fornecer os dados e indicadores necessários para uma gestão baseada em evidências. Esta abordagem permitiria, por exemplo, mensurar com maior precisão o retorno socioeconômico dos investimentos realizados pelo PRODETUR/NE, e reorientar recursos para onde são mais necessários (Coelho; Costa; Vilela, 2008).

A governança colaborativa, portanto, não se resume à criação de novas estruturas, mas à transformação profunda da cultura de gestão pública do turismo. Como observa Ramos (2010), trata-se de superar a visão da regionalização como mero 'nexo de peculiaridades parecidas' para construir efetivos 'processos de colaboração e identificação entre os agentes'. Esta transformação, embora complexa e demandando 'paciente história', representa a condição necessária para que Sergipe possa converter seu notável potencial turístico, detalhado por Silva (2012) e Rodrigues (2014), em desenvolvimento econômico sustentável e verdadeiramente incluente.

1.6 PESQUISAS CORRELATAS

As pesquisas nacionais e internacionais sobre turismo e desenvolvimento regional evidenciam a complexidade desse campo de estudo, marcado por abordagens multidisciplinares e pela diversidade de metodologias empregadas. No cenário internacional, autores como Dredge e Jenkins (2011) destacam que o turismo deve ser compreendido como um fenômeno territorial que articula dimensões econômicas, sociais e políticas, influenciando diretamente os padrões de ocupação do espaço e a organização das comunidades locais. A literatura global também enfatiza o papel do planejamento integrado e da governança colaborativa como elementos fundamentais para a sustentabilidade da atividade, conforme discutido por Bramwell e Lane (2011), que analisam experiências de gestão participativa em destinos turísticos europeus.

No contexto nacional, as pesquisas brasileiras têm avançado significativamente ao analisar o turismo como instrumento de desenvolvimento local e regional, sobretudo em áreas onde a atividade desempenha papel estratégico na geração de emprego, renda e dinamização econômica. Autores como Beni (2006; 2020) e Cruz (2010) investigam as interações entre políticas públicas, infraestrutura, identidade cultural e competitividade territorial, apontando que o turismo no Brasil enfrenta desafios relacionados à desigual distribuição de investimentos, fragilidades na gestão pública e necessidade de qualificação profissional. Estudos regionais, especialmente no Nordeste, analisam o impacto de programas como o PRODETUR e os efeitos do turismo litorâneo no ordenamento territorial (Dantas; Sousa, 2014; Silveira, 2017), contribuindo para uma compreensão mais aprofundada sobre dinâmicas regionais de desenvolvimento.

Apesar dos avanços, persistem lacunas teóricas e metodológicas que merecem atenção. Uma das principais lacunas refere-se à ausência de modelos analíticos integrados que articulem turismo, políticas públicas, governança e sustentabilidade, especialmente em regiões com menor disponibilidade de dados sistematizados. Como apontam Hall (2019) e Sharpley (2020), parte da produção acadêmica ainda se concentra em abordagens descritivas, com pouca utilização de métodos quantitativos robustos ou de análises comparativas inter-regionais capazes de revelar padrões estruturais. No Brasil, a carência de séries históricas consolidadas e a fragmentação dos dados institucionais limitam a capacidade de avaliar os impactos reais das políticas de turismo no longo prazo.

Outra lacuna relevante diz respeito à pouca integração entre estudos acadêmicos e práticas de gestão pública. Pesquisadores como Lohmann e Panosso Netto (2012) argumentam que muitos planos turísticos brasileiros carecem de fundamentação científica sólida, o que dificulta a implementação de estratégias eficientes e sustentáveis. Além disso, existe déficit de estudos que investiguem de forma aprofundada a participação comunitária na gestão do turismo, especialmente em territórios tradicionalmente impactados pela desigualdade social e pela concentração fundiária.

Assim, a análise das pesquisas correlatas revela que, embora exista um conjunto expressivo de

estudos sobre turismo e desenvolvimento regional, ainda há espaço para ampliação teórica e metodológica, especialmente no que diz respeito à avaliação de políticas públicas, à mensuração de impactos socioeconômicos e à incorporação de abordagens interdisciplinares que considerem aspectos ambientais, culturais e sociais de forma integrada. Essas lacunas reforçam a necessidade de novos estudos que contribuam para o fortalecimento da gestão do turismo no Brasil e para a construção de modelos mais inclusivos e sustentáveis de desenvolvimento territorial.

A metodologia adotada neste estudo foi estruturada de forma a garantir coerência com o objeto de investigação, com o problema de pesquisa e com os objetivos propostos. Para compreender a gestão pública do turismo em Sergipe no período de 2010 a 2025, fez-se necessário utilizar métodos que permitissem analisar processos históricos, avaliar políticas públicas implementadas, identificar percepções dos atores envolvidos e interpretar fenômenos complexos relacionados à governança, ao planejamento turístico e ao desenvolvimento regional. Dessa forma, a pesquisa caracteriza-se pela natureza qualitativa, descritiva e exploratória, articulando procedimentos que possibilitam examinar tanto os aspectos formais das políticas quanto suas repercussões práticas e simbólicas.

A escolha da abordagem qualitativa decorre da necessidade de investigar dimensões interpretativas e subjetivas relacionadas ao turismo enquanto política pública, campo que envolve múltiplos atores, interesses e narrativas. De acordo com Creswell (2014), pesquisas qualitativas permitem compreender significados atribuídos pelas pessoas às suas experiências e interações sociais, o que se mostra essencial para analisar percepções de gestores, trabalhadores, moradores e empresários envolvidos no processo turístico. Além disso, a dimensão qualitativa possibilita examinar de forma aprofundada documentos, planos, legislações e estratégias governamentais, interpretando-os dentro de seus respectivos contextos. A pesquisa também se caracteriza como descritiva, uma vez que procura detalhar e apresentar de maneira sistemática as políticas públicas de turismo implementadas em Sergipe entre 2010 e 2025, bem como suas estruturas institucionais, instrumentos de gestão, avanços e limitações. Segundo Gil (2017), estudos descritivos buscam registrar e analisar características de fenômenos e relações estabelecidas entre variáveis, sem necessariamente manipulá-las.

Neste trabalho, essa característica se manifesta na descrição das ações governamentais, dos investimentos realizados, dos mecanismos de governança e das percepções dos atores sociais.

O caráter exploratório se justifica pela necessidade de ampliar a compreensão sobre a gestão pública do turismo em Sergipe, tema ainda pouco aprofundado na literatura acadêmica nacional. Estudos exploratórios, conforme Yin (2015), são adequados quando o fenômeno investigado é pouco conhecido ou quando há escassez de pesquisas anteriores, permitindo que novos elementos e entendimentos emergem ao longo do processo investigativo. Nesse sentido, o estudo buscou mapear informações dispersas, organizar dados históricos e comparar diferentes períodos administrativos, contribuindo para expandir o conhecimento existente sobre o tema.

O recorte temporal compreendido entre os anos de 2010 e 2025 foi definido considerando transformações significativas ocorridas na política de turismo em Sergipe, bem como mudanças estruturais na gestão estadual. Esse período abrange diferentes governos, alterações na organização administrativa, atualizações dos planos estaduais de turismo e impactos de eventos externos, como a pandemia de COVID-19, que influenciou diretamente a dinâmica do setor. A delimitação temporal permite observar tendências,

rupturas e permanências ao longo de quinze anos, oferecendo uma visão longitudinal ampla.

As técnicas de coleta de dados envolveram múltiplos procedimentos complementares: análise documental, entrevistas e aplicação de questionários. A análise documental permitiu examinar leis, decretos, planos estaduais de turismo, relatórios de gestão, documentos oficiais do Ministério do Turismo, diagnósticos regionais, materiais institucionais e publicações de organismos internacionais como UNESCO e OMT. Bryman (2012) destaca que documentos institucionais são fontes valiosas para compreender a lógica interna das políticas públicas e a trajetória de sua implementação.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a atores estratégicos do setor, incluindo gestores públicos estaduais e municipais, representantes do trade turístico, líderes comunitários e profissionais envolvidos diretamente na atividade turística. Esse formato de entrevista permite aprofundar temas relevantes, ao mesmo tempo que garante flexibilidade para emergirem interpretações e percepções particulares, essenciais para compreender o funcionamento real das políticas analisadas.

Os questionários foram utilizados para captar percepções de trabalhadores e moradores de regiões diretamente afetadas pela atividade turística, fornecendo um panorama mais amplo da recepção social das políticas públicas. Embora qualitativos em natureza, os questionários incluíram questões fechadas com escalas de percepção, possibilitando posterior tratamento estatístico descritivo.

Os procedimentos de análise adotados combinaram estatística descritiva e análise de conteúdo. A estatística descritiva foi aplicada às respostas dos questionários, permitindo organizar frequências, médias, percentuais e categorias comparativas que ajudaram a identificar tendências de percepção. Já a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), foi utilizada para interpretar entrevistas, documentos e textos institucionais, buscando identificar categorias temáticas, discursos recorrentes, contradições e elementos simbólicos presentes nas narrativas dos atores. A triangulação dessas análises contribuiu para ampliar a robustez dos resultados e evitar vieses interpretativos, favorecendo uma compreensão mais ampla e aprofundada da gestão do turismo no período analisado.

As considerações éticas foram parte essencial do processo metodológico. Todas as entrevistas e questionários seguiram os princípios da ética em pesquisa, respeitando voluntariedade, consentimento informado, sigilo e confidencialidade. Os participantes foram esclarecidos quanto aos objetivos do estudo, à natureza da pesquisa, ao uso das informações coletadas e à possibilidade de desistência em qualquer momento. Dados sensíveis e identificação dos entrevistados foram preservados, garantindo anonimato e respeito às normas éticas vigentes.

Como toda pesquisa, esta também apresenta limitações. A primeira diz respeito à disponibilidade e qualidade dos documentos oficiais, já que algumas políticas não foram plenamente registradas ou não tiveram relatórios atualizados ao longo do período. A segunda limitação refere-se à dificuldade de acesso a determinados gestores ou representantes do trade turístico, o que restringiu a amplitude das entrevistas em

alguns municípios. Além disso, a pandemia de COVID-19 impactou diretamente a dinâmica do setor e o acesso a agentes estratégicos, o que dificultou observações in loco em determinados momentos da pesquisa. Outra limitação possível é a subjetividade inerente à interpretação qualitativa, apesar dos esforços de triangulação de dados para garantir rigor científico. Ainda assim, essas limitações não comprometem a validade do estudo, mas indicam caminhos para futuras pesquisas.

Assim, a metodologia adotada permitiu compreender o fenômeno de maneira ampla, profunda e contextualizada, integrando perspectivas documentais, estatísticas e narrativas. Essa combinação assegurou uma análise consistente da gestão pública do turismo em Sergipe entre 2010 e 2025 e fundamentou os resultados e discussões apresentados nos capítulos subsequentes.

3.1 PANORAMA DAS POLÍTICAS DE TURISMO EM SERGIPE (2010–2025)

O período compreendido entre 2010 e 2025 caracteriza-se, em Sergipe, por um conjunto de transformações institucionais, estratégicas e operacionais que moldaram as políticas públicas de turismo no estado. Essas políticas oscilaram entre momentos de expansão, reorganização administrativa, investimentos em infraestrutura e períodos de retração ou estagnação, influenciados tanto por conjunturas econômicas nacionais quanto por limitações de ordem fiscal, política e institucional. A análise desse panorama evidencia um percurso marcado pela busca de fortalecimento da atividade turística como vetor de desenvolvimento econômico regional, embora persistam desafios relacionados à governança, à continuidade das ações e à articulação entre diferentes esferas do poder público e da iniciativa privada.

Entre 2010 e 2014, Sergipe vivenciou um ciclo de investimentos mais robusto, alimentado pela relativa estabilidade macroeconômica do Brasil e pela continuidade de programas federais de apoio ao turismo, como o PRODETUR e o Programa de Regionalização do Turismo. Nesse período, o governo estadual priorizou a ampliação da infraestrutura turística, com obras de requalificação urbana na orla de Atalaia, melhorias no Aeroporto Santa Maria, sinalização turística e investimentos na Rota do Sertão, na Rota dos Cânions e no litoral sul sergipano. Conforme apontado por Santos e Pereira (2015), a política estadual do período buscou articular turismo e desenvolvimento regional ao incentivar a integração entre municípios e a diversificação da oferta turística, superando a concentração histórica na capital Aracaju.

A partir de 2015, no entanto, observa-se uma inflexão significativa. A crise econômica nacional afetou diretamente a capacidade de investimento do estado, reduzindo o orçamento destinado ao turismo e impactando a execução de programas de infraestrutura. O planejamento estratégico tornou-se mais limitado e fragmentado, com maior dependência das diretrizes federais e de convênios específicos. Além disso, a instabilidade política nacional repercutiu na dinâmica estadual, levando à descontinuidade de alguns projetos e à substituição frequente de quadros técnicos nas áreas de gestão e promoção do turismo. De acordo com estudos de Cruz (2018), mudanças administrativas recorrentes comprometem a implementação de políticas de longo prazo e dificultam a institucionalização de práticas de governança pública.

Entre 2018 e 2020, o estado realizou esforços para retomar a profissionalização da gestão turística, impulsionado pela reestruturação da Secretaria de Turismo e por parcerias com o trade turístico. Iniciativas como a elaboração de planos diretores municipais de turismo, atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, fortalecimento dos roteiros integrados (como Caminhos da Serra de Itabaiana e Caminhos do Cangaço) e ações de capacitação profissional foram retomadas. Entretanto, a pandemia da COVID-19 (2020–2022) provocou ruptura abrupta no setor, causando paralisação das atividades, queda no fluxo turístico e retração financeira profunda. Como destaca o Ministério do Turismo (2022), Sergipe, assim como os demais estados do Nordeste, precisou adotar medidas emergenciais, como subsídios, flexibilização tributária, campanhas para o turismo interno e protocolos sanitários, priorizando a manutenção de empregos e a sobrevivência de

pequenos empreendimentos.

A partir de 2022, com a retomada econômica gradual e a reorganização do setor turístico no Brasil, Sergipe inicia um novo ciclo de reestruturação. Destaca-se a ampliação de campanhas de marketing turístico, maior presença do estado em feiras nacionais e internacionais, e a consolidação da marca “Sergipe é o País do Forró”, utilizada como estratégia de identidade cultural e promoção turística. As políticas de 2023 a 2025 têm buscado, sobretudo, fortalecer a integração regional com Alagoas, Bahia e Pernambuco, ampliando o fluxo de turistas por vias aéreas e rodoviárias, além de atrair novos investimentos para o litoral sul (como expansão da infraestrutura da Praia do Abaís e do Saco) e os territórios de desenvolvimento do sertão (Canindé de São Francisco) e da Serra de Itabaiana.

Nesse período mais recente, o estado investiu ainda na modernização de atrativos culturais como o Museu da Gente Sergipana, o Centro Histórico de São Cristóvão – reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO –, o Museu de Arqueologia em Laranjeiras e a revitalização de espaços públicos na capital. Essas intervenções fortaleceram o turismo cultural e educativo, ampliando a diversificação da oferta turística sergipana. Estudos de Silva e Albuquerque (2024) apontam que a diversidade cultural de Sergipe – incluindo festas tradicionais, culinária e manifestações populares – configura-se como um diferencial competitivo ainda subexplorado pelas políticas públicas.

No âmbito da gestão e governança, observa-se que Sergipe avançou em alguns instrumentos, como o Conselho Estadual de Turismo, o Plano Estadual de Turismo e os fóruns regionais, embora esses espaços ainda enfrentem desafios de participação efetiva, continuidade das ações e capacidade técnica das municipalidades. Municípios pequenos, especialmente no sertão e no agreste, apresentam dificuldades em formular políticas turísticas próprias, dependendo de ações estaduais pouco frequentes ou de iniciativas pontuais do setor privado. Essa desigualdade territorial é um dos principais desafios apontados pela literatura sobre turismo e desenvolvimento (Beni, 2020; Rabahy, 2003; Tomazzoni, 2007), e se evidencia de maneira marcante no caso de Sergipe.

Por outro lado, o período entre 2010 e 2025 também revela continuidade de problemas estruturais, como limitações na coleta e sistematização de dados turísticos, carência de indicadores de desempenho, baixa qualificação da mão de obra e fragilidade na articulação intersetorial. Esses fatores dificultam o monitoramento das políticas públicas e a formulação de estratégias de longo prazo, conforme observado por Rabahy (2003) e atualizado por relatórios recentes do MTur (2023). Tais lacunas comprometem a competitividade do estado e impedem que o turismo alcance plenamente seu potencial como vetor de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Por fim, a análise do panorama das políticas de turismo em Sergipe evidencia avanços importantes, especialmente em momentos de maior estabilidade política e econômica, mas também revela fragilidades persistentes relacionadas à continuidade administrativa, à articulação institucional e à dependência de

investimentos federais. A trajetória do período 2010–2025 demonstra que, embora o estado possua forte potencial turístico – cultural, natural e histórico –, sua concretização depende da consolidação de um modelo de gestão mais integrado, técnico e sustentável, que consiga superar os desafios estruturais e promover maior equilíbrio territorial.

3.2 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO

A avaliação da efetividade da gestão pública do turismo em Sergipe, no período de 2010 a 2025, exige a análise integrada de diversos elementos estruturantes, tais como planejamento estratégico, capacidade institucional, continuidade administrativa, articulação intergovernamental, participação social, investimentos e resultados concretos em desenvolvimento regional. Nesse sentido, a literatura sobre políticas públicas de turismo destaca que a efetividade está diretamente relacionada à coerência entre objetivos, instrumentos de governança e impactos reais observados nos territórios (Cruz, 2010; Hall, 2019). No caso de Sergipe, verifica-se um cenário marcado por avanços pontuais e descontinuidades que revelam tanto potencialidades quanto fragilidades persistentes no processo de gestão.

A primeira dimensão relevante refere-se ao planejamento. Embora o estado tenha elaborado diferentes versões do Plano Estadual de Turismo (2010, 2015, 2020 e 2023), sua execução foi frequentemente limitada por restrições orçamentárias, oscilações políticas e falta de continuidade administrativa. Como observam Beni (2020) e Rabahy (2003), a ausência de planejamento de longo prazo e a ruptura entre gestões comprometem a capacidade de implementação de ações estruturantes, gerando fragmentação das políticas públicas. Em Sergipe, isso se manifesta na dificuldade de consolidar projetos regionais de grande porte, na baixa atualização dos inventários turísticos e na dependência de recursos federais.

A segunda dimensão diz respeito à capacidade institucional. A Secretaria de Turismo passou por diferentes fases de reorganização administrativa, muitas vezes associadas à troca de gestores e ao enfraquecimento de equipes técnicas especializadas. A literatura indica que a qualificação dos quadros públicos é determinante para a eficiência do setor, sobretudo no que tange ao uso de indicadores, elaboração de diagnósticos e gestão de convênios (Lohmann; Panosso Netto, 2012). Em Sergipe, ainda é limitada a produção de dados estatísticos sistematizados sobre fluxo turístico, emprego e renda, o que dificulta a avaliação de impacto e a estruturação de políticas baseadas em evidências.

A terceira dimensão diz respeito à governança e à articulação entre atores. Embora o estado conte com o Conselho Estadual de Turismo e fóruns regionais participativos, a atuação desses espaços é irregular, com participação desigual dos municípios e da iniciativa privada. A efetividade desses conselhos depende da capacidade de diálogo, do compartilhamento de responsabilidades e da formação de redes colaborativas, conforme argumentam Bramwell e Lane (2011). Em Sergipe, observa-se que, embora haja esforços para

integrar municípios como Aracaju, Canindé de São Francisco, Estâncio, Laranjeiras e São Cristóvão em roteiros integrados, ainda há dificuldades de coordenação e alinhamento entre os níveis estadual e municipal.

A quarta dimensão refere-se à execução orçamentária. Os investimentos estaduais em turismo apresentaram variações significativas ao longo do período analisado, com forte redução entre 2015 e 2020, influenciada pela crise econômica nacional e pelas restrições fiscais estaduais. Estudos como os de Dantas e Sousa (2014) indicam que o financiamento contínuo é fundamental para que projetos de infraestrutura, qualificação profissional e promoção turística se consolidem. Em Sergipe, a falta de regularidade no investimento contribuiu para a estagnação de projetos e para a vulnerabilidade das iniciativas locais, sobretudo em municípios menores.

Por outro lado, há avanços importantes a serem reconhecidos. Entre 2018 e 2025, a ampliação de campanhas de marketing turístico, a modernização da infraestrutura urbana da Orla da Atalaia, a revitalização do Centro Histórico de São Cristóvão, além da atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, revelam um esforço de reposicionamento estratégico do estado. A presença crescente de Sergipe em feiras nacionais e internacionais, bem como a consolidação da marca “Sergipe – O País do Forró”, reforça a identidade cultural local como ativo turístico relevante. Pesquisas como as de Silva e Albuquerque (2024) confirmam que o turismo cultural é um dos segmentos com maior potencial de expansão, e Sergipe vem demonstrando avanços nesse campo.

No entanto, a efetividade da gestão pública ainda é comprometida por desigualdades regionais: enquanto Aracaju concentra a maior parte dos equipamentos turísticos, municípios do interior e do litoral sul enfrentam dificuldades para desenvolver seus próprios projetos, devido à falta de recursos, qualificação e apoio técnico. Essa realidade confirma o que Beni (2020) e Dredge e Jenkins (2011) apontam como um dos principais entraves ao desenvolvimento turístico sustentável: a concentração de investimentos e a ausência de políticas territorializadas.

Assim, ao avaliar a efetividade da gestão pública do turismo em Sergipe entre 2010 e 2025, verifica-se que o estado avançou em determinados aspectos — como promoção turística, requalificação urbana e fortalecimento da identidade cultural —, mas ainda enfrenta desafios estruturais significativos relacionados à governança, à continuidade administrativa, à produção de dados e à distribuição equilibrada de investimentos. Para que a política turística alcance maior efetividade, é necessário consolidar estratégias de longo prazo, qualificar equipes técnicas e fortalecer a articulação intermunicipal, assegurando que o turismo seja compreendido como atividade transversal e motor de desenvolvimento regional sustentável.

Quadro 3 – Fatores que influenciam a efetividade da gestão pública do turismo em Sergipe (2010–2025)

Dimensão	Avanços Identificados	Limitações Persistentes
Planejamento	Elaboração de Planos Estaduais; integração com políticas federais	Baixa continuidade; ausência de monitoramento e indicadores
Capacidade Técnica	Equipes qualificadas em momentos pontuais	Rotatividade de gestores; falta de institucionalização
Governança	Existência de conselhos e fóruns regionais	Participação irregular; baixa articulação intermunicipal
Orçamento	Ciclos de investimento robusto	Forte dependência de recursos federais; oscilações
Promoção Turística	Fortalecimento da marca Sergipe; presença em feiras	Falta de mensuração de impacto; pouca segmentação
Interiorização	Desenvolvimento de alguns roteiros	Grande disparidade territorial; fragilidade de municípios menores

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Quadro 4 – Avaliação global da efetividade da gestão pública do turismo em Sergipe

Critério	Avaliação	Justificativa
Continuidade Administrativa	Baixa	Troca frequente de gestores e prioridades
Capacidade Institucional	Moderada	Existência de técnicos qualificados, mas instabilidade estrutural
Eficiência Orçamentária	Moderada	Avanços em alguns períodos, retração em outros
Governança	Moderada/Baixa	Participação desigual e pouca integração regional
Promoção Turística	Alta/Moderada	Estratégias fortes, mas pouco monitoramento
Resultados no Território	Moderados	Impactos mais concentrados na capital

Fonte: Elaboração própria (2025)

3.3 PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS SOBRE IMPACTOS DO TURISMO

A análise da percepção dos atores locais acerca dos impactos do turismo é fundamental para compreender a efetividade das políticas públicas e o nível de aceitação social das atividades turísticas nas regiões estudadas. O turismo, enquanto fenômeno socioterritorial complexo, afeta direta e indiretamente comunidades residentes, empreendedores, trabalhadores do setor, gestores públicos, organizações comunitárias e representantes do trade turístico. Assim, compreender como esses grupos percebem o turismo, seus benefícios e seus problemas fornece elementos essenciais para o planejamento sustentável, para a gestão participativa e para a identificação de lacunas entre o discurso institucional e a realidade vivenciada nos territórios. No caso de Sergipe, a percepção dos atores locais apresenta nuances relacionadas às características regionais, à desigual distribuição de investimentos e às transformações socioeconômicas ocorridas entre 2010 e 2025. Pesquisas realizadas em destinos turísticos brasileiros apontam que as percepções variam conforme o grau de participação da comunidade na tomada de decisões,

o nível de emprego gerado, a qualidade da infraestrutura e a prática da transparência governamental (Gursoy; Nunkoo, 2016). Em Sergipe, essas percepções são igualmente influenciadas pelo papel do turismo na economia estadual, pela visibilidade do destino e pelas assimetrias entre capital e interior.

3.3.1 Percepções sobre impactos econômicos

Os atores ligados ao trade turístico como empresários, guias, agentes de viagem, proprietários de restaurantes e hotéis tendem a apresentar percepções mais positivas sobre os impactos econômicos do turismo. Em suas avaliações, o setor representa oportunidade de geração de renda, ampliação da demanda por serviços e estabilidade para determinados nichos de mercado. Essa percepção está alinhada com estudos de Beni (2006; 2020), que destacam o turismo como catalisador econômico para pequenas e médias empresas.

Em Aracaju, a concentração de hotéis, equipamentos gastronômicos e equipamentos de lazer faz com que os empreendedores percebam o turismo como motor de crescimento e de visibilidade nacional do estado. A Orla da Atalaia, a Orlinha do Bairro Industrial e os eventos culturais fortalecidos entre 2018 e 2025 (como o Encontro Cultural de Laranjeiras e as festas juninas) são frequentemente citados pelos atores locais como iniciativas que dinamizam a economia.

Por outro lado, atores de municípios do interior, como Canindé de São Francisco, Pacatuba, Estância ou Poço Redondo, apresentam percepções mais ambivalentes. Nestes contextos, o turismo é reconhecido como potencial econômico, mas não como realidade consolidada. Falta infraestrutura, divulgação contínua e apoio estatal, o que gera frustração entre empreendedores locais. Essa ausência de investimentos constantes confirma estudos nacionais que apontam limitações da interiorização turística no Brasil (Cruz, 2010; Dantas; Sousa, 2014), gerando percepções de desigualdade territorial.

3.3.2 Percepções sobre impactos socioculturais

Os impactos socioculturais do turismo são percebidos de forma distinta entre diferentes segmentos da população. Atores ligados à cultura artesãos, grupos folclóricos, músicos, produtores culturais tendem a valorizar o turismo como espaço de manutenção, difusão e sobrevivência das tradições locais. O título de Patrimônio Mundial conferido ao centro histórico de São Cristóvão reforçou essa identidade cultural e ampliou o orgulho local, como destacado por estudos de Silva e Albuquerque (2024).

No entanto, parte da comunidade demonstra preocupação com a “espetacularização” da cultura, isto é, o uso excessivo de tradições como produtos turísticos desconectados de seus significados originais. Essa crítica está presente na literatura sobre turismo cultural (Hall, 2019; Richards, 2007), que alerta para a perda de autenticidade ocasionada pela mercantilização das manifestações identitárias. Em Sergipe, isso é perceptível em eventos tradicionais que passaram a ser reconfigurados para atender expectativas externas, o

que por vezes gera tensões entre tradição e modernidade.

Outro ponto relevante diz respeito às mudanças no cotidiano das comunidades residentes. Enquanto alguns percebem o turismo como oportunidade de valorização do território, outros apontam para aumento do custo de vida, intensificação de fluxos urbanos e alterações em dinâmicas sociais, especialmente em bairros próximos à orla de Aracaju. Esse tipo de percepção confirma análises de Gursoy e Rutherford (2014), que identificam impactos sociais positivos e negativos decorrentes do turismo.

3.3.3 Percepções sobre impactos ambientais

A percepção dos impactos ambientais é uma das áreas mais sensíveis. Atores como pescadores, ambientalistas e moradores de áreas naturais expressam preocupações com:

- aumento da pressão sobre ecossistemas costeiros;
- descarte inadequado de resíduos sólidos;
- expansão desordenada de construções em áreas sensíveis;
- degradação de manguezais e rios devido à intensificação da atividade turística.

Essas percepções são reforçadas por estudos ambientais sobre a região litorânea de Sergipe (Oliveira; Melo, 2019) e dialogam com pesquisas internacionais que demonstram que destinos costeiros são particularmente vulneráveis ao turismo descontrolado (Sharpley, 2020).

Em contrapartida, gestores públicos frequentemente apresentam visão mais otimista sobre os impactos ambientais, justificando que muitos problemas derivam de ocupações antigas, falta de educação ambiental ou ausência de infraestrutura sanitária. No entanto, essa discrepância entre percepções oficiais e comunitárias pode gerar conflitos de governança.

3.3.4 Percepções sobre a gestão pública

Talvez o elemento mais significativo das percepções dos atores locais seja a avaliação da gestão pública. A maior parte dos entrevistados nos estudos regionais consultados (Santos; Pereira, 2015; Silva; Albuquerque, 2024) apontam:

- falta de continuidade administrativa;
- ausência de articulação intermunicipal;
- carência de investimentos;
- frágeis mecanismos de participação social;
- escassez de informações transparentes.

Empreendedores afirmam que a divulgação do destino é insuficiente em muitos períodos e que o estado apresenta visibilidade apenas sazonalmente. Já moradores de cidades turísticas sentem que sua participação é limitada em processos decisórios.

Por outro lado, gestores públicos defendem que a pandemia, a crise fiscal entre 2015 e 2020 e a dependência de recursos federais dificultam a execução plena das políticas. Essa diferença de percepções confirma a literatura de governança turística (Bramwell; Lane, 2011), que enfatiza que a comunicação transparente entre governo e comunidade é essencial para evitar desconfianças e promover a corresponsabilidade.

Quadro 3 – Convergências e Divergências na Percepção dos Atores Locais sobre os Impactos do Turismo

Categoria	Percepções Identificadas	Descrição / Interpretação
Convergências Positivas	Geração de emprego e renda	Atores do trade, trabalhadores e comunidade reconhecem que o turismo movimenta a economia e cria oportunidades.
	Fortalecimento da identidade cultural	Manifestações culturais, festas tradicionais e patrimônio histórico ganham visibilidade com o turismo.
	Melhoria da infraestrutura	Obras urbanas e requalificação de espaços públicos são percebidas como resultado direto do turismo.
	Ampliação da visibilidade do estado	Campanhas, eventos e maior presença de visitantes reforçam a imagem de Sergipe como destino turístico.
Convergências Negativas	Forte concentração em Aracaju	Percepção de desigualdade territorial e falta de interiorização das políticas turísticas.
	Descontinuidade das políticas públicas	Mudanças de gestão interrompem projetos e prejudicam o planejamento.
	Municípios do interior desassistidos	Falta de investimentos, apoio técnico e promoção turística fora da capital.
	Falta de planejamento sustentável	Preocupações com impactos ambientais e uso inadequado dos recursos naturais.
	Baixa participação dos atores locais	População, artesãos, empreendedores e trabalhadores sentem-se pouco ouvidos nas decisões públicas.
Divergências	Avaliação da promoção turística	Empresários consideram a divulgação eficiente; moradores a veem como insuficiente.
	Percepção sobre governança	Gestores afirmam haver articulação; comunidade identifica fragilidade nas decisões.
	Questão da sazonalidade	Trabalhadores percebem insegurança devido a contratos temporários; empresários veem sazonalidade como dinâmica normal do setor.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

3.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SETOR

O setor de turismo em Sergipe enfrenta, entre 2010 e 2025, um conjunto complexo de desafios estruturais que limitam seu pleno desenvolvimento como atividade estratégica na economia estadual e como vetor de inclusão socioterritorial. A literatura aponta que a efetividade das políticas públicas de turismo depende de continuidade administrativa, governança sólida, infraestrutura adequada, qualificação profissional, participação social e investimentos regulares em promoção e inovação (Cruz, 2010; Beni, 2020; Hall, 2019). Em Sergipe, contudo, tais elementos aparecem de forma fragmentada e desigual no território, resultando em avanços pontuais, mas ainda insuficientes para consolidar o estado no cenário turístico nacional. A descontinuidade administrativa é percebida como um dos entraves mais significativos. Mudanças frequentes de governos implicam alterações de prioridades, extinção de estruturas, substituição de equipes técnicas e ruptura de projetos em andamento. Esse ciclo compromete a implementação de políticas de longo prazo e impede que programas iniciados sejam monitorados ou concluídos adequadamente, fenômeno observado com intensidade em diversos estudos sobre a realidade do turismo brasileiro (Cruz, 2018; Feldmann, 2022). Quando não há continuidade institucional, as ações perdem coerência e deixam de produzir resultados duradouros. A ausência de monitoramento sistemático e de indicadores de desempenho agrava essa situação, pois dificulta a avaliação objetiva dos impactos das políticas e impede a identificação de necessidades e oportunidades, como destacam Rabahy (2003) e Hall (2019). Outro desafio estrutural refere-se à fragilidade da governança turística e à baixa participação social. Embora Sergipe possua conselhos e fóruns regionais, sua atuação nem sempre é efetiva. Reuniões irregulares, baixa representatividade de trabalhadores, comunidades locais e pequenos empreendedores, além de limitações técnicas em diversos municípios, resultam em uma governança pouco inclusiva e, muitas vezes, simbólica, no sentido descrito por Bramwell e Lane (2011). Essa fragilidade provoca assimetrias no processo decisório e reproduz desigualdades históricas, mantendo a centralização das ações em Aracaju e dificultando a interiorização do turismo. Associado a isso, muitos municípios carecem de planos municipais de turismo, equipes qualificadas e instrumentos de gestão territorial, o que compromete sua participação nas instâncias estaduais e reduz sua capacidade de captar investimentos, elaborar projetos ou integrar roteiros regionais (Dredge; Jenkins, 2011).

A infraestrutura turística e logística também se destaca como um dos pontos mais críticos. Em que pese avanços localizados, como requalificações urbanas na Orla da Atalaia, melhorias no centro histórico de São Cristóvão e intervenções pontuais em áreas litorâneas, ainda há carências relevantes em sinalização turística, acessibilidade, transporte público, estradas de acesso, diversificação da oferta hoteleira e conectividade aérea. Como argumentam Dredge e Jenkins (2011), destinos com infraestrutura limitada têm sua competitividade comprometida, o que se aplica especialmente às regiões interioranas sergipanas. A baixa oferta de voos, por exemplo, limita o alcance do turismo nacional e praticamente inviabiliza mercados

internacionais, reduzindo a competitividade frente aos estados vizinhos do Nordeste. No âmbito da formação profissional, o setor enfrenta desafios adicionais. Apesar de iniciativas promovidas por instituições como SENAC, SEBRAE e Ministério do Turismo, a qualificação da mão de obra ainda é insuficiente para atender às exigências de um mercado cada vez mais segmentado e competitivo (Lohmann; Panosso Netto, 2012). A sazonalidade do trabalho intensifica a instabilidade laboral, especialmente para trabalhadores temporários, que percebem o setor com preocupação e incerteza, enquanto empresários tendem a considerar a sazonalidade como aspecto inerente à lógica do turismo, como observam Gursoy e Nunkoo (2016). Essa divergência revela a necessidade de políticas mais inclusivas e mecanismos que assegurem direitos trabalhistas e estabilidade. Além disso, os desafios ambientais tornam o cenário ainda mais complexo. O turismo, quando não planejado de forma sustentável, pode gerar impactos negativos significativos, especialmente em áreas litorâneas e de preservação ambiental. Problemas como erosão costeira, poluição de rios, degradação de manguezais, aumento de resíduos sólidos e pressão sobre áreas ambientalmente sensíveis são perceptíveis em diferentes regiões de Sergipe, conforme apontam Oliveira e Melo (2019). Esses impactos reforçam a urgência de adotar políticas de ordenamento territorial, planos de manejo, regulamentação de uso público e estratégias de educação ambiental, alinhadas às diretrizes internacionais de sustentabilidade destacadas por Sharpley (2020).

No campo da promoção turística, Sergipe enfrenta a concorrência acirrada de estados nordestinos mais consolidados, como Bahia, Ceará e Pernambuco. Apesar de avanços recentes, a promoção ainda carece de continuidade, mensuração de resultados, segmentação de público e integração entre campanhas estaduais e municipais. Richards (2007) destaca que destinos que não investem sistematicamente em marketing tendem a permanecer “invisíveis” no mercado turístico global, o que reforça a necessidade de Sergipe qualificar suas estratégias de divulgação e fortalecer sua identidade enquanto destino cultural, natural e gastronômico. Apesar dos desafios, as perspectivas para o setor são significativas, desde que haja investimentos estratégicos, continuidade administrativa e fortalecimento da governança. A interiorização do turismo surge como uma das principais possibilidades, permitindo que municípios como Canindé de São Francisco, Estância, Laranjeiras e Poço Redondo desenvolvam produtos turísticos articulados aos seus potenciais naturais e culturais. O turismo cultural também apresenta forte potencial, especialmente pela presença do Centro Histórico de São Cristóvão, reconhecido pela UNESCO em 2010, além de museus como o Museu da Gente Sergipana, que contribuem para criar narrativas identitárias e atrair visitantes interessados em patrimônio e história. O turismo de natureza e aventura, impulsionado pelos cânions do Rio São Francisco e pelas unidades de conservação, representa outra oportunidade de expansão, especialmente considerando tendências globais de busca por experiências ao ar livre e ecoturismo (Shapley, 2020).

Parcerias público-privadas podem estimular investimentos em infraestrutura, equipamentos turísticos e modernização da rede hoteleira, enquanto a digitalização do setor, com ferramentas de

marketing digital, plataformas de reserva e sinalização inteligente, possibilita ampliar o alcance do destino e modernizar a experiência do visitante. Por fim, a perspectiva de construir uma governança participativa e descentralizada aparece como um dos pilares para o futuro do turismo sergipano. A inclusão ativa de comunidades, trabalhadores, empreendedores e gestores municipais no processo decisório aumenta a legitimidade das políticas e fortalece o compromisso social com o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, fortalecer a articulação institucional, criar mecanismos de participação e garantir continuidade às políticas públicas torna-se essencial para que Sergipe consiga transformar seu potencial turístico em um motor efetivo de desenvolvimento regional.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a gestão pública do turismo em Sergipe no período compreendido entre 2010 e 2025, examinando sua evolução, seus desafios, seus resultados e as percepções dos diferentes atores envolvidos no setor. Esse recorte temporal permitiu observar transformações significativas em políticas, estruturas administrativas, estratégias de promoção, mecanismos de governança e investimentos voltados ao desenvolvimento turístico. As discussões apresentadas ao longo deste trabalho demonstram que o turismo, embora reconhecido oficialmente como vetor socioeconômico, ainda enfrenta limitações estruturais para se consolidar plenamente enquanto política pública estratégica no estado.

A síntese dos resultados revela um quadro marcado por avanços pontuais, mas também por fragilidades persistentes. No âmbito do planejamento, verificou-se que Sergipe produziu documentos importantes, como planos estaduais e programas de incentivo ao turismo, porém sua execução foi irregular, dificultada sobretudo pela descontinuidade administrativa. Mudanças frequentes de governo acarretaram reorganizações institucionais, interrupções de projetos e redefinição de prioridades, circunstâncias que comprometeram a consolidação de políticas de médio e longo prazo. Além disso, observou-se carência de monitoramento sistemático das ações, falta de indicadores de desempenho e dificuldade em produzir diagnósticos atualizados capazes de orientar a tomada de decisões.

Outro resultado relevante refere-se à governança turística. Apesar da existência legal de conselhos e instâncias de participação, suas práticas nem sempre foram efetivas. Vários municípios apresentaram dificuldades de integração aos fóruns regionais, seja por limitações técnicas, seja por ausência de equipes especializadas. Essa fragilidade institucional refletiu-se na reduzida interiorização das políticas públicas e na concentração de investimentos em áreas específicas, particularmente na capital. Em paralelo, a baixa participação da comunidade e de pequenos empreendedores nos processos decisórios indicou que os mecanismos de governança não foram capazes de promover, ao longo do período, uma gestão suficientemente inclusiva.

No que diz respeito à infraestrutura turística, os resultados evidenciam a existência de avanços, como requalificações urbanas em Aracaju e intervenções pontuais em destinos culturais e naturais. Contudo, persistem carências em sinalização, acessibilidade, logística, conectividade aérea e diversificação da oferta hoteleira, sobretudo fora da capital. Essas lacunas limitam a competitividade do estado e dificultam o desenvolvimento equilibrado entre litoral, sertão e regiões históricas. A infraestrutura deficiente, associada à falta de integração entre municípios, compromete a articulação de rotas regionais e a expansão sustentável do turismo.

A percepção dos atores locais reforça essa análise. Empresários, gestores, trabalhadores e moradores reconhecem a importância socioeconômica do turismo, destacando seu potencial para gerar emprego, valorizar o patrimônio e fortalecer a identidade cultural sergipana. Entretanto, as percepções também apontam insatisfação em relação à falta de continuidade das políticas públicas, à insuficiência de

investimentos e à desigualdade entre capital e interior. Atores comunitários e trabalhadores sazonais demonstraram preocupação com impactos ambientais, pressões urbanísticas e instabilidade laboral, enquanto gestores públicos destacaram limitações financeiras e institucionais como entraves para a plena execução das políticas.

Ao considerar esses resultados, é possível responder ao problema de pesquisa que norteou o estudo: em que medida a gestão pública do turismo em Sergipe, entre 2010 e 2025, contribuiu para o desenvolvimento turístico e regional do estado? Conclui-se que, embora tenha havido avanços importantes, especialmente no campo da promoção turística, da requalificação de espaços e da consolidação de atrativos culturais, a gestão pública apresentou limitações significativas que impediram que o turismo alcançasse seu pleno potencial como instrumento de desenvolvimento regional. A contribuição da gestão pública foi, portanto, parcial, já que avanços ocorreram de modo fragmentado e desigual, sem planejamento contínuo e sem governança suficientemente sólida para sustentar as ações ao longo do tempo.

As contribuições acadêmicas desta pesquisa são relevantes, pois ampliam o conhecimento sobre políticas públicas de turismo em estados pouco estudados, como Sergipe, e oferecem análise detalhada de um período extenso, marcado por variações políticas e institucionais. O estudo também contribui teoricamente ao dialogar com autores da área de turismo, governança e planejamento, evidenciando como conceitos clássicos se aplicam a contextos regionais específicos. Do ponto de vista metodológico, o trabalho demonstra a importância de análises longitudinais, que permitem observar tendências, rupturas e permanências ao longo do tempo, oferecendo um panorama mais robusto do que pesquisas centradas em recortes curtos.

As contribuições práticas igualmente se destacam. Os resultados podem servir como fonte de consulta para gestores públicos, técnicos municipais, conselhos de turismo, empresários e instituições formadoras, permitindo identificar gargalos, potencialidades e caminhos possíveis para o aprimoramento das políticas públicas. A análise da percepção dos atores locais, por exemplo, pode subsidiar ações de governança participativa, inclusão social, educação turística, fortalecimento do empreendedorismo e construção de estratégias de desenvolvimento mais integradas e coerentes. O diagnóstico das fragilidades de infraestrutura e logística pode orientar projetos de investimento, enquanto a identificação das desigualdades territoriais reforça a necessidade de políticas específicas para interiorização do turismo.

Diante dos achados, recomenda-se que gestores públicos priorizem algumas diretrizes estratégicas. Em primeiro lugar, é fundamental assegurar continuidade administrativa, evitando mudanças drásticas de estruturas institucionais a cada gestão. A institucionalização de planos, conselhos, comissões e indicadores deve ocorrer de forma permanente, garantindo estabilidade das ações. Em segundo lugar, recomenda-se fortalecer a governança turística, ampliando a participação de atores locais, estimulando a criação de conselhos municipais estruturados e incentivando a articulação entre municípios. Em terceiro lugar,

investimentos em infraestrutura turística devem ser distribuídos de modo mais equilibrado, com atenção especial ao interior, à mobilidade, à acessibilidade e à conectividade. Além disso, ações de qualificação profissional devem ser contínuas, voltadas para trabalhadores da linha de frente e para gestores responsáveis pelo planejamento e implementação de políticas. Por fim, recomenda-se ampliar a promoção turística com base em estratégias digitais, segmentadas e integradas entre estado e municípios, além de fomentar o desenvolvimento de produtos culturais, naturais e gastronômicos de forma sustentável.

Quanto às sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre Sergipe e outros estados do Nordeste, permitindo identificar boas práticas e modelos de gestão aplicáveis ao contexto sergipano. Sugere-se também aprofundar investigações sobre percepções de comunidades tradicionais, impactos ambientais do turismo e estratégias de interiorização. Pesquisas voltadas para a economia do turismo podem contribuir para mensurar de maneira mais precisa os efeitos do setor na geração de renda, no emprego e no desenvolvimento local. Estudos sobre governança colaborativa e participação social também podem oferecer novos caminhos para aprimorar a gestão pública do turismo. Por fim, pesquisas que integrem turismo, sustentabilidade e inovação tecnológica podem auxiliar na construção de políticas mais modernas e alinhadas às transformações do mercado global.

Assim, conclui-se que, embora o turismo em Sergipe tenha apresentado avanços expressivos no período analisado, ainda há um longo caminho a percorrer para que o setor seja reconhecido como estratégia articulada de desenvolvimento regional. Com planejamento contínuo, governança sólida, investimentos adequados e participação democrática dos diversos atores envolvidos, o turismo tem potencial para contribuir significativamente para o futuro econômico, social e cultural do estado.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. esp., p. 67-86, 2007.

ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do turismo: planejamento e direção**. São Paulo: Pioneira, 1984.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1995. ANSARAH, M. G. dos R. **Turismo: fundamentos e dimensões**. Campinas: Papirus, 2002.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo e segmentação de mercado: novos rumos e alternativas**. São Paulo: Futura, 2002.

ARAÚJO, R. S. G.; GODOY, K. E. O Turismo como fenômeno sociocultural: reflexões para além da atividade econômica. **Anais do Seminário da ANPTUR**, 2016.

ASCANIO, A. El objeto del turismo: ¿Una posible ciencia social de los viajes? **PASSOS – Revista de turismo y patrimônio cultural**, v. 8, n. 4, p. 633-641, 2010.

AVRITZER, Leonardo. **Democracia e as novas esferas públicas no Brasil: participação e deliberação**. São Paulo: USP, 2002.

BALBE, R. da S. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 61, n. 2, p. p. 189-209, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v61i2.45. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/45/43>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BANCO DO NORDESTE. **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste: Primeira fase**. Fortaleza: BNB, 2005. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45791/124508/Relat%C3%A3o+de+Gest%C3%A3o+do+Turismo+do+Nordeste+-+2005.pdf/e372d2a3-96c1-b66d-973b-6fa046520e6a?version=1.0&t=1625502096506>. Acesso em: 10 set. 2025.

BAPTISTA, Carla Maria Freres Stipp. A participação da sociedade civil na gestão pública no tocante à moradia. **Geografia (Londrina)**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 119–145, 2025. DOI: 10.5433/2447-1747.2010v19n3p119. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/8080>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BARBOSA, L. M. **Turismo e desenvolvimento no Nordeste: o Prodetur e seus impactos**. Salvador: EDUFBA, 2010.

BARBOSA JUNIOR, Salvador Quintão. **Gestão Pública Atual**. Brasília-DF: Conteudo Juridico, 2011.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2003a.

_____. **O imprescindível apporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horizontes Antropológicos, v. 9, n. 20, p. 15-29, 2003b.

_____. **Os museus e a autenticidade no turismo**. Revista Itinerarium, UNIRIO, 2008.

_____. **Planejamento e organização do turismo.** Campinas: Papirus, 1999. BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** 10. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

_____. **Análise Estrutural do Turismo.** 17. ed. São Paulo: Senac, 2017.

_____. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Editora SENAC, 2002.

_____. **Política e planejamento turístico no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2020.

BORGES, A. L. M.; SILVA, G. B. Mário Carlos Beni: contribuição para o estudo do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 4, ed. Especial, p. 41-61, 2016.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** Trad. D. Kern; G. J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. (Obra original publicada em 1979).

BRAMWELL, B.; LANE, B. Tourism Governance: Critical Perspectives. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 3, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 08 abr. 2025.

_____. **Anuário Estatístico de Turismo 2022.** Ministério do Turismo, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico>. Acesso em: 25 set. 2025.

_____. Ministério do Turismo. **Boletim de desempenho econômico do turismo 2023.** Brasília: MTur, 2023.

_____. **Cartilha de Orientação: Mapa do Turismo Sergipe.** Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe, 2022. Disponível em: https://www.se.gov.br/anexos/uploads/download/filename_novo/3484/ae4e7bacc5694a920965bea58d7df1ff.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

_____. **Glossário do Turismo.** 2. ed. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/glossario-do-turismo-1-c2-aa-20edi-c3-a7-c3-a3o-pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

_____. **Impactos da pandemia da COVID-19 no turismo brasileiro.** Brasília, 2022.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007.** Brasília: MTur, 2003.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2003–2007.** Brasília, 2003.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2018–2022: mais emprego e renda para o Brasil.** Brasília: MTur, 2018.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2024-2027.** Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo>. Acesso em: 25 set. 2025.

- _____. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes**. Brasília: MTur, 2004.
- _____. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes 2019–2023**. Brasília, 2019.
- _____. **Relatório Anual de Turismo**. Brasília, várias edições (2015–2023).
- _____. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais**. Brasília, 2008.
- _____. **Turismo cultural: diretrizes para o desenvolvimento**. Brasília, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-39, 1996.
- _____. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- BURNS, P. M. **Turismo e antropologia: uma introdução**. Trad. D. Batista. São Paulo: Chronos, 2002.
- BUTLER, R. W. Tourism – an evolutionary perspective. In: NELSON, J. G.; BUTLER, R. W.; WALL, G. **Tourism and sustainable development: monitoring, planning, managing**. Waterloo: University of Waterloo; Heritage Resources Centre, 1993.
- CARMO, Hermano. **Desenvolvimento Comunitário**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- CARVALHO, L. C. P. de; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Introdução à economia do turismo**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante do século XX**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1990.
- CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. In: CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALCANTE, Pedro. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós- NPM. No. 2319. **Texto para Discussão**, 2017. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/177535>. Acesso em: 05 abr. 2025.
- CHAVES, Francisco Diones Paiva; ALBUQUERQUE, Ítalo Patrick Patrick Rodrigues. Conceitos sobre a administração pública e suas contribuições para a sociedade. **Caderno de Administração**, v. 13, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/caadm/article/view/43713>. Acesso em: 05 abr. 2025.
- CLARKE, M.; HORTON, R. Bringing it all together: Lancet-Cochrane collaborate on systematic reviews. **Lancet**, 357, 1728, 2001.
- COELHO, Nirleide Saraiva; COSTA, Carlos Antônio Geminiano da; VILELA, Maria do Socorro Souza. **Avaliação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE I, na qualidade de vida da população de baixa renda no estado do Ceará**. 2008. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/8.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPHERD, R. **Turismo, princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPTUR, 2008. p. 1- 13.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação**, v. 41, n. 1, p. 66-73, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29528>. Acesso em: 05 abr. 2025.

COSTA, Frederico Lustosa da. **O Estado e a administração pública brasileira: trajetória e tendências**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Turismo, políticas públicas e desenvolvimento**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Turismo, políticas públicas e desenvolvimento**. São Paulo: Contexto, 2018.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas públicas de turismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DANTAS, E.; SOUSA, F. **Turismo e desenvolvimento no Ceará**. Fortaleza: UFC, 2014.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social: proposta para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DREDGE, D.; JAMAL, T. Mobilities, governance and collaboration in tourism. **Tourism Management**, v. 31, n. 4, p. 465–474, 2010.

DREDGE, D.; JENKINS, J. **Stories of Practice: Tourism Policy and Planning**. Farnham: Ashgate, 2011.

ELLIOTT, A.; URRY, J. **Mobile Lives**. New York: Routledge, 2010.

FALCÃO, C. H. P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In: CARVALHO, C. L.; BARBOSA, L. G. M. (org.). **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. Smart cities e pandemia: tecnologias digitais na gestão pública de cidades brasileiras. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 860-873, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/GfRkCPbcFQjLbGdvXXLxwDb/?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2024.

FELDMANN, F. Políticas públicas e desenvolvimento turístico: tendências e desafios no Brasil contemporâneo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 22, n. 4, 2022.

FERNÁNDEZ-RÍOS, L.; BUELA-CASAL, G. Standards for the preparation and writing of Psychology review articles. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, v. 9, n. 2, p. 329-344, 2009.

G1 SERGIPE. **ORLA da Atalaia Nova é inaugurada.** Turista que visitar Sergipe ganha mais uma opção de lazer. *G1*, 28 jan. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/01/orla-da-atalaia-nova-e-inaugurada.html>. Acesso em: 10 set. 2025.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 53, n. 4, p. 53-77, 2002. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/294>. Acesso em: 05 abr. 2024.

GARZA-REYES, J. A. Green lean and the need for Six Sigma. **Int. J. Lean Six Sigma**, 6, 226– 248, 2015.

GODOY, K. E. Controvérsias do turismo como atividade sustentável em museus. **Revista Museu**, edição comemorativa do Dia Internacional dos Museus, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOVERNO DE SERGIPE; SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA E DO TURISMO (Sedetec); EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO (Emsetur). **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil em Sergipe**. Aracaju: Sedetec/Emsetur, 2009.

GURSOY, D.; NUNKO, R. **Tourism Impacts and Community Engagement**. London: Routledge, 2016.

GURSOY, D.; RUTHERFORD, D. Resident attitudes toward tourism development. **Annals of Tourism Research**, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. Trad. B. Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. (Obra original publicada em 1968).

HALL, C. M. Public policy and tourism. In: LEW, A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. (orgs.). **The Wiley Blackwell Companion to Tourism**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014. p. 478–488.

_____. **Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships**. 3. ed. London: Routledge, 2019.

_____. **Tourism: Rethinking the Social Science of Mobility**. Harlow: Pearson, 2004.

HALL, C. Michael. **Tourism planning: policies, processes and relationships**. 2. ed. Harlow: Pearson, 2004.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. A indústria cultural: iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, L. C. (org.). **Teoria da cultura de massa**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

JACHINOSKI, André. **Turismo e lazer: ensaio de uma definição científica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1975.

JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. **Política y Sociedad**, v. 42, n. 1, p. 39-56, 2005.

JALONEN, H. The uncertainty of innovation: a systematic review of the literature. **Journal of Management Research**, v. 4, n. 1, 2012.

JAMAL, T.; GETZ, D. Collaboration theory and community tourism planning. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 1, p. 186–204, 1995.

KITCHENHAM, et al. Systematic literature reviews in software engineering: a tertiary study. **Information & Software Technology**, v. 52, n. 8, p. 792-805, 2010.

LEITE, Leonardo de Oliveira; REZAENDE, Denis Alcides. **E-gov estratégico: governo eletrônico para gestão do desempenho da administração pública**. São Paulo: Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo internacional**. São Paulo: Roca, 2000.

LOHMANN, G.; PANOSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MACCANNELL, D. **El turista: una nueva teoría de la clase ociosa**. Trad. E. Casals. Barcelona: Melusina, 2003. (Obra original publicada em 1976).

MAGALHÃES, Valéria L. C. de. **Turismo e meio ambiente: impacto e planejamento**. Campinas: Papirus, 2002.

MAIO, I. dos P. Antropologia e Turismo – reflexões teóricas sobre processos socioculturais em localidades receptoras. **Anais do SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, UCS, 2006.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993.

MARINI, Caio; MARTINS, Humberto Falcão. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 61, n. 1, p. 5-22, 2010.

MARTINS, Sérgio. Crítica à Economia Política do Espaço. In: DAMIANI, Amélia et al. (org.). **O Espaço no fim do Século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 29-45.

MARUJO, M. N. A Sociologia e o Turismo. In: RAMOS, F. M.; SILVA, C. A. (org.). **Sociologia em Diálogo II**. Évora: Universidade de Évora, 2005.

MARUJO, M. N.; CARVALHO, P. Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 147-161, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Sergipe Panorâmico: Geográfico, Político, Histórico, Econômico, Cultural, Turístico e Social**. Aracaju: EDUNIT, 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro: turismo e a dimensão ambiental**. 2016. Acesso 23 de jan de 2019. Disponível em: link.

_____. **Relatório Anual de Turismo 2023.** Brasília, 2023.

MIRANDA, Maria Bernadete. **Princípios constitucionais do Direito Administrativo.** *Revista Virtual Direito Brasil*, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://irpcdn.multiscreensite.com/951f8786/files/uploaded/v22art5a.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025.

MOESCH, M. M. Para além das disciplinas: o desafio do próximo século. In: GASTAL, S.; BENI, M. C.; CATROGIOVANNI, A. C. (org.). **Turismo investigação e crítica.** São Paulo: Contexto, 2002.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 335–342, 2015.

MOLINA, S. **Turismo e Ecologia.** Bauru: Edusc, 2011.

MORAIS, Janaina Jacolina. Princípio da eficiência na Administração Pública. **ETHOS JUS: revista acadêmica de ciências jurídicas.** Avaré: Faculdade Eduvale de Avaré, v. 3, n. 1, p. 99- 105, 2009. Disponível em: https://www.eduvaleavare.com.br/wp-content/uploads/2014/07/principio_eficiencia.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Administração e participação: reflexões para a educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 369-373, dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/Z5P7stVFCMSBLBRkYRrJbJm/?format=html&lang=pt&st_op=next. Acesso em: 05 abr. 2025.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública.** São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

O'DONNELL, Guillermo. Horizontal accountability and new polyarchies. **Journal of Democracy**, v. 9, n. 3, p. 112-126, 1998.

OLIVEIRA, A. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.** São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, A. C. **Desenvolvimento local e turismo sustentável.** Recife: UFPE, 2011.

OLIVEIRA, S.; MELO, T. Turismo e impactos ambientais no litoral sergipano. **Revista Nordestina de Geografia**, 2019.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo.** Tradução de Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Barômetro do Turismo Mundial.** v. 20, n. 1, jan. 2022.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers.** Madrid: OMT, 2005.

_____. **Tourism and sustainable development.** Madrid: OMT, 2001.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Por uma nova gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PALAFÓZ, Camille Santana; SANTOS, Cristiane Nunes dos. A contribuição do turismo para o desenvolvimento local no estado da Bahia: uma análise do período de 2021 – 2022. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 10, p. 6101- 6123, out. 2023. DOI: org/10.51891/rease.v9i10.12249.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido: A la recherche du temps perdu**. São Paulo: Globo, 1991. v. 1.

RABAHY, W. **Economia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

RAMOS, Silvana Pirillo. A regionalização como estratégia de desenvolvimento turístico. In: RAMOS, Silvana Pirillo; CERDAN, LluísMundet i (org.). **Turismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Zouk / Asterisco, 2010. p. 15-30.

RICHARDS, G. **Cultural Tourism: Global and Local Perspectives**. London: Routledge, 2007.

RODRIGUES, A. P. et al. Apoio da comunidade residente ao desenvolvimento turístico sustentável: um modelo de equações estruturais aplicado a uma cidade histórica do Norte de Portugal. **Tourism & Management Studies**, v. 10, n. 2, 2014.

RODRIGUES, Suzana de Mendonça. Planejamento, elemento chave para o desenvolvimento do turismo: um estudo sobre a importância da regionalização e o planejamento do turismo no município Barra dos Coqueiros, Sergipe (Brasil). **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 2, n. 2, p. 206-226, jul./dez. 2014.

ROSSI, A. Reflexões sobre as relações entre direito ambiental e direito do turismo no Brasil. In: BADARÓ, R. A. L. (Org.). **Turismo e direito: convergências**. São Paulo: SENAC, 2004. p. 221-243.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism studies. **Annals of Tourism Research**, v. 33, n. 4, p. 1121-1140, 2006.

SAMPAIO, R.; MANCINI, M. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007.

SANTOS, J. B.; PEREIRA, M. R. Políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Nordeste. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n. 2, 2015.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Engajamento entre os atores sociais para o alcance do turismo sustentável: um estudo em Porto de Galinhas, PE. In: PERNAS, F. et al. (Orgs.). **Economia, ambiente e sustentabilidade no turismo**. Faro/Portugal: UAlg ESGHT, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA (SETUR-BA). **Pesquisa de Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico na Bahia**. Salvador: SETUR, 2022.

SEDEST – Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe. **Plano Estadual de Turismo de Sergipe**. Aracaju: SEDEST, edições 2010, 2015, 2020, 2023.

SERGIPE. **Lei nº 8.373, de 20 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício da atividade de Guia de Turismo, no Estado de Sergipe, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, SE, ed. 27867, 19 jan. 2018.

SHARPLEY, R. **Tourism, sustainability and the environment**. London: Routledge, 2009.

_____. Tourism, Sustainable Development and Environmental Impacts. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 28, n. 5, 2020.

_____. Tourism, Sustainable Development and the Theoretical Divide. **Journal of Sustainable Tourism**, 2020.

SILVA, Joab Almeida. **Turismo e organização do espaço no polo Costa dos Coqueirais**. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SILVA, L. F.; ALBUQUERQUE, R. C. Turismo cultural e desenvolvimento local em Sergipe. **Revista Nordestina de Turismo**, v. 12, n. 1, 2024.

SILVEIRA, P. M. **Turismo, sustentabilidade e governança: o caso de Porto de Galinhas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. v. 1. São Paulo: Aleph, 2000.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo rural no Sul do Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

TRIBE, J. The indiscipline of tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 3, p. 638-657, 1997.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 1995.

UNESCO. **Centro Histórico de São Cristóvão – Patrimônio Mundial**. Brasília: UNESCO, 2010.

UNWTO – World Tourism Organization. **Tourism and Public Policies: A Global Perspective**. Madrid: UNWTO, 2018.

VINHAS, Cleidson Teixeira, et al. A dimensão da tecnologia da informação e comunicação na administração pública. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 1083-1095, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3939>. Acesso em: 05 abr. 2025.

WAHAB, Salah. **Tourism management**. London: Tourism International Press, 1991.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1999.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **Global Guidelines to Restart Tourism**. Madrid, 2021. Disponível em: <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-05/UNWTO-Global-Guidelines-to-Restart-Tourism.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (WTTC). **Travel & Tourism Economic Impact 2020**. Londres: WTTC, 2020.

REALIZAÇÃO:



CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná
www.aurumeditora.com